



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA IDEUMA SARAIVA AMARAL

GESTÃO POR RESULTADO E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ESTUDO DE CASO NA
EMEIEF GOV. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO (MARACANAÚ, 2013-2015)

FORTALEZA – CEARÁ

2017

MARIA IDEUMA SARAIVA AMARAL

GESTÃO POR RESULTADO E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ESTUDO DE CASO NA
EMEIEF GOV. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO (MARACANAÚ, 2013-2015)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jeannette Filomeno Pouchain Ramos

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Amaral, Maria Ideuma Saraiva.

Gestão por resultado e avaliações externas: estudo de caso na EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho (Maracanaú, 2013-2015) [recurso eletrônico] / Maria Ideuma Saraiva Amaral. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 131 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof.^a Dra. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos .

1. Políticas Públicas. 2. Gestão por Resultados.
3. Avaliações Externas. I. Título.

MARIA IDEUMA SARAIVA AMARAL

GESTÃO POR RESULTADO E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ESTUDO DE
CASO NA EMEIEF GOV. CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO (MARACANAÚ,
2013-2015)

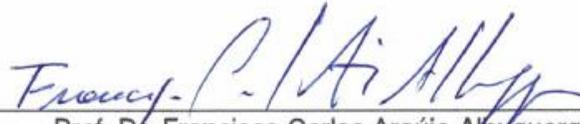
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
Profissional em Planejamento e Políticas
Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados
da Universidade Estadual do Ceará, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.
Área de concentração: Planejamento e Políticas
Públicas.

Aprovada em: 03/10/2017

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Jeannette Filomeno Pouchain Ramos (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira – UNILAB



Prof. Dr. Francisco Carlos Araújo Albuquerque
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Drª. Virna do Carmo Camarão
Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza - SME

Aos meus pais: Celestino Saraiva da Silva e Maria Vieira da Silva;

Ao meu filho: Frentzen Saraiva Amaral estendido a minha nora/filha Márcia Xavier e minha netinha Beatriz Xavier Camelo Amaral

Ao meu esposo: Thiago Amaral;

As minhas irmãs: Izeuda, Ideuza, Ineuma, Izineude e Luzia;

Ao meu irmão: Eugênio;

Aos meus sobrinhos: Leonys, Hermeson, Yan, Cleilton, Cleilson e Cleison;

As minhas sobrinhas: Cleidiane, Karine, Cíntia, Hermely, Mickaele e landra;

As minhas sobrinhas netas: Kauanne, Clara, Gisele; Lya; Balbina e Laysa;

Aos meus sobrinhos netos: Khelsen; Gabriel; Francisco José e José Francisco.

AGRADECIMENTOS

A Deus, todo poderoso, e a Maria santíssima que sempre passa a frente em todas as minhas decisões.

Aos meus pais, Celestino Saraiva da Silva e Maria Vieira da Silva, educadores primários.

A minha família incentivadora de minhas conquistas, principalmente, meu esposo Thiago Amaral, meu filho Frentzen Saraiva Amaral, minha nora/filha Márcia Xavier e minha netinha Beatriz Xavier Camelo Amaral que estão na torcida incondicional para o meu sucesso.

A professora Dr^a Jeannette Filomeno Pouchain Ramos pela atenção, disponibilidade dispensada e orientação bem fundamentada que me levaram a refletir mais sobre o objeto estudado com observações pertinentes na realização desse projeto. Gratidão!!!

Ao coordenador, professor Dr. Francisco Horácio da Silva Frota, maior incentivador do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP da Universidade Estadual do Ceará – UECE estendido a todos os professores doutores do curso.

Ao Secretário de Educação professor Marcelo Farias amante da Educação estendido a diretora da diretoria de Educação professora Ivaneide Antunes pelos créditos de confiabilidade.

Aos Gestores Moaci Rodrigues da Silva, Walcineide Viana Barbosa companheiros de jornada e, principalmente, a amiga Maria do Socorro de Melo Gonzaga que para além da amizade o apoio incentivador confortante dispensado, como também, aos professores da EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho pelas contribuições e parcerias nessa pesquisa.

Aos meus colegas do MPPPP turma 13, todos sem exceção, por compactuar com a minha realidade durante toda caminhada acadêmica.

À Banca Examinadora pela disponibilidade e atenção depositada para estudos e observação valorosas da literatura e metodologia deste trabalho dissertativo.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram na conquista de mais uma aquisição para o meu aprimoramento profissional. Obrigada!!!

“Se você quer um ano de prosperidade,
cultive trigo.

Se você quer dez anos de prosperidade,
cultive árvores.

Se você quer cem anos de prosperidade,
cultive pessoas”.

(Provérbio Chinês)

RESUMO

O desafio da Educação formal no Brasil é uma constante. As políticas públicas no estado do Ceará é uma realidade. A análise desta dissertação tem por objetivo pesquisar as consequências das políticas públicas na gestão por resultado inclusive PAIC, PNAIC, SPAECE, tendo como parâmetro as avaliações externas na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho em Maracanaú-CE, no triênio 2013 a 2015. O enfoque desta pesquisa tem como ênfase a observância da avaliação externa em tempos de gestão por resultado, marco legal e político; relatos sobre política educacional de alfabetização do Ceará e Maracanaú; reflexões da escola como campo de estudo em tempos de avaliação externa da aprendizagem. Como base teórica e conceitual é embasada por diversos teóricos dentre este Cipriano Luckesi; Jussara Hoffaman; Philippe Perrenoud; Celso Antunes; Sofia Lerche; Ocimar M. Alavarse; J. F. P. Ramos dentre outras fontes de investigações como Constituição Federal, SEDUC, INEP e SME de Maracanaú. Esta pesquisa apresenta como metodologia estudo de caso e observação aos índices das avaliações externas e as indagações de professores. Para sistematizar as coletas de dados às fontes elementares foram bibliográficas e as auxiliares os resultados da análise das observações dos fatos dispostos com os questionários aplicado aos professores e estudos *in loco*. De acordo com a análise averigua-se que as mudanças na educação formal diante as políticas públicas cearenses nos últimos anos não se encaminharam tanto quanto o desejado e que o desafio com a educação dos discentes e erradicação do analfabetismo é uma constante. Enfim é preciso ânimo e parceria no tripé família, governo e escola para que juntos com o protagonismo do professor prover a vontade dos alunos em querer aprender a aprender e assim alcançar a tão sonhada alfabetização na idade certa.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gestão por Resultados. Avaliações Externas.

ABSTRACT

The challenge of formal education in Brazil is a constant. Public policies in the state of Ceará are a reality. The analysis of this dissertation aims to investigate the consequences of the public policies in the management by result including PAIC, PNAIC, SPAECE, having as parameter the external evaluations in the EMEIEF Governor César Cals de Oliveira Filho in Maracanaú-CE, in the triennium from 2013 to 2015. The focus of this research is the observance of the external evaluation in times of management by result, milestone of the law and political; reports on educational politics of literacy in Ceará and Maracanaú; reflections of the school as a field of study in times of external evaluation of learning. As theoretical and conceptual basis it is based by several theorists among this Cipriano Luckesi; Jussara Hoffaman; Philippe Perrenoud; Celso Antunes; Sofia Lerche; Ocimar M. Alavarse; J. F. P. Ramos among other sources of investigations such as Federal Constitution, SEDUC, INEP and SME of Maracanaú. This research presents as methodology a case study and observation to the indices of the external evaluations and the teacher inquiries. In order to systematize the data collections to the elementary sources, the results of the analysis of the observations of the facts arranged with the questionnaires applied to the teachers and studies in the local area were bibliographical and the auxiliaries. According to the analysis it is verified that the changes in the formal education in front of the public policies of Ceará in the last years did not go as much as the desired one and that the challenge with the education of the students and eradication of the illiteracy is a constant. Finally, it takes courage and partnership in the tripod family, government and school so that together with the protagonism of the teacher provide the will of the students to want to learn to learn and thus achieve the dreamed literacy at the right age.

Keywords: Public Policies. Management by Results. External Evaluations.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Escolas projetadas na ADL I – IDEB 2015.....	51
Gráfico 2 –	Escolas na ADL I observadas as metas do IDEB em 2015.....	51
Gráfico 3 –	Escolas projetadas na ADL II – IDEB 2015.....	53
Gráfico 4 –	Escolas na ADL II observadas as metas do IDEB em 2015.....	54
Gráfico 5 –	Escolas projetadas na ADL III – IDEB 2015.....	56
Gráfico 6 –	Escolas na ADL III observadas as metas do IDEB em 2015...	57
Gráfico 7 –	Escolas projetadas na ADL IV – IDEB 2015.....	59
Gráfico 8 –	Escolas na ADL IV observadas as metas do IDEB em 2015...	59
Gráfico 9 –	Escolas projetadas na ADL V – IDEB 2015.....	61
Gráfico 10 –	Escolas na ADL V observadas as metas do IDEB em 2015....	61
Gráfico 11 –	Escolas projetadas na ADL VI – IDEB 2015.....	64
Gráfico 12 –	Escolas na ADL VI observadas as metas do IDEB em 2015...	64
Gráfico 13 –	Proporção das crianças de 9 anos de idade que não sabem ler e escrever.....	73
Gráfico 14 –	Sexo dos trabalhadores.....	97
Gráfico 15 –	Idade dos professores.....	97
Gráfico 16 –	Escolaridade máxima dos professores.....	98
Gráfico 17 –	Tempo de escolaridade dos professores.....	98
Gráfico 18 –	Tempo que o professor leciona.....	99
Gráfico 19 –	Tempo de trabalho na escola.....	99
Gráfico 20 –	Quantidade de escolas trabalhadas.....	100
Gráfico 21 –	Situação trabalhista na escola.....	100
Gráfico 22 –	Participação em formação continuada.....	101
Gráfico 23 –	Utilização da formação na práxis.....	101
Gráfico 24 –	Concepção de políticas públicas em educação em Maracanaú.....	102
Gráfico 25 –	Concepções do papel das avaliações externas.....	103
Gráfico 26 –	Processo de avaliação em Maracanaú.....	103

Gráfico 27 –	Articulação da avaliação dos alunos na escola.....	104
Gráfico 28 –	Prioridade do professor quanto ao planejamento.....	105
Gráfico 29 –	Conteúdos desenvolvidos nas turmas avaliadas.....	106
Gráfico 30 –	Resultados das metas projetadas e alcançadas do IDEB na escola.....	106
Gráfico 31–	Desenvolvimento do Plano de Ação para o IDEB.....	107
Gráfico 32 –	Trabalhando com as políticas públicas.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Modelo de Planejamento das Escolas de Maracanaú.....	38
Quadro 2 -	Relação das Escolas e Instituições da ADL I.....	48
Quadro 3 -	Relação das Escolas da ADL II.....	52
Quadro 4 -	Relação das Escolas da ADL III.....	54
Quadro 5 -	Relação das Escolas da ADL IV.....	57
Quadro 6 -	Relação das Escolas da ADL V.....	60
Quadro 7 -	Relação das Escolas da ADL VI.....	62
Quadro 8 -	Cronologia do SPAECE.....	77
Quadro 9 -	Cronologia do PAIC e PNAIC.....	78
Quadro 10 -	Estrutura organizacional da EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho.....	81
Quadro 11 -	Avaliações internas nas escolas em Maracanaú.....	84
Quadro 12 -	Relatórios de acompanhamento individual – 1º ano, 2º ano e AEE.....	85
Quadro 13 -	Periodicidade das Avaliações Externas nas escolas públicas de Maracanaú.....	86
Quadro 14 -	Resultados das Avaliações Externas da EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho – Índice Municipal.....	87
Quadro 15 -	SPAECE-ALFA – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – 2º Ano.....	88
Quadro 16 -	SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – 5º Ano.....	89
Quadro 17 -	SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – 9º Ano.....	90
Quadro 18 -	ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização – 3º Ano (2013).....	92
Quadro 19 -	ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização – 3º Ano (2014).....	93
Quadro 20 -	IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Prova Brasil.....	94

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ADL	Área de Desenvolvimento Local
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil)
APRECE	Associação dos Municípios do Estado do Ceará
CAEd/UFJF	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora
CLM	Centro de Línguas de Maracanaú
EMEIEF	Escola Municipal Ensino Infantil e Ensino Fundamental
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
Fundescola	Fundo de Fortalecimento da Escola
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NUTEM	Núcleo de Tecnologia Educacional de Maracanaú
PAIC	Programa de Alfabetização na Idade Certa
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECADE	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria da Educação do estado do Ceará
SME	Secretaria Municipal de Educação

SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	AVALIAÇÃO EXTERNA EM TEMPOS DE GESTÃO POR RESULTADO – MARCO LEGAL E POLÍTICO.....	23
2.1	PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
2.2	AVALIAÇÃO EXTERNA NA GESTÃO POR RESULTADO E O TRABALHO DOCENTE.....	31
2.3	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	35
2.4	AVALIAÇÃO EXTERNA ALIADA A ESCOLA DEMOCRÁTICA.....	39
3	POLÍTICA EDUCACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DO BRASIL, DO CEARÁ E DE MARACANAÚ.....	44
3.1	OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO IBGE.....	66
3.2	HISTÓRICO DOS PROGRAMAS PAIC, PNAIC, SPAECE.....	74
4	A ESCOLA COMO CAMPO DE ESTUDO EM TEMPOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA APRENDIZAGEM.....	80
4.1	APRESENTANDO OS RESULTADOS DA ESCOLA: AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS.....	83
4.2	APRESENTANDO O PARECER DOS PROFESSORES EM MEIOS AS AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES.....	126
	APÊNDICE A – CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO: PROFESSORES.....	127
	APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO – PROFESSOR (A).....	129

1 INTRODUÇÃO

A educação formal no Brasil precisa ser acertada. Tem-se, portanto, uma dívida social exorbitante. Para tanto, se anseia por empreendimentos em políticas públicas, eficientes e eficazes, para a promoção do ensino aprendizagem qualitativo. No entanto, o investimento em pesquisa acerca da gestão por resultado e avaliações externas em meios as políticas públicas no âmbito da educação, por resultados positivos e imediatos, vem a somar com inquietações e até mesmo incapacidade momentânea por parte dos professores, mediadores da educação formal em escolas públicas maracanaenses.

A política de gestão por resultados destaca-se por demonstrar através de dados concretos o desempenho da proficiência dos alunos uma vez que as políticas públicas permeiam como ações norteadoras entre o poder público e a sociedade civil envolvendo vários atores em prol da educação qualitativa no que concerne a realização das avaliações em larga escala, como aponta Alavarse (2013)

A presença das avaliações externas ganhou proeminência após o desdobramento do SAEB, em 2005, em duas avaliações complementares: a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida pelo nome de Prova Brasil, e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). Ambas têm como objeto a avaliação de língua portuguesa (leitura) e matemática (resolução de problemas), mediante provas com itens de múltipla escolha aplicadas em alunos de 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio. (ALAVARSE – Org. 2013, p. 17)

As políticas públicas no estado do Ceará são ações que tem redirecionado as políticas educacionais, assim, migrando de avaliação processual para a avaliação de resultados baseando-se no índice de desenvolvimento da educação básica. É o que ratifica Decreto¹ nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

Art. 3º - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, com base nos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos,

1 Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Diante desta premissa e, também, fazendo parte desta realidade entre educadores da prefeitura municipal de Maracanaú, pretende-se realizar a pesquisa a cerca deste tema “Gestão por Resultados e Avaliações Externas: Estudo de caso na EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho (Maracanaú, 2013-2015)” com o intuito de buscar parâmetros para reflexão-ação-reflexão entre professores e, conseqüentemente, o aprimoramento do ensino aprendizagem qualitativo.

Ao assumir o desafio de mergulhar nas entranhas desta pesquisa, onde se elenca algumas problemáticas recorrentes da atualidade, as quais coincidem com a rotina de trabalho da coordenadora pedagógica da escola pública, onde ascende o desejo em concretizar um estudo de caso para aprofundar o assunto sobre gestão por resultados com ênfase nas avaliações externas no município de Maracanaú.

Desta forma com uma pesquisa de estudo de caso e observação perpassando pelos atores da educação formal, minimiza-se o processo de centralização do ensino aprendizagem, promovendo ações pautadas na dinâmica de persuasão para a reflexão-ação-reflexão dos problemas sem, contudo, paralisar diante aos desafios e metas definidas.

O interesse pelo objeto deve-se ao fato de ter exercido a função de Gestora Pedagógica no município de Maracanaú comprometida e preocupada com o aprimoramento do fazer pedagógico na qualificação da educação formal como, também, está no campo de estudos do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP com a linha de pesquisa Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais.

A escolha do tema, “Gestão por Resultados e Avaliações Externas: Estudo de caso na EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho (Maracanaú, 2013-2015)”, desta pesquisa tem como ênfase a observância das inquietações de profissionais de educação, especificamente os professores, acerca da relevância das avaliações em larga escala e das implicações nos resultados adquiridos através destas para a concretização da alfabetização na idade certa.

Essa pesquisa surge diante de alguns problemas arrolados nos bastidores

da educação formal das escolas públicas do referido município em consonância com as políticas públicas no âmbito da Gestão por Resultados. No entanto inquerem-se reflexões, no cerne das cobranças por resultados positivos das avaliações externas no processo de ensino aprendizagem.

Diante das situações problemas elencados no contexto da gestão por resultados no município com as políticas públicas desenvolvidas no estado do Ceará têm-se como preocupação algumas problematizações, elencadas pela vivência e observações dos docentes da educação formal nas escolas públicas de Maracanaú, que norteiam a pesquisa e investigação do tema proposto.

É evidente a importância da pesquisa na perspectiva crítica, como enfatiza Oliveira (1998, p.25).

A pesquisa é a atividade acadêmica principal; é a única justificativa da docência: só podemos ensinar o que conhecemos por pesquisa, aquilo em que desenvolvemos uma produção própria crítica. A pesquisa questiona não só o produto teórico e o tenta superar, como questiona igualmente o instrumento de captação.

Na pesquisa em questão é retratada com questionário onde observa-se, na parte I, o perfil e a formação dos professores; na parte II a concepção de políticas públicas; avaliação interna e externa e o anseio dos professores quanto às políticas em educação, como também suas exposições.

Já para nas considerações finais espera-se perceber nos descritos dos professores o que se entende a cerca de políticas públicas; sobre os programas (PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa e PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa); as relevantes mudanças na educação formal diante as políticas públicas no Ceará; Como os professores entendem a gestão por Resultado nas escolas públicas em Maracanaú, no triênio (2014; 2015 e 2016); Se percebem melhorias significativas na educação formal no município com a gestão por resultado para atender as novas demandas exigidas pelo sistema. E por fim, a possibilidade em trabalhar, prazerosamente, com resultados satisfatórios, sem grandes desgastes emocionais com gestão por resultados e avaliações externas no município de Maracanaú.

Apresenta-se como objetivo geral, pesquisar as consequências das políticas

públicas na gestão por resultado inclusive PAIC, PNAIC, SPAECE, tendo como parâmetro as avaliações externas na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho em Maracanaú-CE, no triênio 2013 a 2015.

Dentre os objetivos específicos destaca-se:

- Verificar as variações da gestão por resultados e seus desdobramentos nas escolas públicas de Maracanaú;
- Refletir sobre as avaliação externa, ações e metas e as interações com a aprendizagem significativa dos estudantes;
- Analisar as projeções das avaliações externas no cotidiano escolar da EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho.

No decorrer dos capítulos a dissertação tem como ênfase a observância da avaliação externa em tempos de gestão por resultado, marco legal e político. Como, também, perspectiva de avaliação em políticas públicas; avaliação externa na gestão por resultado; avaliação institucional e avaliação da aprendizagem; avaliação externa aliada a escola democrática como foco a práxis na melhoria da educação formal com a gestão por resultados, suficientemente qualitativo, para atender demandas exigidas pelo sistema.

Logo após segue-se relatos sobre Política educacional de alfabetização do Brasil, Ceará e Maracanaú; com os indicadores de alfabetização do Brasil, segundo IBGE e histórico dos programas SPAECE, PAIC, PNAIC.

Segue-se reflexões da escola como campo de estudo em tempos de avaliação externa da aprendizagem. A pesquisa fundamenta-se em investigação apresentando os resultados quanto as avaliações internas e externas; como também o parecer dos professores em meios as avaliações externas, com a possibilidade em se trabalhar, prazerosamente com resultados satisfatórios, sem grandes pressões e desgastes emocionais com as políticas públicas no âmbito da gestão por resultados na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho em Maracanaú-Ce.

Pesquisar sobre essa problemática que deliberadamente angustia professores, acerca das políticas públicas no âmbito da gestão por resultados no município de Maracanaú, é uma maneira de contribuir para uma reflexão na promoção

de uma avaliação que motive um ensino aprendizagem significativo.

Por muitos a ser questionado, refletido e, principalmente, construído a respeito dessa temática pretende-se contribuir com um estudo de caso de observação em prol de uma educação qualitativa para todos.

É certo de que não se extingue toda a discussão sobre gestão por resultados e avaliações externas, mas a tarefa específica da pesquisa é de produzir novos subsídios, socializar e usar como desafios na reflexão-ação-reflexão com os docentes para minimizar suas angústias e, conseqüentemente, melhorar os índices das avaliações em larga escala e, prioritariamente, do ensino aprendizagem qualitativos no município de Maracanaú.

Esta pesquisa tem como metodologia de investigação a observação e estudo de caso, de forma amostral, na EMEIEF César Cals de Oliveira Filho, situada no bairro periférico do Alto Alegre II; no período trienal 2013 a 2015; como também observação aos índices das avaliações externas e indagações dos professores acerca da ação pedagógica e o ensino aprendizagem dos educandos, em consonância as avaliações em larga escala tendo como preâmbulo um questionário dividido em duas partes, a primeira parte com perguntas objetivas e a segunda parte com perguntas subjetivas.

Esses são os recursos metodológicos da pesquisa para refletir sobre a gestão por resultado e avaliações externas.

Quando o desenvolvimento metodológico se torna recurso imprescindível para insinuar, estabelecer ou mesmo justificar intervenções modificadoras da sociedade, as relações entre ciências e sociedade se alteram: a produção do saber se consagra como fonte de poder. Sem perder de vista que esta união entre conhecimento e política se faz ainda, em meio ao embate travado com as origens teológicas do saber. (OLIVEIRA,1998, p.21)

A escolha do tema se define pela pesquisadora trabalhar como Gestora Pedagógica neste município e compartilhar junto aos professores com uma considerável cobrança em resultados positivos e crescentes nas avaliações externas, mesmo em condições sociais desfavoráveis. Solicitamente, enseja-se o desejo de adquirir um melhor conhecimento e pesquisar essa problemática para posteriores reflexões.

No sentido de atender aos objetivos propostos, a procedimento utilizado

neste trabalho parte do pressuposto de identificar, *in loco*, a problemática arrolada da temática. Com o estudo de caso de observação onde se pretende expor os métodos que serão utilizados durante a realização do trabalho.

Usa-se o modelo de pesquisa proposto por Gil (1999) que indica os seguintes aspectos: tipo de pesquisa utilizado, a caracterização e método de pesquisa, as limitações da pesquisa, o procedimento da coleta de dados, a análise do material coletado, a apresentação dos resultados e redação do trabalho científico.

A pesquisa, sendo orientada por este roteiro, possibilita o seu desenvolvimento em princípios sólidos, permitindo a realização de um trabalho consistente, o que contribuiu para retratar a realidade do objeto pesquisado.

O estudo deste caso se revela a observação detalhada de um contexto histórico metodológico do objeto, visto que “Neste tipo de estudo, a melhor técnica de recolha de dados consiste na observação participante e o foco de estudo centra-se numa organização particular ou nalgum aspecto particular dessa organização” (BOGDAN 1994, p.11).

Porém anseia-se que se faça uma reflexão-ação-reflexão coletiva embasado no estudo de caso de observação sobre políticas públicas e avaliação externa no âmbito da gestão por resultados no município de Maracanaú a serviço de todos os educandos e, essencialmente, a favor de uma educação qualitativa para todos e significativa para a vida.

Nesta perspectiva a definição da base teórica e conceitual será embasada pelos teóricos como Cipriano Luckesi (1996); Jussara Hoffaman (2000); Philippe Perrenoud (2000); Celso Antunes (2001); Sofia Lerche (2011); Ocimar M. Alavarse (2013); J. F. P. Ramos (2016); dentre outras fontes de investigações como Constituição da República Federativa do Brasil (1988); LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996); SEDUC, Secretaria da Educação Governo do Estado do Ceará; INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; SME, Secretaria Municipal de Educação e análise das categorias elencadas para o projeto de pesquisa que destaco políticas públicas, gestão por resultado, avaliação externa, e trabalho docente nas escolas públicas de Maracanaú.

Os métodos e técnicas para a coleta de dados protagonizada numa primeira apreciação constará de uma visão geral do IDEB de todas as escolas do município por ADL, como parâmetro panorâmico desta análise; em segundo plano a escolha de um espaço educacional, uma escola do município em que tenha progressão em seus dois últimos resultados dos índices projetados pelo IDEB, como critério de amostragem.

A construção de estratégia para a entrada em campo é através da comunicação formal ao diretor da escola e aos docentes *in loco* através de questionário de pesquisa realizando assim um estudo de caso entre os profissionais da educação formal da EMEIEF governador César Cals de Oliveira Filho para análise de dados.

Os Instrumentos utilizados serão questionários específicos sobre o perfil dos profissionais e suas concepções sobre gestão por resultado, com perguntas objetivas e subjetivas dirigidas aos professores da EMEIEF governador César Cals de Oliveira Filho, situada no bairro periférico de Maracanaú. E, observações participantes junto aos mesmos. E, acrescido análises dos fatos históricos, como também consultas a censos, anuários, periódicos, sites, etc.

Os estudos mostram que é de suma importância o investimento na formação dos professores de modo que se traduza em possibilidades concretas do ensino aprendizagem e não tão somente nas remunerações, que são anos luz distante do seu real valor. Mas, essencialmente, a satisfação profissional que conduz à docência.

Para sistematizar as coletas de dados às fontes iniciais serão bibliográficas e as posteriores os resultados da análise das observações dos fatos dispostos com os questionários e estudos *in loco* na repartição pública escolhida.

Durante toda organização e análise dos dados e dos conteúdos programáticos, certamente novas bibliografias agregarão ao trabalho dissertativo, visto que não é uma pesquisa estanque, mas em constante processo investigativo da política educacional do Brasil.

É importante destacar que a avaliação é um processo. Tanto o sistema quanto a escola necessitam adaptar-se com o fato de que as avaliações externas é uma prática vivaz e, portanto, um indicador que visa a avanço da aprendizagem dos discentes.

O Brasil apresenta de maneira geral uma série de problemas que estão

evidenciados nas pesquisas e que são expressivos e devem ser debatidos para fins de advento de políticas públicas com inferências diretas no foco central que é o fim do analfabetismo e, conseqüentemente mudanças de rumo. Daí a importância de permanentes pesquisas e análises.

2 AVALIAÇÃO EXTERNA EM TEMPOS DE GESTÃO POR RESULTADO – MARCO LEGAL E POLÍTICO

A Gestão por resultado é uma categoria de estudo que suscita um contingente variado de pesquisas. O modelo de gestão por resultado do estado obedece aos princípios de interiorização, participação, transparência, ética, otimização dos recursos e gestão por resultado assegurado legitimamente como destaca-se o artigo da lei nº 13.8752, de 07 de fevereiro de 2007.

VI - a Gestão por Resultados como administração voltada para o cidadão, centrada notadamente nas áreas finalísticas, objetivando padrões ótimos de eficiência, eficácia e efetividade, contínua e sistematicamente avaliada e reordenada às necessidades sociais, fornecendo concretos mecanismos de informação gerencial.

No caso em questão tem-se como enfoque a avaliação em larga escala com o viés em políticas públicas educacionais. Esta avaliação externa, uma especificidade de política pública, que se traduz no ato de aferir adequações a educação formal comum a toda escola até as privadas com as avaliações internas, como também nas escolas públicas na qual se delibera a pesquisa.

Toda e qualquer avaliação tem uma intencionalidade, o diagnóstico para tomada de decisões e inferências na resolutive, nesta pesquisa em destaque, há observação das avaliações em larga escala.

Para Ramos, et al (2016^a) esse modelo não tem nada de novo, mas uma nova roupagem que reverbera um modelo dos Estados Unidos da América mensurando nas escolas públicas a testagem tendo como benefícios bônus salarial e em contrapartida punição em ranqueamentos de desempenho entre gestores, professores e estudantes.

A testagem passou a ser o instrumento usado para aferir e, a partir de então, tomar decisões sobre a promoção, bem como dispor de classificação das escolas eficazes ou ineficazes, sendo seus professores premiados com bônus salariais ou punições mediante desempenho dos alunos nos testes. (RAMOS, et al., 2016^a, p. 304).

Em qualquer avaliação o questionamento do professor é saber se após

2 Dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior, e dá outras providências.

deliberar os conteúdos o que se deve fazer. Como saber se o aluno aprendeu? Logo depois se muda a pergunta. Quem aprende é APROVADO e quem não conseguiu fica REPROVADO? Na escola pratica-se a avaliação pelo sistema de avaliação bimestral com dia determinado para avaliar, registros nos diários e boletins, com prazos e regras estabelecidas. Neste caso o professor tem a responsabilidade direta pela avaliação do aluno, como também pelo processo ensino aprendizagem.

Neste contexto, para Cipriano Luckesi (2008), o que se pratica nas escolas é exame e não avaliação. Precisa-se definir o ato de examinar e o ato de avaliar. Segundo o autor ato de avaliar é dinâmico, constituindo uma avaliação diagnóstica, formativa, dialética, dialógica e mediadora levando em consideração o aprendizado do antes, durante e principalmente o depois do aluno avaliado para inferência no ensino aprendizagem, como observa-se em sua análise da avaliação da aprendizagem escolar.

O ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retornar a ela; mas sim como um meio de julgar a prática e retorná-la estratificada. De fato, o momento de avaliação deveria ser um “momento de fôlego” na escalada, para, em seguida ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da ação avaliada é dinâmico como, no caso, a aprendizagem. Com a função classificatória a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com uma função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade. (LUCKESI, 2008, p. 34 e 35).

As avaliações internas devem ter como função garantir o acesso e permanência do aluno sinalizando a aprendizagem expressiva do sujeito aprendiz. Assim como também as avaliações em larga escala devam produzir os indicativos e resultados para garantir e efetivar as políticas públicas na educação formal. A avaliação necessita ser consecutivamente inclusiva seja ela interna ou externa.

Já o ato de examinar definida como pontual, onde a aprendizagem passa da mera constatação para uma pré-seleção. Tem-se como exemplo os vestibulares, concursos e seleções que fazem uso de exames para que possa extrair de um determinado contingente de candidatos apenas o montante predeterminado. No caso das escolas os exames são classificatórios com aprovados e reprovados tornando-se seletivos e excludentes.

Os estabelecimentos de ensino está centrado nos resultados das provas e exames. Por meio de sua administração, o estabelecimento de ensino, deseja verificar no todo as notas como estão os alunos. As curvas estatísticas são suficientes, pois demonstram o quadro global dos alunos no que se refere ao seu processo de promoção ou não nas séries de escolaridade. A aparência dos quadros estatísticos, por vezes, esconde mais do que a nossa imaginação é capaz de atentar. Mas essa aparência satisfaz, se for compatível com a expectativa que se tem. (LUCKESI, 2008, p. 34 e 35).

Para que haja transformação entre o examinar e o avaliar a aprendizagem não é necessária à mudança dos instrumentos, mas principalmente a forma de usá-los, pois os instrumentos avaliativos detectam fatos e posturas diagnósticas, ou seja, o desenho satisfatório ou não satisfatório com a intencionalidade de ajudar o aprendiz. Já o exame transmite uma postura autoritária e com o intuito de excludente ao determinar o melhor ou pior sem intenção de aprimoramento.

Decerto que a avaliação da aprendizagem em tempos de educação por resultado baseia-se em *accountability*, ou seja, responsabilização com a educação e prestação de contas dos resultados. Diante deste cenário de introspecção entre modelos de políticas públicas e reformas econômicas e sociais dos estados brasileiros é que se implanta a avaliação em larga escala.

É certo que, independente da relação entre eles, o termo *accountability* tem sido usado nas políticas educacionais reafirmando a premissa da conquista democrática de descentralização das ações, ao mesmo tempo em que prescreve o controle dos resultados, com ranqueamentos e bonificações, afastando do que Bauer cita da perspectiva de “responsabilização social”. (RAMOS et al., 2016^a, p. 306).

Como marco legal tem-se todo um aparato de leis vigentes no país que deliberam a legalidade tendo como foco a qualidade na educação para os estudantes do ensino fundamental. Pode-se especificar desde a Constituição Federal de 1988 capítulos III, seção I em seus artigos 205 a 214 que, validada pela Emenda Constitucional nº 593 de 2009, passando pela LDB 9394/96 e as resoluções municipais que ratificam a mesma prerrogativa, o ensino qualitativo para uma emancipação cidadã. Em que se destacam a carta magna:

3 Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF – 1988)

A educação, neste contexto, passa a ser responsabilidade de todos: família, estado e sociedade; visto que um cidadão instruído constitui um ser com um bom caráter agregando valores positivos à sociedade em geral, além de contribuir com o progresso econômico e social do estado.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas. (CF – 1988)

A legislação é clara e concisa a erradicação do analfabetismo torna-se prioritário no Brasil em toda sua territorialidade tendo precedência dos estados e municípios, como também da sociedade, de modo geral, corroborando para esta eliminação. O que não institui tarefa simples nem mesmo para os profissionais da área. E se faz em forma legal.

Ar t. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB – 9394/96)

Quanto às avaliações temos como legítimo o decreto 6.0944, de 24 de abril de 2007 em que dispõe de planos e metas a desempenhar pela união federal e em colaboração com a sociedade civil mediante os programas, ações preestabelecidas, assistência técnica e financeira vislumbrando a equidade na educação formal. Em destaque sanciona-se o artigo desta lei.

Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:

- I – Estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir ;
- II – Alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico;

4 Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

III – acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;

IV – Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contra turno, estudos de recuperação e progressão parcial;

V – Combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não frequência do educando e sua superação... (DECRETO 6.094, de 24 de abril de 2007).

Tem-se a complementar como marco legal das avaliações em larga escala perpassando do macro para o micro, para além do federado, os municípios, escolas, professores e estudantes num parâmetro de pareamento subsequente de bonificações do certame.

MUNICÍPIO: Rateio da distribuição da cotado ICMS em função dos resultados educacionais. Lei 14.023/2007

ESCOLA: Premiação as 150 escolas que alcançarem bons índices na alfabetização das crianças e para 150 escolas com os piores índices. Lei 1.437/2009

DOCENTE: Premiação do quadro funcional da escola de ensino médio ao alcançarem as metas. Lei 14.484/2009

DISCENTE: Premiação para alunos do ensino médio que alcançaram as médias de proficiência. Lei 14.483/2009. (RAMOS, 2016^a, p. 310).

Em consonância com a legislação não restam dúvidas de que existe a garantia pela erradicação do analfabetismo nos solos brasileiros estão abonados. A pesquisa visa refletir acerca da efetivação deste ensino aprendizagem de forma a aparecer nas estatísticas como marco efetivo do trabalho do professor nas escolas públicas municipais.

2.1 PERSPECTIVA DE AVALIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas baseiam-se num processo, num ciclo que se encontra em constante avaliação, não havendo ainda pelos estudiosos conceito definidos. O debate acerca das políticas públicas quanto as ações norteadoras entre o poder público e a sociedade civil entende-se pelo viés democrático.

Segundo Souza (2006, p.23 e 24) os pais fundadores da área das políticas públicas foram Laswell (1936) estabelecendo diálogo entre cientistas sociais, grupo de

interesses e governo; Simon (1957) que entende a racionalidade das decisões públicas limitada por problemas tais como informações incompletas ou imperfeitas, tempo para tomada de decisão e auto interesse podendo ser satisfatório pela criação de regras e incentivos. Lindblom (1959; 1979) questiona Laswell e Simon incorporando políticas públicas com a relação de poder e integração nas diferentes fases do processo decisório sem necessariamente um fim ou um princípio. Easton define políticas públicas como sistema, ou seja, a formulação, relacionando-se com grupos de interesses influenciando em seus resultados.

Para Mead (1995 Apud SOUZA 2006) define políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que traz uma análise do governo em suas fórmulas e desdobramentos a cerca dos programas e projetos implementados com sistema de informação e pesquisas sendo submetido ao sistema de acompanhamento através de dados com a avaliação e posterior extinção.

No Brasil a temática das políticas públicas dissemina entre as décadas de 1980 e 1990 destacando-se nas administrações públicas com a ideologia neoliberal. A política pública tem influências principalmente com fatores externos como o banco internacional como relata Rodrigues.

A situação de dependência do país frente às agências financiadoras internacionais, como o banco internacionais para a reconstrução e o desenvolvimento Bird e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que passaram a exigir, com mais critérios a elaboração de sistemas de monitoramento de avaliação dos projetos por eles financiados. (RODRIGUÊS - 2008, p.02).

Ainda segundo Rodrigues (2008, p.03) as políticas públicas são monitoradas pela exigência do Banco Mundial visto que se utiliza de recursos para a execução dos programas e, portanto, exigem grupos de controle e avaliação dos resultados para comparação entre metas projetadas e metas alcançadas, sempre medindo e controlando o desempenho alcançado.

Para Viana (1996) as políticas públicas, prioriza o entendimento de quatro fases ou etapas da política: construção da agenda; formulação de políticas; implementação de políticas; e avaliação de políticas. Toma-se por base o processo de decisão com objetivos e metas a alcançar influenciados pelos implementadores para um bom êxito dessa política.

Destaca-se, por ventura, o caráter normativo e regulador das políticas públicas definidas como tentativas reguladoras situacionais representativas de problemas públicos que são os que interferem de alguma maneira, na repartição de meios entre os atores sociais.

Já para Souza (2006) a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares. Confere-se, portanto, que a formulação de políticas públicas ocorre no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações. Depois de formuladas se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informações e pesquisas.

Em ênfase tem-se as políticas públicas no que concerne a gestão por resultado estruturado em todo território nacional, iniciado no Ceará como plano piloto. Atualmente Maracanaú insere estas políticas em suas escolas públicas com as avaliações externas.

Para análise de uma Avaliação Externa seria necessário um eficiente monitoramento e uma eficaz auditoria, com o intuito de um diagnóstico adequado e futuras intervenções em políticas públicas coerentes.

Um programa eficiente em política pública necessitaria que os seus beneficiários sejam favorecidos do processo avaliativo e não simplesmente objeto dessa avaliação, ou seja, que a alfabetização das crianças aconteça na idade certa e que se promova essa aprendizagem em uma análise coletiva.

Existem três momentos da avaliação o antes, a preparação onde acontecem as explanações, comparações, analisando os municípios, as escolas e até mesmo as turmas tendo como objetivo atingir a meta pré-estabelecida. O durante, o fazer é nesse momento em que acontece o maior índice de estresse entre os professores, pois a pressão é bastante acentuada entre seus pares com o intuito de atingir a meta antes designada para cada instituição de ensino que, por deveras, não tem condições sociais favoráveis, como também as mais diversas tipificações de alunos muitas vezes faltosos na escola, e principalmente, a falta de interesse nos estudos. O depois, vem os resultados e junto os impactos que seja positivo acompanhado do alívio e a sensação do dever cumprido, mas por outro lado quando negativo a frustração se não ter

conseguindo, mesmo somando esforços. (GRABE, 1986).

Nos moldes da Avaliação Externa com os seus resultados metodológicos percebe-se uma corroboração entre os gestores, professores e funcionários de uma escola como atores diretamente envolvidos na efetivação dos dados apresentados pelos índices. Os técnicos da Secretaria Municipal de Educação repassam aos gestores as metas predefinidas, que subsequentemente são transferidas aos professores onde precisam ser alcançadas, na escola, com um eficiente e eficaz desenvolvimento do trabalho pedagógico com os educandos.

Todos os atores na escola são avaliadores e facilitadores num processo de negociação para obter um consenso, a partir de informações apropriadas com uma meta a alcançar que se abstêm de amostragem quantitativa, mas, sobretudo qualitativa a alfabetização na idade certa um direito constitucional de todas as crianças e um dever moral de todos os profissionais da educação. “A avaliação é um processo de negociação” (GUBA, 1989).

Toda avaliação tem um intuito, no caso da avaliação externa não é diferente, pois é parte fundamental para verificação da aprendizagem das crianças na idade certa que se considera no final de cada ciclo, caracterizado pelo segundo, quinto e nono ano do ensino fundamental. O processo inclui o *empowerment*, ou seja, o poder do diálogo, da conquista, do convencimento, do exercício de liderança entre os seus pares seja técnicos x gestores, gestores x professores, professores x alunos e vice-versa promovendo a capacidade de conduzir positivamente o processo de ensino aprendizagem mostrado na avaliação.

É notório que os educandos constroem objetivamente seus conhecimentos com o auxílio de um agente facilitador. Na educação informal em casa com a família e na educação formal na escola com os professores. Salienta-se que a construção desse conhecimento não se resume somente em fatores externos, mas na aplicabilidade de uma avaliação devidamente conduzida e experienciada em uma análise minuciosa e adequada.

2.2 AVALIAÇÃO EXTERNA NA GESTÃO POR RESULTADO E O TRABALHO DOCENTE

A Avaliação da Educação Básica, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP⁵ vislumbra a promoção de estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro. Tem por objetivo monitorar a qualidade de ensino no país, com o desafio de fazer com que diferentes atores incorporem a avaliação externa em seu cotidiano, vendo-a como apoio para melhorar as habilidades e competências no ensino aprendizagem dos educandos.

O INEP tem como modalidade o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB⁶), sendo pioneiro no campo nacional. Vislumbra o conhecimento mais aprofundado do sistema educacional, com a prática de levantamento estatístico e avaliativo de pesquisa por amostragem do ensino fundamental e médio, realizada a cada dois anos, com especificidade dos anos ímpares, recebendo o nome de Prova Brasil.

Sobre a prova Brasil consolida-se uma avaliação censitária abraçando os alunos do 5º ano e do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal com no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries avaliadas, tendo os resultados disponibilizados por escola. Esta avaliação tem por intuito de estimar qualitativamente o ensino ministrado nas escolas públicas.

A prova Brasil é uma avaliação externa com exequibilidade bianual. Aplica-se aos estudantes com itens de múltipla escolha nas disciplinas de língua portuguesa, com ênfase na leitura e em matemática, com o foco na resolução de problemas acrescido ao questionário socioeconômico fornecendo informações sobre o contexto social. Para os professores e diretores das turmas avaliadas, também são destinados um questionário que verificam dados demográficos, condições de trabalho docente e perfil dos educadores.

A partir desta avaliação é possível a projeção do Índice de Desenvolvimento

5 Fundado em 1984, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) tem como objetivos principais promover os estudos e pesquisas no domínio das ciências sociais e naturais relacionados com os problemas de desenvolvimento do país e contribuir para a valorização dos recursos humanos locais.

6 O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) que recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações.

da Educação Básica (IDEB7), como indicador para a verificação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e as médias de desempenho nas avaliações do INEP; o SAEB, para as unidades da federação e para o país; e a Prova Brasil, para os municípios (MEC). Como, também, a Implantação da Provinha Brasil que tem por objetivo verificar se as crianças de 6 a 8 anos estão se alfabetizando para posterior correção de problemas e conseqüentemente a melhoria dos padrões equitativo do ensino aprendizagem.

Segundo a organização estadual, no Ceará institui-se o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE⁸). A Secretaria da Educação (SEDUC) do estado do Ceará, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF⁹), que implementado em 1992, tem como objetivo oferecer subsídios para o acompanhamento e formulação das políticas educacionais do Ceará, servindo como ferramenta para diagnosticar os resultados escolares e prestar conta sobre a qualidade do ensino público no estado onde são aplicados testes de desempenho e questionários sócios culturais que possibilitam extrair dados, visando traçar um panorama da educação qualitativa dos educandos.

Em 2007, a SEDUC ampliou a abrangência do SPAECE, que passou a avaliar a fase de Alfabetização escolar e as três séries do Ensino Médio. Dessa forma, o SPAECE se concentra atualmente em três focos: Avaliação da Alfabetização (SPAECE-Alfa¹⁰); Avaliação do Ensino Fundamental e Avaliação do Ensino Médio – incluindo a

7 IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

8 Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). Essa Avaliação abrange as escolas públicas das redes estadual e municipais do estado, avaliando os alunos da Educação Básica, desde as etapas de Alfabetização até o Ensino Médio. Da sua criação, em 1992, até os dias atuais, o SPAECE fornece subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, vislumbrando a oferta de um ensino de qualidade a todos os alunos da rede pública do Ceará.

9 O Centro de Políticas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é uma instituição que operacionaliza (elabora e desenvolve) programas estaduais e municipais destinados a mensurar o rendimento de estudantes das escolas públicas.

10 O SPAECE-Alfa consiste numa avaliação anual, externa e censitária, para identificar e analisar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da Rede Pública (estaduais e municipais), possibilitando construir um indicador de qualidade sobre a habilidade em leitura de cada aluno, o qual permite estabelecer comparações com os resultados das avaliações realizadas pelos municípios e pelo Governo

EJA nessas duas últimas etapas.

A organização desses dados institui uma interessante ferramenta para diagnosticar o produto final concebidos nas unidades escolares de um período determinado na vida escolar dos alunos e apresentar resultado à sociedade, em geral, de como se encontra a qualidade do ensino público cearense.

No Governo municipal de Maracanaú por meio da Secretaria de Educação constitui uma Diretoria de Avaliação e Monitoramento na qual tem por “objetivo de fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de oferecer aos professores, dirigentes escolares e especialistas um quadro real do estado da sua educação” (MARQUES, 2013, p.77).

Neste cenário de Avaliação externa o referido governo municipal institui uma sistemática de avaliação respectiva com as turmas de 1º ano do ensino fundamental com o objetivo de acompanhar o nível de proficiência em leitura e habilidades na escrita dos alunos de acordo com as matrizes de referência da proposta curricular do próprio município no qual se baseia nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Como enfatiza a diretora de Diretoria de Avaliação e Monitoramento.

Por considerar a avaliação um instrumento eficaz da gestão, foi implantada em 2008, por meio da Lei nº 1.269/07, regulamentada pelo Decreto nº 2.010/09, a sistemática de avaliação com os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental. Essa avaliação visa a monitorar o nível de proficiência dos alunos nos eixos de leitura e escrita, na fase de alfabetização. Para tanto, o Município cria a Matriz de Referência própria, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Proposta Curricular de Maracanaú. (MARQUES, 2013, p.77 e 78)

Ressalta-se que os professores que logram êxito em suas turmas de 1º ano do ensino fundamental no município de Maracanaú com o índice de no mínimo 90% (noventa por cento) de acertos nas provas realizadas com todos os alunos matriculados da turma são bonificados com o acréscimo de 10% (dez por cento) da sua remuneração no ano seguinte.

Nesta conjuntura é que se encontra a inquietude de professores na educação em Maracanaú, com a ânsia por resultados convincentes em curto prazo, por vezes sobrecarregam os profissionais da educação em busca de parâmetros predeterminado e requerido, com a realidade da escola pública atual, no contexto social transitório.

O trabalho docente tem excessivas cobranças por resultados positivos no que concerne a metas projetadas e metas a alcançar em curto espaço de tempo em consonância com a aprendizagem o que, de modo geral, provoca nos professores uma angústia com a dinâmica da avaliação em larga escala.

Todo professor tem características múltiplas, mas o foco principal sempre será no ensino aprendizagem. Segundo Antunes (2002, p.36)

O professor pode reunir todas as características específicas e a essas ainda acrescentar outras. Proprietário de contagiante simpatia mostra-se sensível à leitura e interpretação dos sentimentos dos alunos, mais que isso, curte o que a garotada curte e nos papos de intervalo flui sobre temas que vão do futebol a música, dos últimos games as acrobacias nos “skates”. Mas se tudo isso não se consolidar em sólido conhecimento do conteúdo que, ministra, admirável sensibilidade para perceber nas muitas linguagens de seus alunos. Todo simbolismo do seu saber, uma extraordinária capacidade em promover a aprendizagem significativa e fazer de suas aulas espaço limitado para diversas habilidades operatórias e, portanto, múltiplas inteligências, de quase nada valerá sua magia em seduzir os alunos e controlar a disciplina. Certamente enganará, mas apenas por algum tempo.

Diante deste contexto necessita-se uma ação docente que vislumbre o ato de avaliar para além de resultados almejados pelos sistemas de ensino voltada principalmente para a aquisição da aprendizagem e favorecendo a autoestima do educando, que é parte essencial para o desenvolvimento intelectual do mesmo, pois se a falta de avaliação é grave igualmente prejudicial é a sua inadequação.

A Avaliação deve ser para o outro e para si. Deve-se, portanto, avaliar-se sempre professores e alunos por um processo de auto avaliação. Todo professor deve fazer uma autoavaliação no sentido de procurar aperfeiçoar seu desempenho profissional como também instigar o aluno a fazê-lo, pois incentiva-o a responsabilidade de seu próprio desempenho escolar.

Portanto, a auto avaliação deve ter um caráter crítico e não depressivo, sempre em prol dos educandos, pois só assim podem ser detectados suas carências e limites proporcionando-lhes uma intervenção oportuna.

Nenhum professor ou professora escapa do juízo que dela fazem os alunos... O professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e dos agentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum desses passa pelos alunos sem deixar sua marca. (FREIRE, 1996, p. 73).

Daí a importância do professor se auto avaliar sempre, para que possam com segurança avaliar adequadamente os seus alunos. No entanto, sem nunca se esquecer de que é um profissional e como tal precisa estar sempre aberto à crítica e aceitá-la com o intuito de aprimoramento e crescimento pessoal.

A auto avaliar é primordial para melhoria constante, afinal o ser humano nunca é pronto e acabado. Estando, portanto, passível a mudanças para melhor desempenho profissional e, principalmente, pessoal. Os professores em tempos de avaliações por resultado precisam admitir que todos, em todo o tempo, ao avaliar também se tornam avaliados e isto é uma constante, assim como todo ser humano constitui-se sempre eternos aprendizes.

2.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é sem dúvida a preocupação de todos os governos. Segundo Freitas (2004) em meados da década de 80 aparece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB – que se solidifica na segunda metade dos anos 90, com a inclusão de exames nacionais: o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – e o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA. O governo federal expandiu sua atuação avaliativa dentro de programas como o do livro didático – PNLD – e o do Fundo de Fortalecimento da Escola – Fundescola – com o projeto Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE inserindo “tecnologia” de planejamento estratégico em escolas públicas das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O sistema de ensino escolar normatizou organismos que flexibiliza a avaliação da aprendizagem na regulação do fluxo escolar, a exemplo da classificação/reclassificação, progressão continuada e progressão parcial, como também à possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar e à obrigatoriedade de estudos de recuperação, preferentemente paralelos ao período letivo.

Com a implementação de políticas públicas surge a avaliação da educação básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP tendo como

objetivo de “monitorar a qualidade” e com o desafio de fazer com que diferentes atores incorporassem a avaliação externa em seu cotidiano vendo-a como apoio para melhorar a qualidade do ensino.

A avaliação qualitativa é evidenciada pelos seguintes aspectos: Para quem? Para que? O que? Quanto? Como? Onde? E, quando melhorar? E, como conferir tal melhoria? Desse modo fica mais evidente a inferência após a avaliação da aprendizagem.

Consonante ao Ministério de educação para compreender o processo de ensino-aprendizagem é importante focar a ação docente e o desempenho dos estudantes. Salienta-se que a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é concomitantemente dividida entre toda a comunidade escolar, tal quais os gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais organizando e desenvolvendo a avaliação institucional, numa perspectiva de gestão democrática.

Na avaliação implica-se coerentemente a observação e análise do indivíduo não somente apenas relativo ao cognitivo, mas todo o processo afetivo e social que culminou naquele ensino, então aferir adequadamente a avaliação para inferir em uma aprendizagem satisfatória.

Na escola o conselho escolar sendo corresponsável pelo desenvolvimento do processo educativo necessita incluir uma visão global da escola identificando os aspectos a serem avaliados e quais os que podem ser considerados adequados ao trabalho desenvolvido para estabelecer o desempenho apropriado ao educando.

Para tornar a avaliação um instrumento de articulação e dinamização do trabalho pedagógico da escola é preciso de forma cooperativa e democrática realizar encontros junto com o conselho escolar para analisar resultados, explorar as avaliações em todos os aspectos e reformulá-las de modo a centrar-se em uma nova avaliação que embase as peculiaridades de cada segmento escolar. Após esse mapeamento minucioso na avaliação identificando os pontos fracos, mediando os pontos fortes o conselho escolar indicará a direção para eficácia da ação pedagógica com resultados positivamente alcançados.

Enfatiza-se que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos educandos em avaliações que visam

identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. Sendo assim a avaliação contempla as demais dimensões como o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais humanos e pedagógicos da escola e o desempenho dos educadores docentes e não-docentes.

Na perspectiva de Souza. et al. (2005) a avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação é a maneira mais dinâmica para analisar o desenvolvimento aprendizagem dos alunos, e principalmente o parâmetro para a avaliação do trabalho do professor, e conseqüentemente, da gestão e da escola.

Portanto inclui-se como função social da escola a investigação da vida escolar dos educandos para incrementar na construção dos indicadores de qualidade da educação. Deste modo, os subsídios para a análise da estrutura, organização, gestão e funcionamento da escola e das suas interconexões com a comunidade e com os mecanismos de gestão do sistema de ensino têm que levar em conta, antes de tudo, a vida escolar dos muitos alunos matriculados nas escolas.

A organização da avaliação institucional concomitante com o planejamento participativo vem maximizar a instância para uma aprendizagem qualitativa. No caso específico na EMEIEF governador César Cals de Oliveira Filho, o planejamento é especificado no Diário obedecendo as seguintes categorias e competências: habilidades; situação didática; atividades complementares e avaliação com o intuito de ministrar uma aprendizagem qualitativa para os educandos. A seguir a exposição específica desse modelo de planejamento das escolas de Maracanaú.

Quadro 1 - Modelo de Planejamento das Escolas de Maracanaú

CATEGORIAS	CONCEITOS	REFERÊNCIAS
COMPETÊNCIAS	“É a faculdade de mobilização de um conjunto de recursos cognitivos como saberes, habilidades e informações para solucionar com pertinência e eficácia numa série de situações”.	PERRENOUD
HABILIDADES	“As habilidades estão associadas ao saber-fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida”.	MORETTO
SITUAÇÃO DIDÁTICA	“É formada por atividades que podem ser definidas como sendo os “meios” usada pelo professor a fim de que os alunos vivenciem as experiências necessárias ao desenvolvimento de competências e habilidades fazendo que aprendizagem seja significativa”	MACHADO
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	“São consideradas todas as atividades realizadas para que se efetivem as aprendizagens pretendidas com a situação didática, as mesmas podem ser extraídas do livro do PNLD ou qualquer outro portador de texto”.	FREIRE
AValiação	“A tomada de consciência dos educadores sobre sua prática, desvelando-se princípios coercitivos e direcionando a ação avaliativa no caminho das reações dinâmicas e diálogos em educação”	HOFFMANN

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados SME, 2017.

Neste gráfico representativo apresentado no segundo planejamento integrado em 2017, define-se as principais categorias exploratória que os professores da rede pública de ensino no município de Maracanaú precisam compreender e vivenciar em suas rotinas de trabalho. Este parâmetro fora retirado do diário e complementado com as definições pesquisados com o auxílio dos autores Perrenoud, Moretto, Machado, Freire e Hoffmann.

2.4 AVALIAÇÃO EXTERNA ALIADA A ESCOLA DEMOCRÁTICA

Nas escolas sempre houve as tradicionais avaliações internas para mensurarem o aprendizado dos alunos. Na atualidade se propaga com veemência a avaliação externa, também conhecida como avaliação em Larga Escala que tem o intuito de avaliar os níveis e modalidades da educação nacional, estadual ou municipal

voltado as políticas públicas.

Os modelos de avaliações vigentes são: SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; Prova Brasil; IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira. Estados e municípios podem ter seus próprios modelos de avaliação, mas são sistemas complementares de avaliação em larga escala. Particularmente, em Maracanaú tem a avaliação do 1º Ano do Ensino Fundamental. E no estado o SPAECE, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, onde são aplicados testes de desempenho e questionários de contextuais com vistas a traçar metas para inferir na qualidade de ensino da educação básica estatal.

O grande desafio é utilizar os resultados da Avaliação Externa para o melhoramento da qualidade na Educação básica, observando o número de alunos matriculados nas escolas com base no censo, tendo como parâmetros as proficiências e o fluxo, que tem pressuposto no cálculo os índices de aprovação ou reprovação, evasão e tempo de estudos dos estudantes no ano avaliado.

O resultado é a democratização do ensino, a universalização e qualidade do ensino público e investimento em polícias públicas e formação dos professores. Segundo o MEC “A avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo. Por meio dela, o professor fica sabendo como está a aprendizagem dos alunos e obtém indícios para refletir e melhorar a sua própria prática pedagógica.” (Inep – MEC: 2004, p.27)

Pesquisar sobre a avaliação externa aliada a escola pública é uma necessidade de refletir sobre as possibilidades de adequação dos procedimentos metodológicos desta avaliação à aprendizagem, com vistas à promoção da escola democrática e, principalmente, do rendimento acadêmico positivo dos educandos.

As avaliações, sobretudo as externas, por muitos refletidas na perspectiva de controle, mediante a qual se faz uma classificação quantitativa dos alunos, onde os instrumentos de avaliação visam a classificação do desempenho dos educandos.

Sendo assim, refletir sobre avaliação na escola pública, vislumbra desemaranhar o enigma da avaliação ou exame com o intuito de cooperar para sistematização disciplinar na escola democrática.

Avaliar sugere desafio. Avaliar, portanto, não é tarefa fácil tornando-se cada

vez mais desafiador.

O objetivo do desafio que se enfrenta, quanto a uma perspectiva mediadora da avaliação é, principalmente, a tomada de consciência dos educadores sobre sua prática, desvelando-se princípios coercitivos e direcionando a ação avaliativa no caminho das reações dinâmicas e diálogos em educação". (HOFFMANN, 1999, p.81).

Através da avaliação, é que se observa e analisa os alunos, adequadamente, dando-lhes um diagnóstico, que será adaptável a sua realidade e, principalmente, da sociedade a qual estão inseridas. Isto é prerrogativa de todos que a fazem a escola democrática.

A gestão pedagógica tem como pressuposto assessorar a escola de um modo geral e especificamente o professor na potencialização de uma ação curricular dinâmica, crítica, criativa e competente no desenvolvimento da aprendizagem significativa, com base em princípios e pesquisa científica, na compreensão da estrutura epistemológica do conhecimento e da aprendizagem educativa e, por via de consequência, no desenvolvimento integral do educando.

Como também o(a) gestor(a) pedagógico(a) tem como centralidade a promoção do ensino aprendizagem focando sempre as ações pedagógicas do professor (a) que elevem o pensar, o mudar, o fazer, o sentir e o socializar dos alunos.

O gestor geral tem a complexidade da organização escolar de modo a incentivar o trabalho aliando conhecimento específico da educação, relacionamento interpessoal com a comunidade interna, em especial com os professores e aluno; a capacidade de ganhar confiança e atrair a comunidade externa, principalmente os pais e dinamizar o núcleo gestor para uma melhor eficácia na educação qualitativa.

A gestora administrativa financeira conduz o orçamento com organização, responsabilidade e transparência, uma vez que com a reunião do Conselho Escolar onde advêm os representantes de professores, funcionários, equipe gestora, estudantes, família e comunidade com a intenção de definir prioridades para garantir a instituição um ambiente prazeroso e dinâmico em prol de um bem-estar comum na comunidade escolar.

A secretária tem o encargo de manter, com eficiência e eficácia, a documentação, a escrituração e arquivos na escola, como também uma postura

apropriada e ética nos trâmites dos documentos escolares. É, portanto, a responsável direta da Secretaria da Unidade escolar assessorando a produtividade no trabalho do professor competindo-lhe a organização e preservação de toda a documentação da Unidade Educativa, seja de forma escrita ou digitalizada. Porém para atingir seus objetivos necessita do desempenho e pontualidade de toda comunidade escolar através do trabalho coletivo, ou seja, os objetivos são alcançados quando todos os membros se sentem responsáveis por sua realização.

O (A) coordenador (a) pedagógico (a), na escola, por muitos é considerado um fiscal ou alguém que censura o fazer normatizado em sala de aula. Porém a função do coordenador pedagógico é bem mais abrangente do que diz o dicionário que é a pessoa incumbida de orientar, harmonizar, coordenar os trabalhos de um grupo. Na verdade, é bem mais amplo, pois se precisa de orientação e cumplicidade no fazer pedagógico articulado de modo a garantir e centralizar as conquistas do grupo de professores assegurando que as boas ideias tenham prosseguimento. Como ressalta Silvana Augusto "O coordenador centraliza as conquistas do grupo e assegura que as boas ideias tenham continuidade".

Especificamente na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho as coordenações pedagógicas atuam de modo reflexivo, junto aos professores com ações coletivas nas práticas pedagógicas numa gestão democrática, com o objetivo de obter o sucesso escolar, com a convivência de todos os segmentos que fazem parte da instituição de ensino. E para a resolução de situações problemas, que surgem no decorrer do processo, passam a ser estruturadas, pensadas e questionada entre os professores com o intuito de fortalecer o aprimoramento da aprendizagem significativa dos educandos. Essas ações pedagógicas encontram-se explícita no projeto político pedagógico.

Todas as formas de trabalho pedagógico almejam articular junto a gestão, aos professores e alunos procedimentos metodológicos que vislumbram um melhor rendimento do processo ensino aprendizagem buscando alcançar as metas em políticas públicas que se encontram inseridas no contexto escolar, bem como em todo o estado.

As políticas públicas no Ceará visam, sobretudo, um melhor desenvolvimento para o ensino formal no estado. O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC),

instituído desde 2007 pelo governo estadual, diante do problema da qualidade de ensino do período de alfabetização na rede pública de ensino que tem como meta primordial alfabetização em um curto espaço de tempo das crianças da rede pública de ensino é essência da avaliação externa.

Diante do exposto sobre Gestão por Resultados e Avaliações Externas, faz-se uma reflexão no âmbito de políticas públicas, com observâncias entre gestores e professores e, principalmente, as expectativas em minimizar os impactos negativos na educação formal. É, portanto, um processo reflexivo de construção da prática pedagógica, em função da meta maior das escolas que é a formação de cidadãos críticos construtivos para atuar eficientemente na sociedade contemporânea.

A sociedade atual é dinâmica e está em constante processo de mudanças. É a escola, que tem a função social voltada para a formação cidadã, precisa estar preparada para acompanhar e vivenciar tais mudanças.

O profissional da educação não pode encarar as avaliações, as reflexões e análises da realidade como uma mera ação burocrática, mas sim, reconhecer as propostas pedagógicas como subsídios de construção coletiva. Essa construção se dá inicialmente no espaço e tempo proporcionado para este fim que denominamos escola, mas essencialmente em todo e qualquer instante destinado a educação.

A Avaliação em larga escala, objeto apresentado nesta pesquisa, é bastante estudado e nos faz questionar que avaliar a participação é muito complexo e ainda mais desafiador é avaliar a eficácia da participação desta avaliação.

Portanto, cabe aos profissionais da educação sensibilizar-se e diagnosticar adequadamente seus educandos para intervir de maneira positiva no acompanhamento pedagógico e aos pais colaborarem efetivamente com a escola para um melhor rendimento dos filhos, então garantir o desempenho escolar, permitindo assim a real função social da escola democrática formando cidadãos mais atuantes.

No âmbito geral a educação significa um meio pelo qual os hábitos, costumes e valores de uma sociedade são transferidos de uma geração a outra por vários tipos de condutas, seja através de situações presenciadas e experiências vividas informalmente ao longo da vida ou de modo sistêmico e formal.

Quanto a Educação Informal que se caracteriza por não ser intencional ou

organizada, mas casual e empírica exercida a partir das vivências, de modo espontâneo abrange todas as possibilidades educativas, no decurso da vida do indivíduo, construindo um processo permanente e não organizado. É realizada na família, como primeiro e privilegiado espaço de transmissão da cultura, se estendendo ainda no convívio com amigos, nas atividades de trabalho e lazer, como também nos veículos de informação, dentre outros.

Para o Ministério da Educação (MEC), a educação formal é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais, ou seja, acontece na escola mediante a participação do professor e que tem os objetivos relativos ao ensino e a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizado, regimentados por leis, tendo como exemplo, as Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), com o intuito de preparar o ser humano para a civilidade.

Consolida-se que na visão de mundo a Educação nasce de um processo dialético natural onde ao mesmo tempo em que se influencia, para a melhoria do processo ensino aprendizagem, também são influenciados, pois é ensinando que se aprende e vice-versa; como também se contribui de maneira positiva ou negativa, também recebem contribuições seja formal ou informal.

Todavia a escola democrática deve ser promotora de mecanismos de inclusão social, que promova o acesso ao direito de cidadania, como o respeito ao próximo, civilidade e tolerância. Afinal é pela educação que nos tornamos um ser social, aonde a socialização nos conduz a um processo dialético evolutivo.

3 POLÍTICA EDUCACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DO BRASIL, DO CEARÁ E DE MARACANAÚ

As políticas públicas no Ceará visam, sobretudo, um melhor desenvolvimento para o ensino formal no estado e, conseqüentemente, no município de Maracanaú. O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), instituído desde 2007 pelo governo estadual, diante do problema da qualidade de ensino do período de alfabetização na rede pública de ensino que tem como meta primordial alfabetização em um breve espaço de tempo das crianças da rede pública de ensino é essência desta pesquisa.

A política de educação no estado do Ceará apresenta-se em regime de colaboração, com a cultura de monitoramento proposta pelo estado nos moldes:

- Escola-escola: acompanhar e monitorar a escola. Processo pelo qual pais, professores, coordenadores escolares e diretores acompanham os processos e resultados de aprendizagem dos estudantes.
- Município-escolas: acompanhamento coordenado pelo gerente municipal do PAIC e equipe local.
- CREDE-municípios: equipe regional (CREDE) e municipal debruçam-se sobre os dados das escolas e dos municípios.
- SEDUC-CREDEs: a SEDUC acompanha as CREDEs mediante o monitoramento dos indicadores regionais. (RAMOS, et al., 2016a, p. 312).

Diante do exposto sobre Políticas Públicas no âmbito da gestão por Resultados, que é uma proposta elencada para um estudo de caso de observação no campo de estudos do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP com a linha de pesquisa Avaliação de Instituições Públicas, Programas e Projetos Institucionais arquiteteta-se elaborar um acervo bibliográfico reflexivo para saciar as curiosidades de educadores e, principalmente, as expectativas em minimizar os impactos negativos na educação formal cearense, especificamente, em Maracanaú.

No entanto novos problemas sempre surgem devendo em conjunto gestores, professores, funcionários, alunos e família transformá-los desafios, onde percebam-se corresponsáveis pela individualidade e ritmo dos alunos para aprender a aprender, considerando por sua vez um trabalho satisfatório para comunidade escolar.

É, portanto, um processo reflexivo de construção da prática pedagógica, em função da meta maior da escola que é a formação de cidadãos críticos construtivos

para atuar eficientemente na sociedade contemporânea.

Urge analisar o tema proposto para que em pares se possam delimitar procedimentos eficazes para combater o índice alarmante de analfabetismo no país e particularmente no estado do Ceará. É certo que esta realidade já apontada por várias pesquisas merece particular atenção por se tratar de uma política pública diretamente ligada funções pedagógicas da atualidade e por certo um problema social que como cidadãos precisa-se refletir quiçá combater.

Para Milani (2005), as experiências para a renovação das políticas públicas locais não se tratam de uma tarefa fácil. No entanto sua renovação traz respostas às contradições intensificadas pela globalização econômica no campo social, produzindo novos mecanismos de cogestão, diversificando as alianças sociais ou tentando converter o espaço local em novo lócus de solidariedade cívica.

O autor cita alguns casos. Da América Latina, relata que em poucos países se pôde efetivamente construir um mínimo básico de bem-estar. Já na Europa, enfatiza que a visão social do Estado está em descrédito, tendo assumido caráter populista ou sendo investido pelo cânone neoliberal. O que não se difere da realidade brasileira.

Segundo o autor os riscos mais frequentes são de caráter dispersivo das iniciativas dos governos locais que pode debilitar o conjunto da política social. Como, também a ausência de mecanismos institucionais que garantam as regras contínuas do fazer políticas públicas no âmbito local levando à fragmentação das experiências e à diferenciação dos direitos e serviços acessíveis em um mesmo território nacional.

Exemplificando os riscos na América Latina, cita Cabrero (2004), muitos programas de origem federal tendem a ser mais cuidadosos e fundada em critérios mais profissionais e rigorosos; eles tendem, porém, a conter fortes inércias burocráticas e rigidez na implementação, aspectos que pouco entusiasma os cidadãos.

O autor chama a atenção para um segundo limite associado à participação cidadã na formulação de políticas públicas locais diz respeito à forma como a institucionalidade participativa é vivenciada e à conseqüente falta de sustentabilidade dos programas. Muitos programas sociais são interrompidos causando graves problemas para os cidadãos-beneficiários. A participação, enquanto ação coletiva pode,

assim, esgotar-se no processo e não constituir um fator de estímulo à continuidade das políticas públicas.

Paradoxalmente, a institucionalização de experiências de participação cidadã pode cair na armadilha da burocratização do processo de participação em um esquema mais corporativo.

Em Maracanaú terra das maracanãs cidade jovem com trinta e quatro anos emancipado e completados em 2017, tem como data oficial de emancipação 06 (seis) de março de 1983 assegurado pela Lei de criação nº 10.811 em 4 de julho de 1983. Segundo IBGE (2010) a área territorial é de aproximadamente 106,648 Km sendo 99% urbanizada e com uma população com cerca de 209.057 habitantes. Maior centro Industrial do Ceará e o segundo maior PIB do estado.

A Secretaria de Educação de Maracanaú tem a frente o secretário de Educação Sr. José Marcelo Farias Lima com vasta experiência, foi secretário durante 12 anos no município (1993 – 2004) e retoma a pasta em 2007 até a atualidade, concomitantemente, membro do Conselho Estadual de Educação. É um secretário respeitado, sério e comprometido com a educação do município.

As políticas públicas que se apresentam na educação municipal têm como centralidade a qualidade, equidade e humanização do ensino, valorização dos profissionais da educação e integração da comunidade nos moldes de uma gestão democrática para uma educação emancipadora.

A Secretaria educação tem como ações permanentes em políticas públicas a conferência Infanto-juvenil do Meio Ambiente englobando o Ensino fundamental do 6º a 9º ano das escolas públicas municipais com os temas: mudanças climáticas, biodiversidade, diversidade ético-racial, segurança alimentar e nutricional com a participação dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos de assentamentos e crianças de ruas expondo projetos inéditos selecionados e apresentados a secretaria de Educação do Estado com representação Nacional a cada três anos em Brasília. A Semana da Pátria promovida anualmente no mês de setembro reunindo toda comunidade local, técnicos da Secretaria de Educação, escolas públicas e particulares com o apoio das Forças armadas e bombeiros culminando com um desfile cívico nas ruas dos bairros e centro da cidade. O PNAIC como compromisso assumido com

governo federal com finalidade de alfabetizar todas as crianças até oito anos, ou seja, término do 3º ano do ensino fundamental assumindo o compromisso pedagógico considerando quatro princípios básicos: a problematização do sistema de escrita; o desenvolvimento do protagonismo infantil garantido no acesso a variação de gêneros literários para o desenvolvimento da capacidade de leitura e produção de textos; o aprendizado interdisciplinar; trabalhando com o lúdico. A formação permanente de gestores com seleção a cada quatro anos objetivando buscar potencialidades e talentos fortalecendo os relacionamentos e intensificando as capacidades administrativas e pedagógicas, concomitantemente a formação de professores. A Cultura de Paz com o intuito da promoção de um ambiente escolar de amizade e respeito. A Educação Especial Inclusiva respeitando a diversidade, desenvolvendo práticas colaborativas e fomento a participação da comunidade. O Planejamento estratégico participativo com seminários e encontros envoltos com associações, sindicatos, órgãos públicos e demais membros da sociedade. E a municipalização do ensino infantil assumido com responsabilidade de fato e de direito.

A educação em Maracanaú tem como nível de ensino a Educação Infantil com a modalidade de creche e Pré-escola que objetiva desenvolver na criança o aspecto afetivo, cognitivo, social, psicomotor, social e linguístico; e o Ensino fundamental de 1º ao 9º ano que fundamenta-se na LDB 9394/96 tendo como objetivos a formação básica do cidadão; nas modalidades de Educação de Jovens e adultos e idosos compreendida em presencial e semipresencial; Educação Especial Inclusiva com salas multifuncionais com profissionais capacitados em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e contratação de intérpretes e instrutores de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas escolas como suporte aos alunos potencializando a aquisição do conhecimento; Centro de Línguas (CLM) onde oferece a toda comunidade os cursos de Inglês, Espanhol e Libras através de seleção semestral e o Núcleo de Tecnologias (NUTEM) que tem como função principal capacitar e orientar gestores e professores quanto ao uso pedagógico das tecnologias digitais na escola através dos Laboratórios de Informática Educativa (LIEM) na perspectiva de proporcionar a inclusão digital no contexto escolar tendo à frente professores capacitados e selecionados para a função.

Em seu planejamento político administrativo compõe trinta e nove bairros Acaracuzinho, Alto Alegre I, Alto Alegre II, Alto da Mangueira, Antônio Justa, Boa Esperança, Boa Vista, Cágado, Coqueiral, Centro, Cidade Nova, Conjunto Industrial, Esplanada do Mondubim, Furna da Onça, Horto, Jaçanaú, Jardim Bandeirantes, Jardim Jatobá, Jari, Jenipapeiro, Jereissati I, Jereissati II, Luzardo Viana, Mucunã, Novo Maracananzinho, Novo Maracanaú, Novo Oriente, Olho D'Água, Pajuçara, Pau-Serrado, Parque Tijuca, Parque São João, Piratininga, Picada, Santo Antônio, Santo Sátiro, Siqueira I, Siqueira II, Timbó. Sendo uma cidade em sua territorialidade basicamente urbana os bairros se assemelham, entre si, em consonância aos aspectos geográficos.

Dentre esses bairros se encontra as escolas e creches municipais que por sua vez são agrupadas por Área de Desenvolvimento Local (ADL – I; II; III; IV; V e VI) os quais estão relacionadas a seguir observados seus respectivos IDEB tendo como referência o ano-base de 2015 das turmas de 5º e 9º ano. A seguir a relação das escolas e instituições por ADL em Maracanaú.

Quadro 2 - Relação das Escolas e Instituições da ADL I

(continua)

ADL	BAIRROS DE MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
I	Alto da Mangueira	Ana Beatriz Macedo Tavares Marques, Estudante EMEF	4.8	4.9	4.2	4.0
		Dulce, Irma EMEIEF	**	4.6	**	**
		Integrando o Saber, EMEIEF	5.1	5.8	**	**
		Maria José Isidoro, Prof. ^a EMEIEF	**	**	**	**
I	Boa Vista	Braz Ribeiro da Silva, EMEF	5.9	4.9	4.6	3.6
		Francisco Barbosa, Comissário EMEIEF	6.0***	4.9	4.9***	3.8

Quadro 2 - Relação das Escolas e Instituições da ADL I

(continua)

ADL	BAIRROS DE MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETA DAS 2015 9ºANO – EF
I	Coqueiral	José Belisário de Sousa, EMEF	6.2	6.0	**	5.0
I	Centro	Centro de Educação de Jovens e Adultos de Maracanaú – CEJAM	**	**	**	**
		São José, Instituto EMEF	**	5.7	4.3	4.0
I	Horto Florestal	César Cals Neto, EMEIEF	5.4	5.6	4.7	3.8
		Elias Silva Oliveira, EMEIEF	**	4.5	**	**
I	Jereissati I	Construindo o Saber, EMEIEF	5.8	5.2	5.0	3.8
I	Novo Maracanaú	Tancredo Neve, Presidente EMEF	**	5.5	5.3	4.0
		Maria do Socorro Viana Freitas, Prof. ^a EMEIEF	**	**	**	**
I	Olho D'água	José Mario Barbosa EMEIEF	5.5	4.8	4.2	4.1
I	Picada	Norberto Alves Batalha EMEIEF	5.2	4,7	4.2	3.9

Quadro 2 - Relação das Escolas e Instituições da ADL I

(conclusão)

ADL	BAIRROS DE MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSERVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSERVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
I	Piratininga	Centro de Línguas Estrangeiras e Libras de Maracanaú – CLM	**	**	**	**
		Departamento de Treinamento – DETRE	**	**	**	**
		Liceu de Maracanaú, EMEF	**	**	5.0	5.2
		Parque Piratininga, EMEIEF	**	5.2	**	**
		Rui Barbosa, EMEF	5.7	5.0	4.4	4.0
		Núcleo Tecnológico de Maracanaú – NUTEM	**	**	**	**
I	Santo Antônio do Pitaguari	Povo Pitaguari, EMIEB	**	2.9	**	**

Fonte:Elaborado pela autora

Obs:* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados

** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

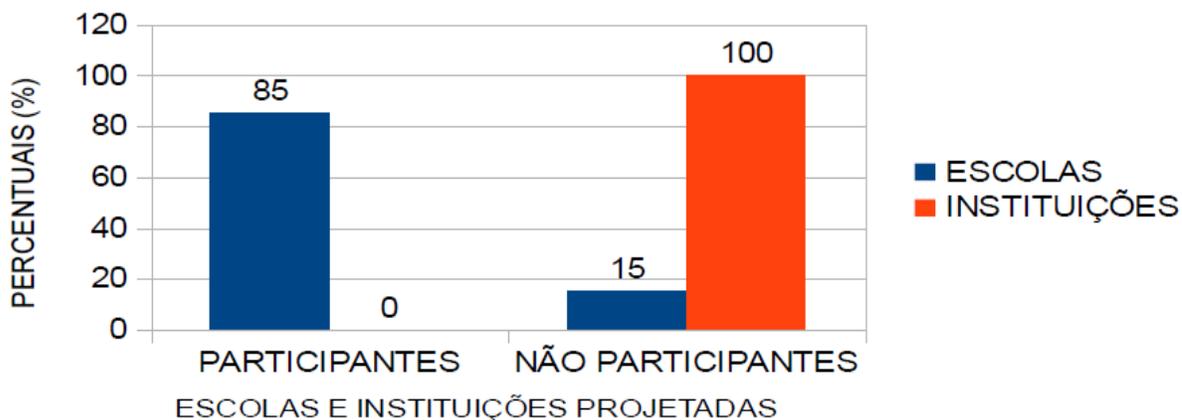
*** Calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Analisada a ADL I em Maracanaú encontra-se nesta área três (03) instituições um centro de línguas estrangeiras e libras, um departamento de treinamento para os técnicos e professores e um núcleo tecnológico disponível para professores e comunidade em geral. E, vinte (20) escolas de ensino infantil e fundamental, dentre estas existem uma indígena e outra de educação de jovens adultos e idosos semipresencial localizadas entre os bairros Alto da Mangueira, Boa Vista, Coqueiral, Centro, Horto Florestal, Jereissati I, Novo Maracanaú, Olho D'água, Picada, Piratininga e Santo Antônio do Pitaguari distribuídas de acordo com o índice populacional local.

Como mostra o gráfico das escolas projetadas ADL I baseado no IDEB de 2015.

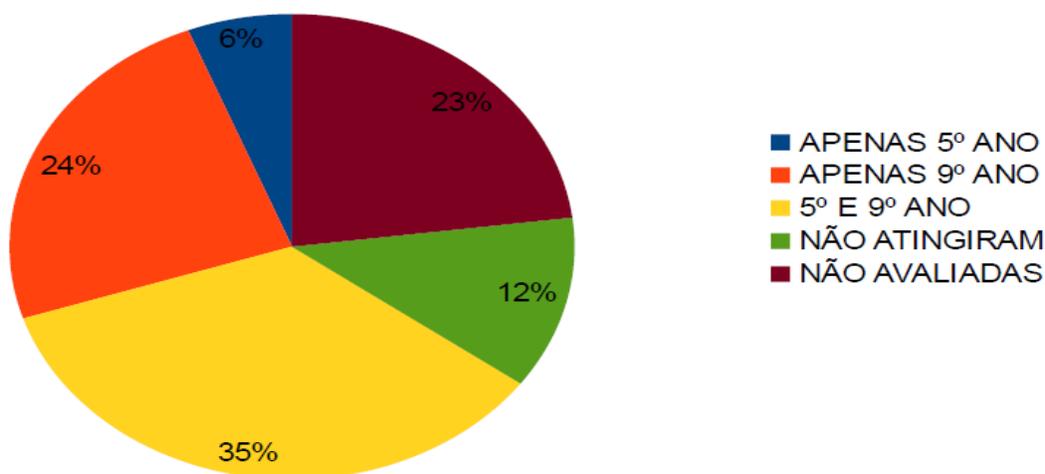
Gráfico 1 – Escolas projetadas na ADL I – IDEB 2015



Fonte:Elaborado pela autora

Destas vinte (20) escolas da ADL I 85% são contempladas com as avaliações externas com projeção para o IDEB 2015 e 15% não atendem aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado. Observa-se a seguir o gráfico das metas alcançadas nesta ADL.

Gráfico 2 – Escolas na ADL I observadas as metas do IDEB em 2015



Fonte:Elaborado pela autora

Das dezessete (17) escolas projetadas comemoram o resultado positivo do

IDEB do 5º e 9º ano em suas escolas, concomitantemente, cerca de 35%, porém 24% tem a meta alcançada apenas no 9º ano e 6% alcançam a meta apenas no 5º ano. E ainda não alcançam a média projetada 12%, e 23% não foram avaliadas pois não atenderam aos requisitos necessários. Um índice ainda baixo para o objetivo principal do projeto em erradicar o analfabetismo das crianças e adolescentes das escolas do município.

A seguir continuação do organograma das escolas por ADL II.

Quadro 3 - Relação das Escolas da ADL II

(continua)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSERVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSERVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
II	Jereissati I	Carlos Jereissati, Senador EMEIEF	6.0***	5.2	4.3***	4.0
		José Martins Rodrigues, Deputado EMEIEF	5.8	5.0	4.4	4.3
		Mirian Porto Mota CRECHE	**	**	**	**
II	Jereissati II	Centro Integrado de Educação, Saúde e Assistência Social de Maracanaú – CIES	**	**	**	**
		Herbert José de Souza, EMEF (Betinho)	6.1***	5.4	**	3.5
		Mario Covas, Governador EMEIEF	6.5	5.6	**	4.6
		Rachel de Queiroz, EMEIEF	5.7	5.6	4.7	4.8
		Genciano Guerreiro de Brito, EMEF	**	**	**	4.5

Quadro 3 - Relação das Escolas da ADL II

(conclusão)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
II	Timbó	Adauto Ferreira Lima, EMEIEF	5.7	5.0	4.9	4.1
		Edson Queiroz, EMEF	4.8***	5.2	**	4.4
		José de Borba Vasconcelos, Dr EMEF	**	4.7	4.7	4.0
		Francisco Araújo do Nascimento, Prof. EMEIEF	**	**	**	**

Fonte: Elaborado pela autora

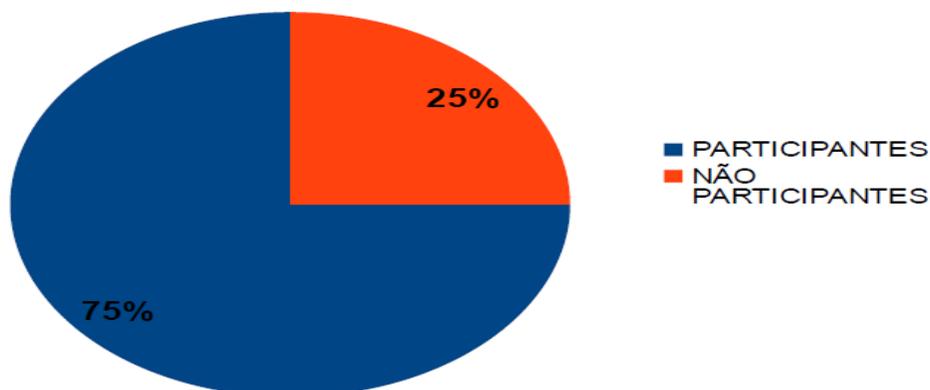
Obs: * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados

** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

*** Calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

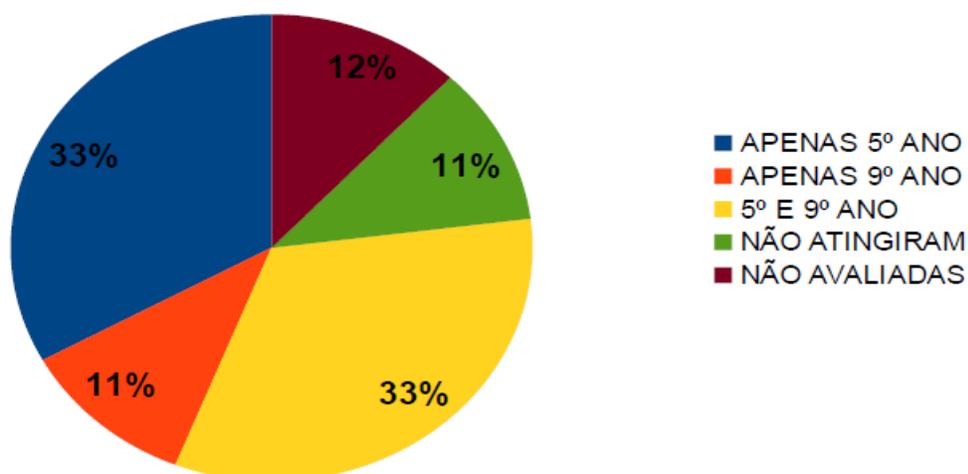
São doze (12) as escolas na ADL II distribuídas de acordo com o índice desenvolvimento dos bairros Jereissati I e II, e Timbó. Dentre as escolas desta localidade 75% foram lançadas para o IDEB 2015 e 25% não apresenta projeção para estas avaliações externas. Vejamos o gráfico desta distribuição.

Gráfico 3 – Escolas projetadas na ADL II – IDEB 2015

Fonte: Elaborado pela autora

Das nove (09) projetadas 33% comemoram em suas escolas resultado positivo com as metas alcançadas do 5º e 9º ano, concomitantemente. Mas 33% alcançam a meta apenas no 5º ano e 11% tem a meta alcançada, em suas escolas, apenas no 9º ano. E, 11% não conseguem atingir as metas projetadas. Observa-se, também que cerca de 12% das escolas desta localidade não foram contempladas com as avaliações externas por não atenderem ao perfil estipulado pelo IDEB como mostra o gráfico que se segue.

Gráfico 4 – Escolas na ADL II observadas as metas do IDEB em 2015



Fonte: Elaborado pela autora

A seguir a análise da ADL III em Maracanaú.

Quadro 4 - Relação das Escolas da ADL III

(continua)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
III	Jardim Bandeirante	Carlos Drummond de Andrade, EMEIEF	**	4.5	**	**
		Evandro Ayres de Moura, EMEF	5.8	5.4	4.7	3.7

Quadro 4 - Relação das Escolas da ADL III

(continua)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSERVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSERVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
III	Pajuçara	Almir Freitas Dutra, Prefeito EMEIEF	5.0	4.8	3.8	3.8
		Antônio de Albuquerque Sousa Filho, EMEIEF	6.2***	5.2	4.2***	4.3
		Aprender Pensando, EMEF	5.9***	5.0	**	4.4
		Centro de Educação de Jovens e Adultos de Pajuçara – CEJAP	**	**	**	**
		Elsa Maria Laureano Pereira, CEI	**	**	**	**
		Luiz Gonzaga dos Santos, EMEF	4.9	5.4	4.8	4.7
		Maria de Jesus de Sousa Macambira, Profª EMEIEF	**	5.0	**	**
		Maria Pereira da Silva, EMEF	5.5***	5.8	4.7**	4.7
		Rodolfo Teófilo, EMEF	5.7	5.6	4.4	4.2
		Sinfrônio Peixoto de Moraes, EMEIEF	5.8***	5.7	4.5***	4.9
III	Pajuçara	Teresa de Calcutá, Madre EMEF	6.5***	5.3	**	**
		Francisco Oscar Rodrigues, Prof. EMEIEF	**	**	**	**

Quadro 4 - Relação das Escolas da ADL III

(conclusão)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
III	Pajuçara	Paulo Freire, Prof. EMEIEF	**	**	**	**
		Luiz Carlos Prestes, EMEIEF	**	**	**	**

Fonte: Elaborado pela autora

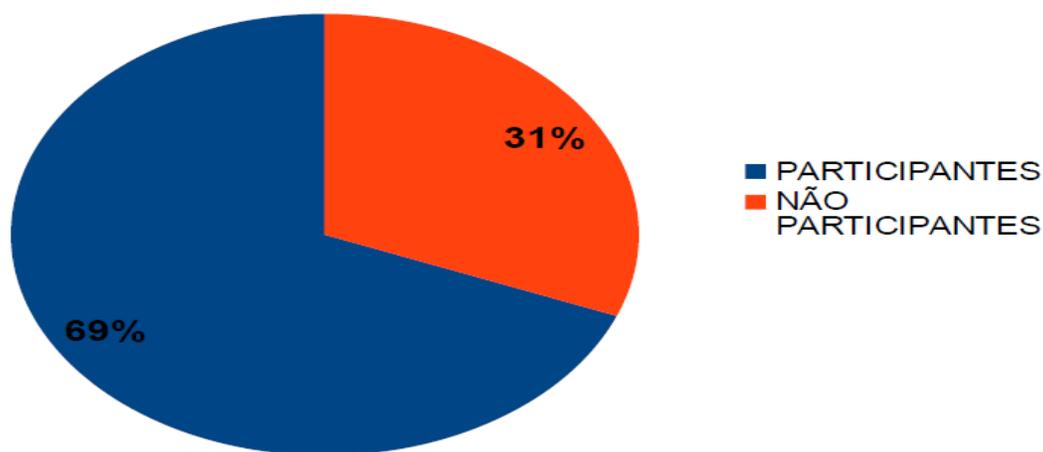
Obs: * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados

** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado

*** Calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Na ADL III são dezesseis (16) escolas nos bairros Jardim Bandeirante e Pajuçara. Dentre estas escolas desta localidade 69% foram projetadas para o IDEB 2015 e 31% não apresenta projeção para a realização das avaliações externas como mostra o gráfico.

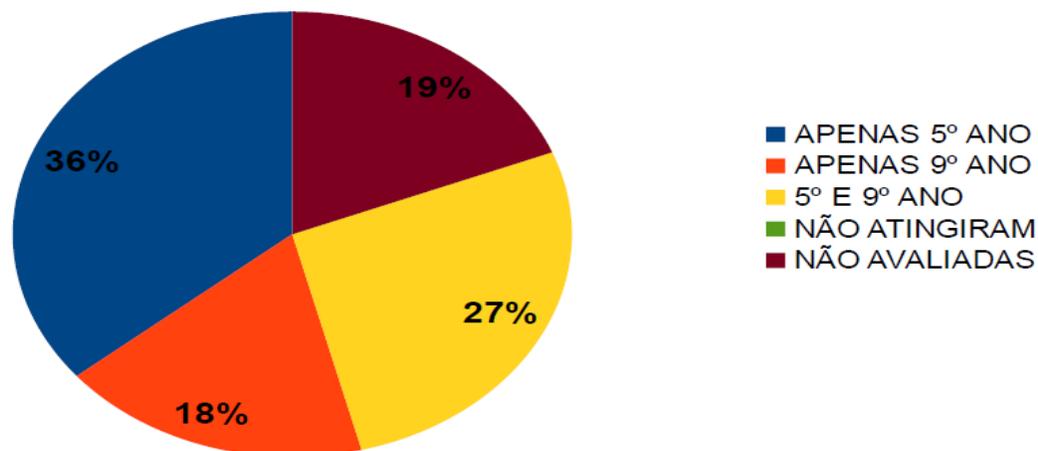
Gráfico 5 – Escolas projetadas na ADL III – IDEB 2015

Fonte: Elaborado pela autora

Das onze (11) escolas projetadas 27% tiveram suas metas alcançadas no 5º e 9º ano, concomitantemente. Contudo a maioria não das escolas não atingira o índice,

alcançam apenas 36% no 5º ano e 18% no 9º ano. Já cerca de 19% nem realizaram as avaliações externas por não se enquadrarem nos pré-requisitos estipulados para a projeção do IDEB. Vejamos o gráfico.

Gráfico 6 – Escolas na ADL III observadas as metas do IDEB em 2015



Fonte: Elaborado pela autora

A seguir são analisadas as projeções da ADL IV.

Quadro 5 - Relação das Escolas da ADL IV

(continua)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
IV	Alto Alegre II	César Cals de Oliveira Filho, Governador EMEIEF	5.4	4.7	4.5	3.6
		Júlio César Costa Lima I, EMEIEF	5.2***	3.9	**	**
		Maria de Lourdes Silva, Prof. ^a EMEF	5.9	4.7	4.7	3.8
		Marilene Lopes Rabelo, EMEIEF	**	**	**	**

Quadro 5 - Relação das Escolas da ADL IV

(conclusão)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
IV	Cidade Nova	Durval Aires, Jornalista EMEF	6.2	5.8	5.0	4.5
		Heitor Villa Lobos, EMEIEF	5.9	5.2	**	**
	Cidade Nova	Maria Rochelle da Silva, EMEIEF	5.2	5.4	**	**
		Maria Marques Cedro, Prof. ^a EMEIEF	**	**	**	**
IV	Conjunto Industrial	Walmiki Sampaio de Albuquerque, EMEIEF	5.8	5.3	4.7	5.3
IV	Esplanada do Mondubim	Vinícius de Moraes, EMEF	6.3***	5.8	**	3.5

Fonte: Elaborado pela autora

Obs: * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados

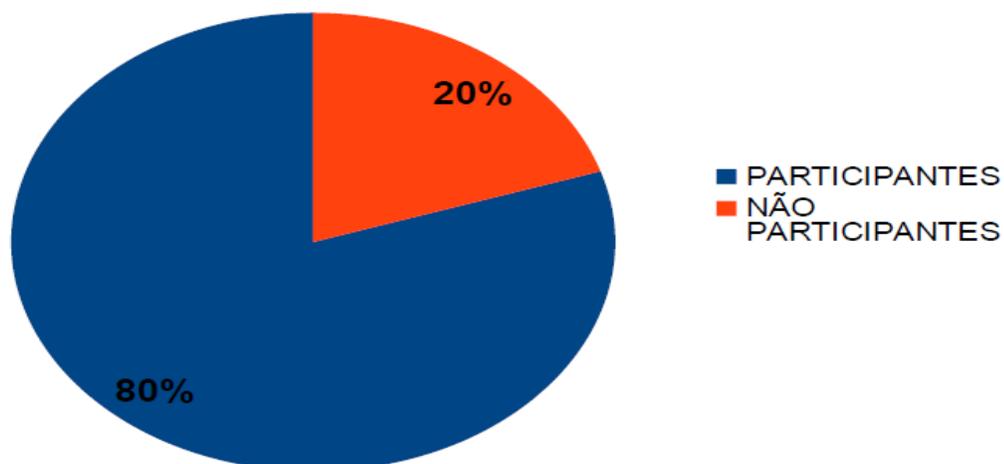
** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado

*** Calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Na ADL IV são dez (10) escolas distribuídas nos bairros Alto Alegre II, Cidade Nova, conjunto Industrial e Esplanada do Mudubim. Desta dezena de escolas 80% foram projetadas para o IDEB 2015 e 20% não apresenta projeção para a realização das avaliações externas como mostra o gráfico.

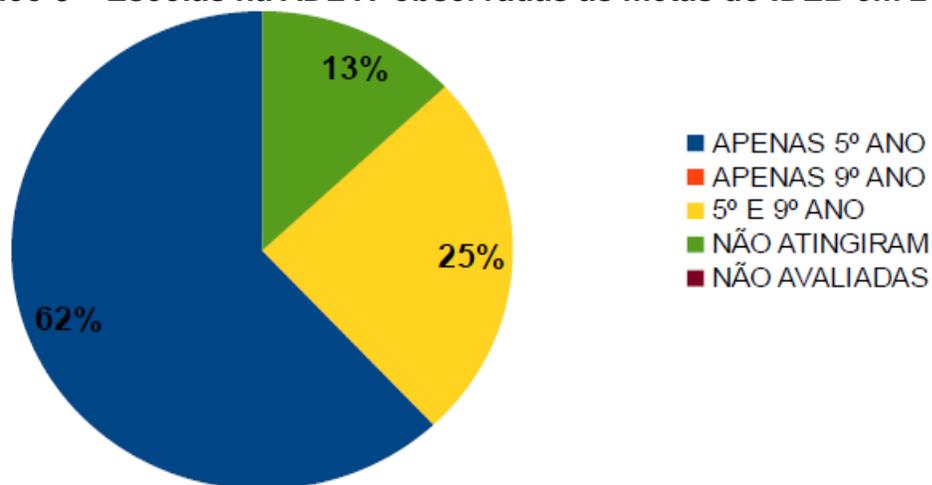
Gráfico 7 – Escolas projetadas na ADL IV – IDEB 2015



Fonte :Elaborado pela autora

Das oito (08) escolas projetadas desta área apenas 25% tiveram suas metas alcançadas, concomitantemente, no 5º e 9º ano. O destaque maior fora para o 5º ano do ensino fundamental com 62% e 13% não alcançam o índice projetado. Vejamos o gráfico.

Gráfico 8 – Escolas na ADL IV observadas as metas do IDEB em 2015



Fonte: Elaborado pela autora

A seguir são analisados os índices projetados e observados da ADL V.

Quadro 6 - Relação das Escolas da ADL V

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSEVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSEVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
V	Acaracuzinho	Antonio Gondim de Lima, EMEIEF	5.6	5.0	5.0	4.2
		Manoel Rodrigues Pinheiro de Melo, EMEIEF	5.3	5.1	4.7	4.1
		Edwirges, Santa EMEIEF	6.0	4.8	**	3.8
V	Alto alegre	Cora Coralina, EMEIEF	**	**	**	**
V	Novo Oriente	Adélia Santos de Sousa, Professora EMEIEF	**	**	**	**
		Eleazar de Carvalho, Maestro	6.5***	5.2	4.7***	4.6
		José Dantas Sobrinho, EMEF	5.9	5.3	5.1	4.4
V	Novo Oriente	Ulysses Guimarães, Deputado EMEF	5.9***	6.0	4.0	4.8
		Osmira Eduardo de Castro, CRECHE	**	**	**	**

Fonte: Elaborado pela autora

Obs: * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados

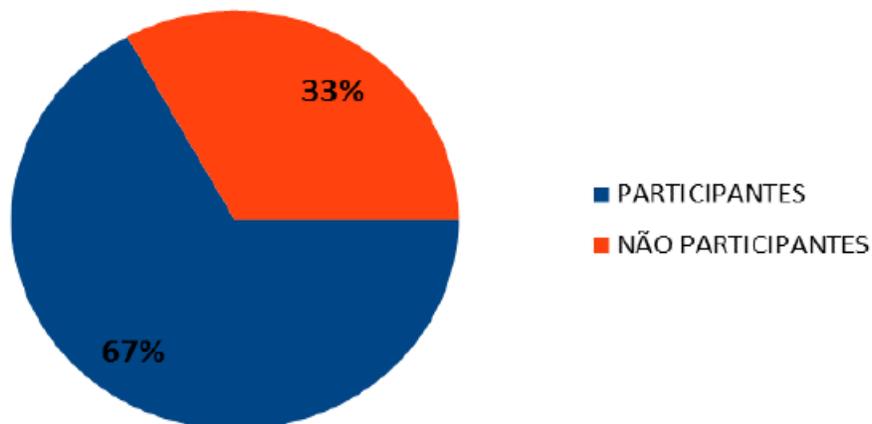
** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado

*** Calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Na análise da ADL V são observadas nove (09) escolas nos bairros Acaracuzinho, Alto Alegre e Novo Oriente. Destas escolas 67% foram projetadas para o IDEB 2015 e 33% não apresentaram projeção para a realização da prova Brasil como mostra o gráfico a seguir.

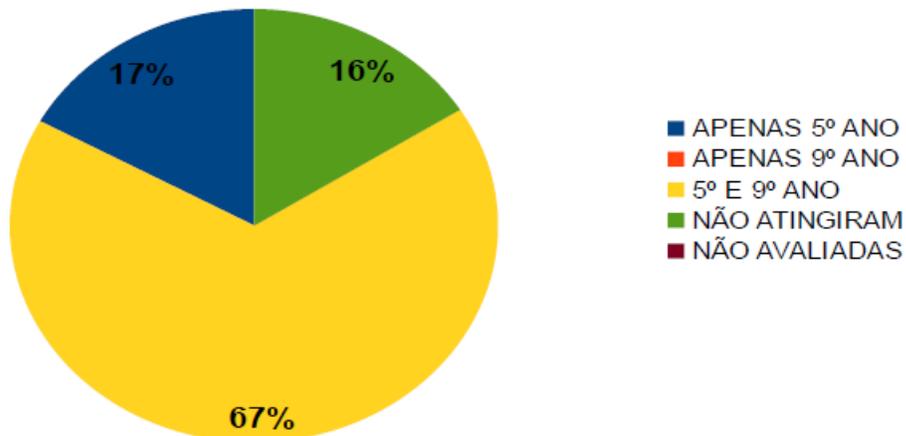
Gráfico 9 – Escolas projetadas na ADL V – IDEB 2015



Fonte: Elaborado pela autora

Das seis (06) escolas projetadas para o IDEB, 67% tiveram suas metas atingidas, concomitantemente, no 5º e 9º ano. Já para o 5º ano do ensino fundamental apenas 17% conseguem alcançar a meta e 16% não alcançam o índice projetado como especifica o gráfico.

Gráfico 10 – Escolas na ADL V observadas as metas do IDEB em 2015



Fonte: Elaborado pela autora

A seguir as análises das metas projetadas e observadas da ADL VI.

Quadro 7 - Relação das Escolas da ADL VI

(continua)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSERVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSERVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
VI	Cágado	Napoleão Bonaparte Viana, EMEIEF	6.0***	4.5	4.5**	4.4
VI	Jaçanaú	Cezarina de Oliveira Gomes, Prof. ^a EMEIEF	**	**	**	**
		Francisco Antonio Fontenele, EMEIEF	5.1	4.7	4.2	4.3
		Joaquim Aguiar, EMEIEF	4.8	4.4	4.4	4.3
VI	Jardim Jatobá	Jatoba,, EMEF	6.5	5.3	5.4	4.3
VI	Jardim Jatobá	Pensando e Construindo, EMEF	4.3	5.1	3.9	4.5
		Norma Célia Pinheiro Crispim, Prof. ^a EMEIEF	**	**	**	**
VI	Jari	José Assis de Oliveira, EMEIEF	5.2	5.0	4.3	3.9
VI	Luzardo Viana	Nossa Senhora de Fátima, CRECHE	**	**	**	**
VI	Mucunã	João Magalhães de Oliveira, EMEIEF	6.0	5.0	**	3.5
		José Nogueira Mota, EMEIEF	**	5.5	**	**
		Manoel Róseo Landim, EMEF	5.8	4.6	4.9	4.3
		Maria Marques do Nascimento, EMEIEF	6.1	5.3	**	**
VI	Novo Maracanzinho	Narciso Pessoa de Araújo EMEIEF	6.2	4.8	**	**
VI	Pau-Serrado	Manoel Moreira Lima, EMEIEF	5.4	3.6	4.5	3.8

Quadro 7 - Relação das Escolas da ADL VI

(conclusão)

ADL	BAIRROS EM MARACANAÚ	ESCOLAS MUNICIPAIS DE MARACANAÚ	IDEB OBSERVADO 2015 5ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 5ºANO – EF	IDEB OBSERVADO 2015 9ºANO – EF	METAS PROJETADAS 2015 9ºANO – EF
VI	Parque São João	Francisca Florencia da Silva, Profª EMEIEF	6.0	6.1	**	**
		Valdenia Acelino, da Silva EMEF	6.2	5.8	5.3	4.4
VI	Siqueira I	Alegria Cultural, EMEIEF	5.9	5.5	5.2	4.2
		Helder Pessoa Câmara, Dom EMEIEF	6.0	5.7	**	**
		Maria Gláucia Menezes Teixeira Albuquerque, Prof.ª EMEIEF	6.9	5.9	**	**
VI	Siqueira II	Maria José Holanda do Vale Prof. EMEF	**	5.4	**	4.4

Fonte: Elaborado pela autora

Obs: * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados

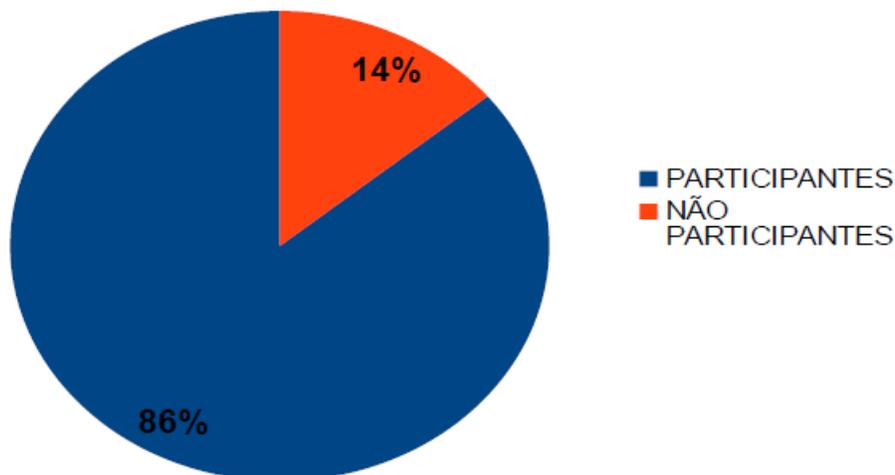
** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado

*** Calculado a partir da proficiência média dos alunos nas avaliações estaduais, em decorrência do extravio de provas e impossibilidade do cálculo da proficiência para a Prova Brasil.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

A ADL VI é onde concentra-se o maior número de escolas são vinte e uma (21) escolas municipais distribuídas nos bairros Novo Maracananzinho, Pau-Serrado, Parque São João, Siqueira I e Siqueira II. Dentre estas escolas 86% foram projetadas para o IDEB 2015 e 14% não apresenta projeção para estas avaliações externas como mostra o gráfico.

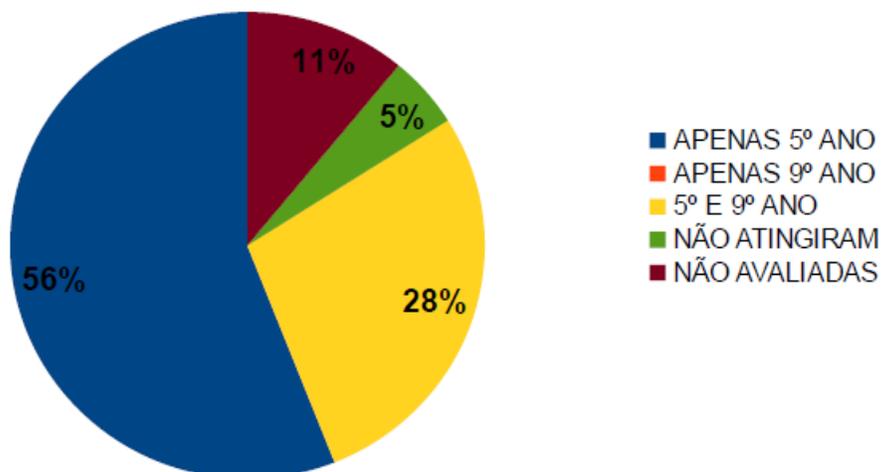
Gráfico 11 – Escolas projetadas na ADL VI – IDEB 2015



Fonte: Elaborado pela autora

Das dezoito (18) projetadas apenas 28% obtém em suas escolas, concomitantemente, resultado positivo com as metas alcançadas do 5º e 9º ano. Na sua maioria cerca de 56% alcançam a meta apenas no 5º ano e 5% não tem a meta alcançada, em suas escolas. Observa-se, também que cerca de 11% das escolas desta localidade não foram contempladas com as avaliações externas por não atenderem aos requisitos estipulado pelo IDEB como mostra o gráfico.

Gráfico 12 – Escolas na ADL VI observadas as metas do IDEB em 2015



Fonte: Elaborado pela autora

Observadas os índices das avaliações externas em Maracanaú e tomando

como base suas localidades faz-se uma análise das Metas alcançadas no ano base referente a 2015. É bom lembrar que o município em sua quase totalidade é urbano e as políticas públicas são organizadas de maneira concisa entre as escolas sendo orientadas pela Secretaria de Educação.

Dentre as noventa e uma (91) instituições pesquisadas no site do MEC/INEP três são instituições com fins de cursos e treinamentos para professores, técnicos e comunidade em geral e as demais são escolas municipais de ensino infantil e fundamental, destas 78% foram projetadas para realizarem a Prova Brasil (2015) e 12% não participaram por não atenderam os requisitos necessários para ter o desempenho calculado. No caso específico o que motivou estas instituições ou são por que são creches; ou Escolas de Educação Infantil; ou são Centro Integrado de Educação Saúde e Assistência Social; ou são Centro de Educação de Jovens e Adultos.

Das seis ADLs sessenta e nove (69) escolas foram projetadas pelo IDEB, destas 23, ou seja, 33% atingiram seus objetivos com as turmas de 5º e 9º ano, dentre essas a EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho na qual se faz a pesquisa com os professores no intuito de averiguação das ações praticadas.

Dentre as demais escolas vinte e quatro (24) deste montante, ou seja, 35% só atingiram o IDEB com as turmas de 5º ano, mas salienta-se que há escolas que atende apenas o fundamental menor. Outras sete (07) escolas, ou seja, 10% só alcançaram as turmas de 9º ano e deste quantitativo somente uma escola leciona apenas com o fundamental maior. O mais crítico é que mesmo com variados esforços seis (06) das escolas no município, aproximadamente 9% não conseguiram alcançar a nota mínima projetada pelo IDEB.

Para o Secretário de Educação que é referência na educação de Maracanaú por sua vasta experiência na educação municipal em destaque enfatiza que as Avaliações Externas são importantes e necessárias no município, como relata no editorial da Revista de Educação que tramita no município.

As avaliações externas, como SPAECE, Prova Brasil e Provinha Brasil servem como uma bússola que norteia nosso trabalho. No entanto, junto ao nosso corpo de educadores, sempre sentimos a necessidade de publicizar as muitas conquistas que obtivemos ao longo destes 26 anos de história. É nesse sentimento que nasce esta revista. (Prof. Marcelo Farias – Revista da Educação de Maracanaú – Educação em Sistema -2009)

A política educacional do município de Maracanaú vislumbra uma educação baseada no compromisso do ensino aprendizagem qualitativo para os educandos das escolas públicas. E para tanto acompanha todas as escolas distribuídas em seus bairros com a mesma orientação técnica através da assessoria educacional da Secretaria de Educação.

3.1 OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO IBGE

A pesquisa é uma maneira de apresentar dados de forma confiável e segura. Normalmente a partir de uma pesquisa obtêm-se indicadores que apontam para esclarecimentos, justificativa ou tomada de decisões de um determinado objeto com o intuito de avançar no projeto proposto.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2009) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição etc., entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil.

A pesquisa é feita em todas as regiões do Brasil. O IBGE é uma entidade da administração pública federal, constituído na forma de fundação pública pelo Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, investiga entre outras variáveis a educação em todas as regiões do Brasil o que nos remete a uma análise criteriosa de como se encontra a alfabetização das crianças nas escolas públicas do Brasil dando ênfase a região Nordeste.

Observa-se que o percentual mais elevado de crianças com déficit de aprendizagem encontra-se na região nordeste o que faz do território nordestino comparado com as outras regiões brasileiras, apesar de ser a segunda maior população, a terceira maior territorialização e tendo sido considerado nos primórdios do século XVI o berço da colonização portuguesa, o comovente ranque de maiores

analfabetismos do Brasil.

Baseado neste contexto em 2004 foi apresentado políticas públicas, inicialmente no Ceará, com vistas à erradicação do analfabetismo escolar a APRECE e a UNDIME/CE, com a parceria técnica do UNICEF, criaram o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental, contando com a adesão de 60 municípios, através de um pacto de cooperação como nos mostra o site do Governo do Estado do Ceará – Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC.

A origem do PAIC aponta para o trabalho desenvolvido pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, criado em 2004, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através da iniciativa do deputado Ivo Gomes. O Comitê era constituído pela Assembleia Legislativa, UNICEF, APRECE, UNDIME/CE, INEP/MEC, e Universidades Cearenses como UECE, UFC, UVA, URCA e UNIFOR. (PAIC/SEDUC)

A eliminação do analfabetismo no Brasil é um desafio histórico e cultural. Hoje se pode observar que a sociedade tem debatido com mais frequência o tema, como também concentrado esforços para minimizar esse baixo índice de aprendizagem que assola principalmente a região Nordeste que já é tão castigada pelo preconceito por parte da população do próprio país.

Ao analisar os dados IBGE sobre crianças, adolescentes e jovens não podemos deixar de impactar-se com o montante de crianças que ainda não estão alfabetizadas na idade certa na região nordeste e no estado do Ceará. O que se considera neste objeto é indicadores de dados com várias características sociais como se observa nesta citação do próprio documento.

Com esta publicação, o IBGE traz a público os resultados da PNAD realizada em 2009, fornecendo um detalhado conjunto de informações sobre a população brasileira, em seus múltiplos aspectos. A publicação inclui, ainda, notas técnicas em que se destacam os conceitos e definições utilizados na pesquisa, considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos de sua evolução histórica, e o plano de amostragem. Em complemento a essas informações, encontram-se listados, ao final da publicação, todos os tópicos investigados pela pesquisa, desde 1992, relativamente às seguintes características: unidade domiciliar; dados gerais dos moradores; migração; educação; trabalho das crianças de 5 a 9 anos de idade; trabalho; e fecundidade. (IBGE, 2009)

A pesquisa é abrangente nos aspectos gerais da população e têm como objetivo possibilitar um conhecimento mais amplo da realidade social do país, porém destaca-se como análise desse trabalho o índice alarmante de crianças de até nove anos de idade que ainda não sabem ler e escrever e por essa razão não são alfabetizadas na idade certa.

O desenvolvimento do país depende muito da educação do seu povo. O Brasil tem uma dívida muito grande em relação à população no quesito educação. E quando se destaca educação formal faz-se referência a crianças e adolescentes matriculadas nas escolas públicas, que por vários fatores ainda não estão se alfabetizando na idade certa. Como destaca a síntese de indicadores sociais.

O nível de desenvolvimento de um País pode ser avaliado analisando-se taxas e indicadores referentes ao segmento infanto-juvenil. Alfabetização, mortalidade infantil e escolaridade, entre outros importantes aspectos das condições de vida de crianças, adolescentes e jovens, são fundamentais para se conhecer o seu bem-estar. Neste contexto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE vem produzindo informações estatísticas que permitem avaliar o perfil destes grupos populacionais, de modo a fornecer subsídios para análise e monitoramento das condições em que vêm sendo tratados. ” (IBGE 2009)

Sem dúvida o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tem uma grande responsabilidade neste senso demográfico, sendo uma pesquisa de campo com toda a população brasileira para levantamentos de dados que serve como indicadores e pode ser utilizado para a promoção do desenvolvimento social do Brasil com a criação de políticas públicas.

De acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, todos os cidadãos brasileiros tem direito a educação sendo um dever da família em fazer a matrícula na idade escolar e do Estado de proporcionar uma educação escolar pública de qualidade e acessível a todos, em seu título III, capítulo quarto e inciso IX expõe que “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”; deste modo fica implícito que as crianças de nove anos de idade deveriam está alfabetizadas o que seria a idade certa, visto que são explícitos os argumentos da lei.

Para garantir a educação qualitativa temos regras que emanam das autoridades soberanas da sociedade imposta a todos os indivíduos, porém as pesquisas mostram que a realidade é muito diferente das linhas traçadas nas leis brasileiras. E o que nos revela a pesquisa do IBGE é uma educação incoerente a proposta da lei. Paragrafando:

Na faixa dos 7 a 14 anos de idade, que corresponde ao ensino fundamental, o acesso à escola está praticamente universalizado em todos os níveis de rendimento. O desafio que ainda persiste é melhorar a qualidade da educação, reduzir o atraso escolar e incentivar as crianças a continuarem na escola nos níveis posteriores de ensino. No entanto, observa-se que ainda há um percentual considerável de crianças com defasagem de aprendizado para a idade. Por exemplo, a idade adequada para a alfabetização é em torno de 6 anos, porém 7,8% das crianças chegavam aos 9 anos de idade sem saber ler e escrever, quando já deveria estar completando pelo menos 4 anos de estudo no atual sistema de ensino, cuja duração está sendo ampliada para nove anos.” (IBGE 2009)

Esta pesquisa realizada em meados de 2009 categoriza o desafio enorme do cumprimento da lei, e o principal a efetivação da educação na idade certa não se consolida. Atualmente já foi ampliado o sistema de ensino para nove anos, com o intuito de prolongar o tempo da criança na escola que era uma política nacional de educação almejada há algum tempo, em seus termos torna-se obrigatório a matrícula das crianças no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade.

Contudo se comparados às estatísticas não diferem muito das atuais, o que nos permite uma análise segura desta pesquisa mesmo sendo dados de 2009, onde enfatiza a precariedade nos índices escolares no que concerne ao letramento das crianças, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste. Citando-as:

Em termos absolutos, havia cerca de 270 mil crianças nesta situação. Mais da metade delas (cerca de 167 mil) residia na Região Nordeste, onde o percentual de crianças de 9 anos analfabetas é bastante alto, 15,8%. O segundo maior percentual foi encontrado na Região Norte (12,6%, o que equivalia a cerca de 42 mil pessoas). Mas, houve avanços na comparação com os dados de 1998, principalmente no Nordeste, onde o percentual em 1998 era de 33,3%, quase o dobro do atual (Tabelas 6.6 e 6.18, Gráfico 6.4, IBGE 2009)

As figuras e gráficos explicitados na pesquisa ratifica a situação atual brasileira no que concerne a realidade das crianças, adolescentes e jovens matriculados nas instituições públicas dando ênfase a aprendizagem funcional. A

aplicabilidade dessas políticas públicas em educação tem o intuito de minimizar analfabetismo entre as crianças e analfabetismo funcional entre os jovens e adultos, principalmente nestas regiões, Norte e Nordeste, tão sofridas pelas intempéries do próprio tempo.

Figura 1 - Taxa de frequência das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade

Crianças, adolescentes e jovens 

Tabela 6.6 - Taxa de frequência escolar das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas - 2008

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Taxa de frequência escolar das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade, por quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (%)				
	1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	97,2	97,5	98,4	98,8	99,4
Norte	96,9	96,4	96,8	97,2	98,7
Rondônia	94,1	96,1	97,8	96,9	97,8
Acre	96,2	96,0	95,3	95,9	100,0
Amazonas	96,7	96,7	97,5	98,9	98,5
Roraima	96,8	94,5	97,2	96,3	100,0
Pará	96,7	96,7	96,6	96,0	98,8
Região Metropolitana de Belém	95,8	97,9	97,0	98,5	99,0
Amapá	95,3	99,7	98,6	96,6	100,0
Tocantins	97,7	98,6	97,8	100,0	100,0
Nordeste	97,4	97,8	97,1	98,0	98,3
Maranhão	97,2	98,8	97,7	100,0	97,7
Piauí	98,7	98,9	96,0	95,9	98,7
Ceará	97,7	97,4	97,6	96,9	98,3
Região Metropolitana de Fortaleza	97,8	97,6	96,5	98,9	98,7
Rio Grande do Norte	96,0	97,1	97,8	97,1	99,0
Paraíba	97,1	98,0	98,3	98,5	99,1
Pernambuco	95,8	96,9	96,3	98,8	98,4
Região Metropolitana de Recife	96,4	95,9	99,1	98,9	99,5
Alagoas	96,1	97,8	91,6	96,3	97,6
Sergipe	98,4	98,6	97,8	100,0	98,1
Bahia	98,2	98,6	97,3	98,1	98,3
Região Metropolitana de Salvador	97,8	98,1	96,5	98,2	99,0
Sudeste	97,6	98,0	98,9	99,4	99,6
Minas Gerais	97,7	98,0	99,0	99,3	99,8
Região Metropolitana de Belo Horizonte	98,1	98,4	99,6	99,5	100,0
Espírito Santo	98,4	98,8	98,8	97,5	99,0
Rio de Janeiro	96,8	97,9	99,8	98,7	99,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	96,6	97,6	99,7	98,4	100,0
São Paulo	97,4	98,6	98,4	99,4	99,8
Região Metropolitana de São Paulo	97,9	98,3	98,0	100,0	100,0
Sul	97,1	98,3	98,8	99,1	99,5
Paraná	96,7	97,9	99,1	98,4	98,9
Região Metropolitana de Curitiba	95,7	98,9	99,5	100,0	99,0
Santa Catarina	96,5	98,3	98,2	98,7	100,0
Rio Grande do Sul	98,0	98,4	99,2	99,7	99,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	97,8	98,2	99,4	100,0	99,5
Centro-Oeste	96,3	97,7	98,7	98,7	99,4
Mato Grosso do Sul	97,4	98,2	99,5	100,0	100,0
Mato Grosso	95,5	97,0	97,4	100,0	99,3
Goiás	95,9	97,6	99,2	97,4	98,9
Distrito Federal	97,0	98,4	99,6	99,2	98,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

A figura 1, segundo o IBGE, revela a taxa de frequência escolar de crianças e de 7 a 14 anos de idade por quintos de rendimento mensal familiar per capita que são pessoas residentes em domicílios particulares, inclusive as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico. Em consonância ao percentual de crianças nessa faixa etária que estão frequentando a escola no ensino fundamental.

Por renda familiar per capita entende-se o cálculo dividindo o total de renda pelo número de moradores de uma residência brasileira. A renda mensal familiar per capita é a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes. Esse cálculo aponta quem são os beneficiários de políticas públicas do governo, como também revela a taxa de frequência da escolaridade das crianças e adolescentes nas escolas públicas.

O rendimento escolar sem dúvida é um impasse na educação brasileira. Esta tabela destaca a influência do rendimento mensal familiar per capita em detrimento à frequência escolar e que a partir destas pesquisas se configuram a agenda de políticas públicas em detrimento a articulação e viabilidade de programas e projetos ampliando o processo de ensino aprendizagem.

O ministério de educação em parceria com a assistência social através de políticas públicas investe em metodologias para a minimização desse cenário de baixa frequência de escolaridade nas escolas públicas com o programa Bolsa-Família articulado ao percentual de acompanhamento da frequência escolar numa tentativa de garantir educação qualitativa. É o que nos mostra a notícia da secretaria e educação do estado do Ceará em destaque.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação registrou o maior percentual de acompanhamento de frequência escolar do programa Bolsa-Família desde que o processo passou a ser informatizado. O índice chegou a 90,8% nos meses de agosto e setembro deste ano (Quinta-feira, 07 de novembro de 2013). É monitorada a frequência de adolescentes e jovens de 6 a 17 anos em situação pobreza e de extrema pobreza beneficiários do programa. (MEC – 2013)

Figura 2 - Proporção das crianças de 7 a 14 Anos de idade quem não sabem ler e escrever

Tabela 6.18 - Proporção das crianças de 7 a 14 anos de idade que não sabem ler e escrever, por idade, segundo as Grandes Regiões - 2008

Grandes Regiões	Proporção das crianças de 7 a 14 anos de idade que não sabem ler e escrever, por idade (%)								
	Total	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
Brasil	7,4	26,6	13,4	7,8	4,9	3,1	2,4	1,9	1,7
Norte	10,8	36,5	20,9	12,6	6,4	5,1	1,9	1,9	2,3
Nordeste	12,9	40,3	23,8	15,8	9,6	6,1	4,6	3,5	2,8
Sudeste	4,0	16,4	7,5	3,1	2,0	1,2	1,3	0,9	1,0
Sul	3,3	16,8	2,9	2,1	2,3	0,9	1,1	1,2	1,1
Centro-Oeste	4,6	21,1	7,8	3,4	2,4	1,7	1,0	1,4	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

Fonte: Elaborado pela autora

A figura 2, segundo IBGE, revela a proporção das crianças de 7 a 14 anos que não sabem ler e escrever nos faz refletir a uma realidade absolutamente precária da educação brasileira em que crianças nessa faixa etária não têm domínio da leitura e nem tem habilidades de escrever nem mesmo um bilhete simples.

Ao analisar a figura percebe-se que as crianças e adolescentes do norte e nordeste são mais castigadas com analfabetismo, com agravamento das crianças até nove anos de idade que sofrem as malícias da segregação da educação na idade certa que é um direito constitucional garantido.

Neste parâmetro de crianças e adolescentes brasileiros sem letramento destaca-se os pobres e negros que tem menos oportunidades e por isso alavancam esse ranque de segregação política e cultural do país.

Um problema generalizado, mas por ventura com ênfase na nossa região que ainda é castigada com as intempéries da seca. E que ainda se caracteriza frente ao pior mal do século, que cito sendo o preconceito e desvalorização do pobre, do negro, do nordestino.

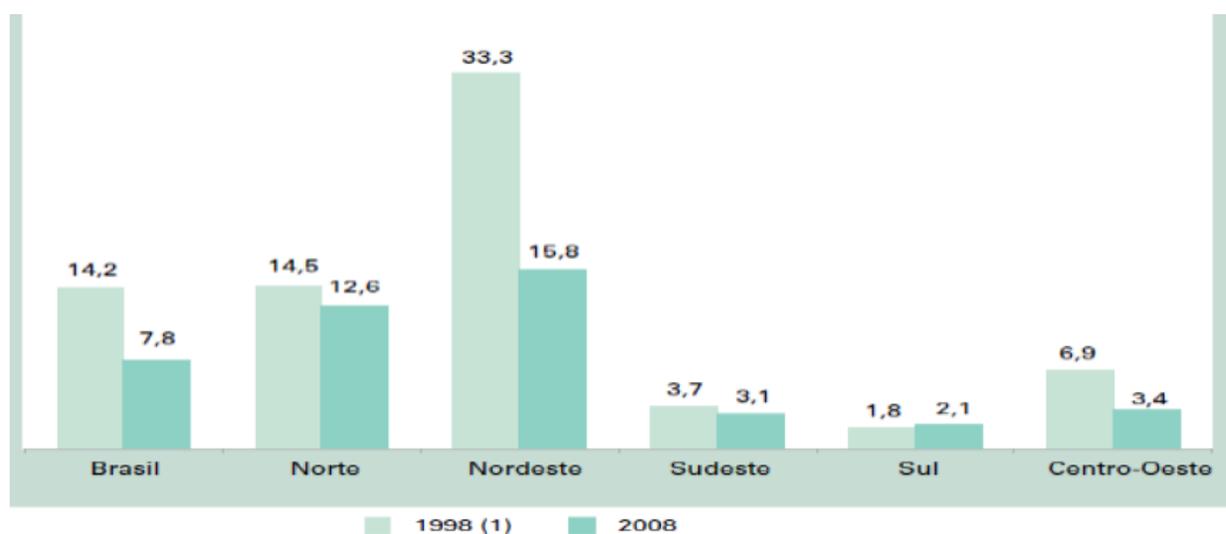
Neste caso, a universalidade do “problema” não estaria no plano do humano, mas no das populações subalternas que é preciso educar e controlar. Seus dilemas seriam ora os da democracia, ora os do capitalismo, de forma que o sinal positivo recairia não na preservação e no isolamento, mas na mudança e na intervenção. Marcado e desvalorizado como aparência, na sua relação com a “sociedade brasileira” o negro é agente de contaminação, fazendo com que a alteridade sirva, no seu caso, à construção de um juízo de valor político. (ARRUTI 1997, p.10).

Na história do Brasil os negros estiveram sempre à margem da civilização,

distante do princípio de igualdade racial. Dentro da negação deste princípio é que se definem as minorias em raça e etnia: brancos, negros e índios. Ampliando a base dos desfavorecidos que no Brasil tem concentração, principalmente com os pobres e negros no Norte e Nordeste.

Para entender sua constituição física, sua particular psicologia e suas formas de comportamento, valores e atitudes é preciso remontar à formação de sua cultura, recorrendo à história do povoamento e do processo civilizatório nesse espaço, marcado por um clima de constantes preconceitos e segregação decorrente da própria historicização do país.

Gráfico 13 - Proporção das crianças de 9 anos de idade que não sabem ler e escrever



Fonte: IBGE, 2009.

O gráfico 13, segundo o IBGE, mostra a proporção das crianças de nove anos de idade que não sabem ler e escrever no ensino fundamental, que se inicia aos seis anos de idade e deveria encerrar aos quatorze anos, ranqueando o Nordeste com a pérfida realidade de crianças sem alfabetização adequada na idade certa.

Por outro lado, há uma luz no fim do túnel, ao se observar que em dez anos tem melhorado gradativamente a alfabetização destas crianças. O gráfico aponta uma regressão com mais de 50% destas crianças que não sabem ler e escrever. Ainda estão altos estes índices, mas a esperança é que com a implantação de políticas públicas na educação possam equiparar ou sancionar esses dados.

O acesso à escola está universalizado e garantido nas leis vigentes do país, mas o grande desafio é melhorar a qualidade da educação com garantias de permanência na escola reduzindo assim o marasmo do atraso escolar para crianças e adolescentes brasileiras.

Em suma, é fato que o analfabetismo escolar assola a nossa região, mas com o avanço das políticas públicas vem gradativamente minimizando numa modesta proporção de proficiências nessas crianças e adolescentes que sucessivamente estão conquistando a meta de aprendizagem em letramento, ou seja, ler e escrever na idade certa.

O desafio é grande, mas o sucesso da escola ainda perpassa pela eficiência dos programas de políticas públicas desenvolvidas de modo a manter com competência esta meta da qualidade na educação. Destaca-se neste entorno a construção de parâmetros eficientes e eficazes numa perspectiva de melhor qualificação na gestão democrática das escolas públicas

Norte e Nordeste brasileiros estão à frente neste ranque da falta de alfabetização na idade certa, o que enfrenta também outras deficiências políticas e econômicas. O certo é que o Nordeste é castigado até mesmo pelo tempo como a seca no sertão, mas para tudo tem solução e com a educação também tem libertação. A esperança é que o Nordeste esteja tão bem quanto todo o Brasil sem segregação social e em alta com a educação de qualidade para todos

3.2 HISTÓRICO DOS PROGRAMAS PAIC, PNAIC, SPAECE

Um dos projetos de relevância instaurado no governo de Cid Gomes¹¹ como política pública no estado do Ceará foi o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), posteriormente, adotada pelo Governo Federal sob o nome de Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

11

Cid Ferreira Gomes natural de Sobral; 54 anos; engenheiro civil e político brasileiro (Ministro da Educação – 2015; governador do estado do Ceará por dois mandatos – 2007 a 2014, Prefeito de Sobral por dois mandatos – 1997 a 2004, Deputado estadual do Ceará – 1991 a 1996. Filiado desde 1983 agregando-se aos partidos PMDB, PSDB, PPS, PSB, PROS e por último ao PDT.

É só, então, no Governo Cid Gomes que o Estado institucionaliza a GPR (Gestão Pública por Resultados), com a Lei no. 13.875/2007, que dispõe sobre o modelo de Gestão do Estado. O programa deste governo, “O grande salto que o Ceará merece” (2007-2010), ressalta que a diferença está no novo jeito de fazer para que se possa distribuir equitativamente a riqueza entre as pessoas e as regiões, fazer juntos. (RAMOS, et al., 2016a. p, 309)

A origem do PAIC aponta para o trabalho desenvolvido pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, criado em 2004, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através da iniciativa do deputado Ivo Gomes¹². O objetivo do Comitê era explicitar a problemática do analfabetismo escolar. Em 2007, o Governo do Estado do Ceará, por meio da SEDUC (Secretaria da Educação do Governo do estado do Ceará), assumiu a execução do PAIC, tornando o programa uma política pública. Em parceria com a UNDIME/CE¹³, UFC¹⁴ e UNICEF¹⁵. Alfabetizar todos os alunos das redes municipais até o segundo ano do ensino fundamental foi o objetivo geral proposto para o PAIC.

As ações do PAIC estão organizadas em cinco eixos sistêmicos e articulados, são eles: Gestão da Educação Municipal, Avaliação Externa, Alfabetização, Formação do Leitor e Educação Infantil. Cada um dos eixos é primordial, de modo que qualquer desandar em um deles pode comprometer todo o trabalho desenvolvido nos outros eixos. Quanto a sua operacionalização, o PAIC tem como marco o regime de colaboração, por meio da cooperação Estado – Município, de forma que o Estado, a partir das CREDE's, disponibiliza equipes que atuam cooperando junto ao município. Os municípios, por sua vez, possuem equipes próprias que atuam diretamente no desenvolvimento das escolas municipais por meio do monitoramento, a fim de visualizar a realização das metas. (RAMOS, et al., 2016. p, 311)

Todavia surgem ramificações e no dia 25 de maio de 2011 o Governo do estado lançou o PAIC MAIS¹⁶, visando estender as ações que eram destinadas às

12 Ivo Ferreira Gomes natural de Sobral; 50 anos; advogado concursado da procuradoria geral do município de Fortaleza e político brasileiro (Foi chefe de gabinete da prefeitura de Sobral e secretário de desenvolvimento da educação – 1997 a 2002, Deputado estadual pela primeira vez – 2002, segundo deputado estadual mais votado do Ceará – 2006; chefe de gabinete do governo do estado – 2007 a 2011, Secretário de Educação de Fortaleza – 2013, Deputado estadual – 2014, Prefeito da cidade de Sobral eleito em 2016)

13 União dos dirigentes Municipais de Educação. Missão: Congregar os Dirigentes Municipais de Educação no exercício de suas funções, objetivando a construção efetiva de políticas públicas pautadas na qualidade social da educação.

14 A Universidade Federal do Ceará é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

15 O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF está presente no Brasil desde 1950, liderando e apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País, como as grandes campanhas de imunização e aleitamento, a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o movimento pelo acesso universal à educação, os programas de combate ao trabalho infantil, as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no Semiárido brasileiro.

16 PAIC+5 vem intensificar a implementação de ações prioritárias na área de gestão educacional tendo como foco: o planejamento de rede por meio da nucleação de escolas; o aprimoramento dos mecanismos de seleção de gestores escolares; e o aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento e monitoramento da rede escolar, tendo como referência a experiência do Projeto da Superintendência Escolar.

turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do ensino fundamental até o 5º ano. O PAIC MAIS é a ampliação do Programa Alfabetização na Idade Certa que propõe mais ações para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos da rede pública até o 5º ano de escolaridade. Consolidando, assim a educação por resultados no estado do Ceará e concomitantemente no município de Maracanaú no qual faço parte e pretendo fazer um estudo de caso de observação tendo como objeto de estudo as avaliações externas.

O Ministério da Educação é um órgão da administração federal que tem como área de competência a política nacional de educação com a universalização da educação básica. Diversas são as ações desenvolvidas pelo MEC (Ministério da Educação) órgão do governo federal que trata da política nacional de educação com o objetivo de melhorar a qualidade educacional. Ações essas que perpassam principalmente na efetiva aprendizagem do aluno.

Com relação à alfabetização das crianças, foi lançado em 2012 o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federais e Municipais em garantir a alfabetização das crianças até os oito anos de idade recorrente ao final do 3º ano do ensino fundamental.

É fato, portanto, que este pacto inovou na relação entre o governo do Estado e os municípios e despontou com um novo modelo de gestão que integra e articula as dimensões da gestão, da aprendizagem e da avaliação na melhoria dos resultados educacionais. (RAMOS, et al., 2016, p, 312)

As políticas públicas na educação por resultados são ações curriculares dinâmicas, críticas, criativas no desenvolvimento da aprendizagem, com base em princípios e pesquisa científica, na compreensão da estrutura epistemológica do conhecimento e da aprendizagem educativa e, por via de consequência, no desenvolvimento integral do educando.

O PAIC cearense surge assim como concretização mais palpável do regime de colaboração previsto na CF 1988 e de materialização das teses administrativas da GPR/accountability. Decerto que, como a primeira efetivação real deste regime, este nos remete à necessidade da continuidade do estudo acerca deste programa, nascido no Ceará, embora ancorado na experiência internacional e nos cânones do Banco Mundial, que se amplia agora para o âmbito nacional através do PNAIC. (RAMOS, et al., 2016, p. 314).

A historicização das políticas públicas em educação no Ceará se consolida por programas e projetos de modo *accountability*, ou seja, com imprescindível

demonstração de resultados da educação a priori do estado e depois expandido para todo o país com metas previamente estabelecidas e mensuradas numa cooperação entre os municípios com fins da erradicação do analfabetismo.

Quadro 8 - Cronologia do SPAECE

QUANDO?	O QUE?	QUEM?	POR QUÊ?
1992	Implementa o SPAECE*	A Secretaria da Educação do estado do Ceará (SEDUC), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF)	Com o objetivo de oferecer subsídios para o acompanhamento e formulação das políticas educacionais do Ceará, servindo como ferramenta para diagnosticar os resultados escolares e prestar conta sobre a qualidade do ensino público no estado do Ceará.
2007	Ampliação da abrangência do SPAECE*	SEDUC passou a avaliar a fase de Alfabetização escolar do ensino fundamental e as três séries do Ensino Médio	Concentra-se atualmente em três focos: Avaliação da Alfabetização (SPAECE-Alfa); Avaliação do Ensino Fundamental e Avaliação do Ensino Médio – incluindo a EJA nessas duas últimas etapas.

Fonte: Elaborado pela autora

*Sistema Permanente De Avaliação Da Educação Básica Do Ceará

O SPAECE é uma política pública no estado do Ceará que se caracteriza como avaliação em larga escala que se consolidou através da parceria da Secretaria do estado e a universidade Juiz de Fora em reciprocidade com experiência observada pelo SAEB tendo a finalidade *accountability*, ou seja, a prestação de contas da proficiência dos educandos.

A efetivação do SPAECE pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará desde a década de 90 traduz o propósito de assessoramento de políticas públicas educacionais tendo como base os resultados diagnosticados para investigar a qualidade de ensino no estado.

Quadro 9 - Cronologia do PAIC e PNAIC

QUANDO?	O QUE?	QUEM?	POR QUÊ?
2004	Origem do PAIC**	Iniciativa do deputado Ivo Gomes. Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar	O objetivo do Comitê era explicitar a problemática do analfabetismo escolar
2007	Execução do PAIC**	Governo do Estado do Ceará, por meio da SEDUC em parceria com a UNDIME/CE, UFC e UNICEF	Translada de programa para Política pública com o objetivo geral de Alfabetizar todos os alunos das redes municipais até o segundo ano do ensino fundamental
2011	Lançamento do PAIC MAIS	Governo do estado do Ceará	Visando estender as ações que eram destinadas às turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do ensino fundamental até o 5º ano.
QUANDO?	O QUE?	QUEM?	POR QUÊ?
2012	Lançado o PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	Constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federais e Municipais	Garantir a alfabetização das crianças até os oito anos de idade recorrente ao final do 3º ano do ensino fundamental

Fonte: Elaborado pela autora

**Programa De Alfabetização Na Idade Certa E Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa

O PAIC com origem a mais de dez anos inicialmente uma avaliação para demonstrar o analfabetismo assolado no Brasil que passa de programa para política pública com o objetivo de alfabetizar as crianças até oito anos de idade. Um desafio que

perpassa por todas as escolas públicas dos municípios estatais almejando qualidade educacional.

O PNAIC lançado cinco anos depois com o compromisso formal assumido entre governos federal, distrito federal, estados e municípios como a finalidade de honrar o acordo de alfabetização de todas as crianças com oito anos de idade, ou seja, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

Ao aderir ao PNAIC os governos se comprometem em apoiar os municípios para alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental em letramento da língua portuguesa e letramento em matemática, como também realizar avaliações externas aplicadas pelo INEP.

As ações de atuação do PNAIC compreende a formação continuada presencial dos professores alfabetizadores, por dois anos com carga horária de 120 horas, como também dos orientadores de estudos que são professores técnicos, com curso específico de 200 horas em um ano, ministrado por universidades públicas; recebimento de materiais didáticos, lúdicos e tecnológicos de apoio pedagógico; aplicação das avaliações externas e monitoramento de gestão, mobilização e controle social pelo MEC com fortalecimento dos conselhos de educação e conselhos escolares.

4 A ESCOLA COMO CAMPO DE ESTUDO EM TEMPOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA DA APRENDIZAGEM

A Escola como um sistema político organizado, um lugar de ensino e aprendizagem em que professor, aluno, gestores e funcionários estão propícios a criação de bases democráticas para a sociedade, esta que é decorrente do discurso de autonomia e descentralização do poder. Deste modo, não se pode pensar em gestão democrática se não sua inserção no cerne da sociedade como sistema macro.

No entanto se isolar a escola corre-se o risco de não prática da democracia, pois os seus participantes são também os mesmos da sociedade que possui práticas sociais e políticas onde se reproduzem dentro da escola.

A democracia, enquanto princípio universal é uma conquista e para ser constituída passa pelo processo de práticas sociais que vão desde o núcleo das famílias adentrando-se ao mundo social na escola. Por isso precisa-se compreender que a democracia, enquanto princípio passar a ser uma realização de direitos e deveres. Ficando assim a escola responsável por auxiliar esses indivíduos na formação e construção da consciência e fortalecimento democrático e, sobretudo da humanização desta sociedade. Na escola não se deve ficar excluído, solitário, mas inserido no meio social em prol de um mesmo objetivo.

Nesta perspectiva a escola tem um papel fundamental. Ao lado da família e do meio social mais amplo, a escola é uma das esferas de produção de capacidade de trabalho. A escola não pode mais pertencer nas franjas dos mecanismos do sistema capitalista” (BRUNO, 1997. p.39).

Afinal, ressaltamos que a função social da escola seja e esteja em função, principalmente do educando, inserindo-o nesta sociedade que por vezes discrimina, mas precisa incluí-los com eficiência no mercado de trabalho e por vez no âmbito formal da sociedade civil, exercendo assim a cidadania.

Segundo Xerez (2001), “a ideia de educação e cidadania é um produto histórico construído de forma processual, refletindo a maneira como o homem se tem organizado e sua participação social na ação e transformação do mundo. ” Então, para que se compreenda a escola hoje, precisa-se estar informado com processo social e histórico que vos conduzem até aqui e compreender também o contexto social no qual

está inserido.

A Escola, portanto, precisa ser capaz de desenvolver, nos alunos, consciência cidadã assim como, capacidade intelectual, afetiva e social que lhes permitam um desenvolvimento pleno, ou seja, prepará-los para a vida futura com autonomia, independente da permanência na escola.

A visão presente ou perspectiva é futurista. Uma escola futurista vem emergindo onde para se construir uma história de sucesso do aluno que é, ao mesmo tempo, o sucesso do professor e por extensão o sucesso daqueles que integram a comunidade.

A EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho fundada em 14 de dezembro de 1986 recebe este nome em homenagem ao Senador César Cals de Oliveira Filho ainda em um espaço improvisado. Em meados de 29 de março de 2010 fora construído um novo prédio, situado a Rua Lituânia S/N, Alto Alegre II onde encontra-se atualmente.

Quadro 10 - Estrutura organizacional da EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho

NÚCLEO GESTOR	CORPO DOCENTE	CORPO DISCENTE	FUNCIONÁRIOS	SUPORTE PEDAGÓGICO
Diretor: Moaci Rodrigues Coordenadoras Pedagógicas: Ideuma Saraiva, Walcineide Viana Coordenadora Financeira: Socorro Melo Secretária Escolar: Marta Silva	Professores de Ensino Fundamental Anos Iniciais; Anos finais; EJA e os Monitores.	Aluno nos turnos Matutinos; Vespertinos; Noturnos e contra turnos nos Programas.	Auxiliar de Secretaria; Merendeiras; Porteiro; Auxiliares de serviços; Vigias.	Laboratório de informática - LIEM; Programa Novo Mais Educação; Sala de AEE; Biblioteca/Sala de leitura Cuidadora; Articuladora EJA; Estagiários.

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados RAA da EMEIEF César Cals Filho, 2017.

Até o primeiro semestre de 2017 o núcleo gestor era formado pelo diretor geral Moaci Rodrigues da Silva, as coordenadoras pedagógicas Maria Ideuma Saraiva Amaral e Walcineide Viana Barbosa, a coordenadora administrativa financeira Maria do Socorro de Melo Gonzaga e a secretária Raimunda Marta Silva de Souza. Após a seleção de Gestores 2017 muda-se apenas umas das coordenadoras pedagógica, sai

da equipe Maria Ideuma Saraiva Amaral e entra Isabel Cristina da Silva Martins Costa para o novo mandato do quadriênio 2017 – 2021.

Na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho o núcleo gestor procura trabalhar de maneira colaborativa, ou seja, o Diretor Geral que tem a função de gerenciar e articular o trabalho de professores e funcionários tem, também, um o foco com a aprendizagem de todos os alunos. As Coordenadoras Pedagógicas que são especialistas nas diversas didáticas pedagógicas são também parceiras dos professores e alunos. A Coordenadora Administrativa Financeira, capacitada nas rotinas administrativas estratégicas e recursos organizacionais elabora também planejamentos estratégicos pedagógicos. E certamente a Secretária, que tem um trabalho mais administrativo e burocrático é uma parceira na inspeção de documentos com um olhar específico no processo ensino aprendizagem. Todos colaborativamente em prol de uma educação de qualidade e eficaz.

Para além da gestão escolar temos o corpo docente formado por 8 (oito) professores de Ensino Fundamental Anos Iniciais; 11 (onze) professores de Ensino Fundamental Anos finais; 5 (cinco) professores EJA (Educação de Jovens Adultos e Idosos); 2 (dois) professores de apoio; 1 (uma) professora do LIEM (Laboratório de Informática das Escolas Maracanaú); 1 (uma) professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado); 4 (quatro) Monitores; 1 (uma) coordenadora do programa Novo mais Educação e 1 (uma) articuladora da EJA.

Quanto aos funcionários colaboradores são: 1 (uma) secretária Escolar; 1 (uma) auxiliar de secretaria; 2 (dois) estagiários; 1 (um) porteiro; 3 (três) merendeiras; 5 (cinco) auxiliares de serviços gerais; 4 (quatro) vigias e 1 (uma) cuidadora que não medem esforços para cooperarem com o projeto político pedagógico na escola.

A escola oferece a educação básica nas modalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, nos turnos manhã, tarde e noite, atendendo a uma demanda de aproximadamente 640 alunos no ano letivo de 2017.

A instituição de ensino ainda oferece a comunidade o Programa Novo Mais Educação, Programa Relação Escola e Comunidade, Programa de Educação contra Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente – Peteca, Programa Escola Acessível, Programa de autonomia Escolar – PAE e Programa Dinheiro Direto na

Escola – PDDE.

Na estrutura física a escola possui uma sala de leitura, uma sala de AEE, uma sala do LIEM, uma quadra poliesportiva coberta, dez salas de aula, duas salas de apoio pedagógico, banheiros para professores e banheiros para alunos, pátio coberto, pátio sem cobertura, estacionamento, uma sala para professores, cantina, secretaria, sala da coordenação pedagógica e sala da direção.

A participação de todos os alunos e o apoio dos professores e funcionários, como também da comunidade que fazem a EMEIF governador César Cals de Oliveira Filho uma das instituições de referência no município de Maracanaú.

4.1 APRESENTANDO OS RESULTADOS DA ESCOLA: AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

As Avaliações Internas são realizadas no município de Maracanaú de maneira unificada em todas as instituições escolares. Na EMEIEF governador César Cals de Oliveira Filho segue as orientações da Secretaria Municipal de Educação (SME) que estabelece resultados distribuídos em quatro Períodos.

Para cada análise dos indicadores de qualidade ratifica-se a constituição de um constante desafio de melhorias no âmbito escolar. Para o ano de 2017 a escola se apresenta com um propósito em assertividade no desempenho das práticas pedagógicas junto aos professores para uma melhor produtividade no ensino aprendizagem dos educandos.

As avaliações internas são realizadas bimestralmente na unidade escolar com o objetivo de verificação da aprendizagem do aluno e aferição para melhoria de seu desempenho com foco nas avaliações externas. Normalmente a cada cinquenta dias são realizadas essas avaliações bimestrais com provas escritas ou orais através de seminários em toda a escola.

Quanto a pontuação geral é aferida de 0 (zero) a 10 (dez) observadas não apenas as habilidades cognitivas, mas as habilidades afetivas e atitudinais dos educandos. E, se por qualquer motivo o aluno não atingir a média estipulada que é de 6,0 (seis) pontos terá o direito de realizar, imediatamente, a recuperação paralela com os estudos autônomos, após os cinquenta dias letivos, como podemos averiguar no

organograma, baseado nas informações existentes no Diário de classe 2017, que se segue.

Quadro 11 - Avaliações internas nas escolas em Maracanaú

AVALIAÇÕES INTERNAS	PONTUAÇÃO	ELEMENTOS AVALIADOS
AA- AUTO AVALIAÇÃO	0 – 1	RESPONSABILIDADE; PARTICIPAÇÃO; COOPERAÇÃO; ASSIDUIDADE.
AP- AVALIAÇÃO DO PROFESSOR	0 – 1	
AV - AVALIAÇÃO DAS HABILIDADES	0 – 5	HABILIDADES COGNITIVAS E AFETIVA – (ATITUDES E RESPONSABILIDADES)
RE- REVISÃO DE ESTUDOS	0 – 3	
EA – ESTUDOS AUTÔNOMOS	0 – 3	RESPONSABILIDADE PARTICIPAÇÃO COOPERAÇÃO ASSIDUIDADE HABILIDADES COGNITIVAS E AFETIVA – (ATITUDES E COMPROMISSOS)
OBTENÇÃO DE RESULTADOS		
TOTAL 1 = AA+AP+AV+RE	TOTAL 2 = TOTAL 1+ EA	

Fonte: Produzido por AMARAL,MIS. Dados Diário de classe, 2017

Nas avaliações internas os professores têm um roteiro de pontuação a seguir. A começar de 0 (zero) a 1 (um) ponto para a auto avaliação do próprio aluno, onde esse aluno é levado a refletir sobre sua responsabilidade, participação, cooperação nas atividades propostas e sua assiduidade nas aulas; de 0 (zero) a 1 (um) ponto para a avaliação direta do professor observando os mesmos requisitos anteriores no estudante; de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos verificando nas avaliações escritas ou orais as habilidades cognitivas estudadas no período, como também as habilidades afetivas atitudinais e responsabilidade; complementando de 0 (zero) a 3 (três) com a Revisão de Estudos analisando os mesmos requisitos com ênfase nas habilidades que os alunos apresentarem mais dificuldades.

Obtém-se como resultado o Total 1 (um), que deverá somar maior que 6 (seis), caso contrário o estudante tem o direito de fazer os Estudos Autônomos que pondera todos os elementos analisados anteriormente a análise cognitiva, afetiva, autonomia e responsabilidade que vale de 0 (zero) a 3 (três) para crescer com a sua

pontuação e conferir uma nova média Total 2 (dois) onde qualquer que seja o resultado, maior ou menor que 6 (seis), será transferido em definitivo para o diário de classe.

Para toda regra há as exceções. Para além das notas quantitativas existem no município as notas conceituais deliberadas nos relatórios de acompanhamento individual dos alunos. Nesses relatórios observa-se suas habilidades cognitivas, atitudinais e afetivas e são de responsabilidade dos professores do primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental das salas regulares, como também do professor da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE de Educação Especial Inclusiva. Observa-se no cronograma abaixo.

Quadro 12 - Relatórios de acompanhamento individual – 1º ano, 2º ano e AEE

ALUNOS/SÉRIES	PROFESSORES RESPONSÁVEIS	ELEMENTOS AVALIADOS	PERÍODOS
1º ANO	P1 E P2	PARTICIPAÇÃO COOPERAÇÃO ASSIDUIDADE HABILIDADES COGNITIVAS E AFETIVA – (ATITUDES E RESPONSABILIDADES).	BIMESTRAL
2º ANO			BIMESTRAL
AEE – ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO E/OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO. (1º A 9º ANO E EJA)	CADA PROFESSOR PREENCHERÁ NO ESPAÇO ESPECÍFICO DE SEU ELEMENTO DISCIPLINAR.	ASPECTOS COGNITIVOS; SÓCIO-AFETIVOS; PSICOMOTORES; AFETIVOS-EMOCIONAIS.	SEMESTRAL

Fonte: Produzido por AMARAL,MIS. Dados SME, 2017

As avaliações externas são realidades presentes no município de Maracanaú como também meta prioritária da EMEIEF governador César Cals de Oliveira Filho. Toda a comunidade escolar comunga desse mesmo objetivo de atingir as metas projetadas para o desenvolvimento dos educandos das diversas séries do ensino fundamental.

A Secretaria de Educação de Maracanaú instituiu um núcleo de Avaliação com técnicos específicos para atender a demanda apoiando e estimulando as escolas no desenvolvimento do seu projeto político pedagógico e, principalmente, alavancando os índices das avaliações externas nas escolas públicas do município.

O município além das avaliações externas padronizadas existentes, ainda acresce a Política Municipal de Avaliação no 1º (primeiro) ano do Ensino Fundamental com bonificação de 10% (dez por cento) para o professor que consegue mais de 90% (noventa por cento) da alfabetização dos alunos de 6 (seis) anos nas escolas públicas como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 13 - Periodicidade das Avaliações Externas nas escolas públicas de Maracanaú

ANO/SÉRIE	AV INÍCIO DO ANO LETIVO	AV FINAL DO ANO LETIVO	PERIODICIDADE
1º	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA - BIMESTRAL	POLÍTICA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO (BONIFICAÇÃO) - DEZEMBRO	ANUAL
2º	PROVINHA BRASIL 1 – ABRIL PROVA MAIS PAIC (PORTUGUES E MATEMÁTICA) – ABRIL E MAIO AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO MUNICÍPIO – BIMESTRAL PROVINHA BRASIL 2 - NOVEMBRO	SPAECE ALFA - DEZEMBRO	ANUAL
3º	PROVA MAIS PAIC - ABRIL	ANA - NOVEMBRO	ANUAL
4º	PROVA MAIS PAIC– ABRIL E MAIO		ANUAL
5º	PROVA MAIS PAIC– ABRIL E MAIO	SPAECE - DEZEMBRO PROVA BRASIL – ANOS ÍMPARE - NOVEMBRO	ANUAL BIANUAL
9º	PROVA MAIS PAIC– ABRIL E MAIO	SPAECE - DEZEMBRO PROVA BRASIL – ANOS ÍMPARE - NOVEMBRO	ANUAL BIANUAL

Fonte: Produzido por AQUINO, JMB DE. Adaptada com dados SME/DAM, 2016

O quadro de avaliações externas que acontecem nas escolas municipais de Maracanaú no Ensino fundamental são uma constante na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho onde todos que fazem a escola traçam metas desde as turmas do 1º (primeiro) até o 9º (nono) ano do ensino fundamental com periodicidade anual. Pode-se observar no comparativo dos resultados dos índices do triênio 2013, 2014 e 2015.

Quadro 14 - Resultados das Avaliações Externas da EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho – Índice Municipal

SÉRIE/ ANO	2013	2014	2015
1º A	54%	8%	ESCOLA BONIFICADA 94%
1º B	47%	-	56%

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados SME, 2017.

A avaliação externa oriunda do município de Maracanaú se caracteriza por avaliação com as turmas de 1º (primeiro) ano do ensino fundamental realizada no final de cada ano letivo, preferencialmente no mês de dezembro com a quantidade de turmas que a escola dispuser matriculados. Salienta-se que a turma que alcançar no mínimo 90% de alfabetização o (a) professor (a) será bonificado com um acréscimo de 10% em seu salário por um período de ano.

Observa-se que a EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho em 2013 tinha duas turmas de 1º (primeiro) ano que, na avaliação, não conseguiram alcançar a meta. Já em 2014 havia apenas uma turma que também fica com o índice muito inferior ao desejável o que leva a escola a replanejar suas práticas. Para 2015 advêm a intervenção pedagógica e mudança da professora alfabetizadora, neste novo contexto, uma das turmas consegue alcançar 94% e outra 56%, ou seja, mais da metade da turma alfabetizada o que acarretou um abono extra de 10% nos proventos da professora e o mais importante a efetiva aprendizagem dos educandos.

Quadro 15 - SPAECE-ALFA – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – 2º Ano

SÉRIE ANO	DISCIPLINA	EDIÇÃO	PROFICIÊNCIA	IDE	PARTICIPAÇÃO	PADRAO DE DESEMPENHO				
						NÃO/ALFA BETIZADO 0-75	ALFABETIZAÇÃO INCOMPLETA 75-100	INTERMEDIÁRIO 100-125	SUFICIENTE 125-150	DESEJÁVEL ACIMA DE 150
2º	LÍNGUA PORTUGUESA	2013	134.7	-	93.3 %	7.1	11.9	19.0	26.2	35.7
		2014	124.6	3.7	100 %	6,2	12.3	33.8	33.8	13.8
		2015	147.7	5.6	102.2 %	2.2	10.9	10.9	32.6	43.5

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados MEC/INEP, 2017.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE-ALFA consiste em uma avaliação externa, censitária e realizada anualmente em meados de dezembro em todas as escolas públicas municipais de todo território estatal. Tem-se por objetivo a identificação e análise da proficiência leitora dos alunos de 2º (segundo) ano do ensino fundamental da rede pública municipal e estadual estabelecendo paralelo com a Provinha Brasil, avaliações realizadas pelo governo Federal.

Na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho em 2013 alcança uma participação de 93% com padrão de desempenho de não alfabetizado e alfabetização incompleta cerca de 19%; intermediário 19% e entre suficiente e desejável 62% com padrão de proficiência mínima e habilidades básicas para avançar no processo de alfabetização.

Em 2014 foram 100% de frequência na participação, o padrão de desempenho oscila-se entre 18,5% não alfabetizado e alfabetização incompleta, cerca de 34% intermediário e 47,5% entre suficiente e desejável com proficiência de desempenho não apropriado as habilidades básica necessitando intervenção pedagógica a nível de reforço escolar para sistematização do conhecimento básico de acordo com a matriz referencial desta etapa de escolaridade.

Em 2015 a escola investiu com mais intensidade no reforço escolar e, por conseguinte a participação superou o nível esperado com mais de 102% de frequência. Quanto ao padrão de desempenho entre não alfabetizado e alfabetização incompleta ficaram em 13%, no nível intermediário cerca de 11% e suficiente e desejável 76%, com

certeza o melhor desempenho dentre o triênio e com a proficiência batendo a porta da considerada básica nesta etapa escolar.

Quadro 16 - SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – 5º Ano

SÉRIE ANO	EDIÇÃO	PROFICIÊNCIA		IDE	PARTICIPAÇÃO	PADRÃO DE DESEMPENHO							
		PORT.	MAT.			MUITO CRÍTICO		CRÍTICO		INTERMEDIÁRIO		ADEQUADO	
						0-125	0-150	125-175	150-200	175-225	200-250	PORT. ACIMA DE 225	MAT. ACIMA DE 250
5º	2013	189.9	188.8		98.3 %	7.0	12.3	28.1	50.9	42.1	33.3	22.8	3.5
	2014	191.5	188.4		104.3 %	4.1	16.3	34.7	44.9	36.7	34.7	24.5	4.1
	2015	202.0	213.1	4.3	100 %	2.0	7.8	23.5	33.3	45.1	37.3	29.4	21.6

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados MEC/INEP, 2017.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE avalia o desempenho dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Além da avaliação aplicada aos alunos obtém-se dados sobre os mesmos através da aplicação de um questionário sócio econômico que se estende aos professores e gestores das escolas públicas avaliadas. Tem por objetivo formular proposições dos resultados obtidos e apresentados através dos boletins informativos.

Na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho no ano de 2013 a participação foi de 98% nas avaliações, o padrão de desempenho em Língua Portuguesa permeou entre muito crítico e crítico 35% e entre intermediário e adequado 65%, com proficiência de aproximadamente 190 na escala intercalando-se no nível intermediário, ou verde claro, que representa um grau de condições mínimas nas habilidades básicas para este período escolar em que o aluno se encontra. Já em Matemática apresenta-se entre muito crítico e crítico um percentual com mais de 63% e entre intermediário e adequado apenas 37% e, a proficiência é de aproximadamente 188 pontos estando, portanto, num padrão crítico necessitando urgente de intervenção pedagógica.

Em 2014 a participação nas avaliações supera as expectativas atingindo 104% de frequência. Já o padrão de desempenho em Língua Portuguesa entre muito crítico e crítico apresentou-se com aproximadamente 39% e entre intermediário e

adequado 61%, com proficiência pontuada de, aproximadamente, 192 na escala permanecendo no nível intermediário, ou verde claro simulando condições mínimas nas habilidades básicas para este momento de escolarização. Já em Matemática mostra-se entre muito crítico e crítico 61% e entre intermediário e adequado apenas 39%. Coincidência, ou não, o inverso da disciplina de Português e sempre de forma crítica com a proficiência de aproximadamente 188 pontos. Desta forma urge um plano de intervenção com reforço escolar para melhoramento no desempenho escolar dos estudantes.

Em 2015 a frequência foi de 100% nas avaliações. Já o padrão de desempenho em Língua Portuguesa entre muito crítico e crítico ficou em 25,5% e entre intermediário e adequado 74,5%, com proficiência de aproximadamente 202 pontos na escala apresentando-se no verde claro, ou seja, no nível intermediário concebendo condições mínimas nas habilidades básicas para os alunos nesta escolarização. Já em Matemática apresenta-se entre muito crítico e crítico 41% e entre intermediário e adequado 59% e, a proficiência é de aproximadamente 213 pontos passando do crítico para o intermediário. Um desenvolvimento significativo pela melhoria nas habilidades essenciais desenvolvidas nesta etapa escolar, mas precisa ainda avançar.

Quadro 17 - SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – 9º Ano

SÉRIE ANO	EDIÇÃO	PROFICIÊNCIA		IDE	PARTICIPAÇÃO	PADRÃO DE DESEMPENHO							
		PORT.	MAT.			MUITO CRÍTICO		CRÍTICO		INTERMEDIÁRIO		ADEQUADO	
						PORT. 0-200	MAT. 0-225	PORT. 200-250	MAT. 225-275	PORT. 250-300	MAT. 275-325	PORT. ACIMA DE 300	MAT. ACIMA DE 325
9º	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	230.8	220.4		103.1 %	27.3	54.5	42.4	40.9	25.8	4.5	4.5	0
	2015	241.13	236.8	2.0	105.7 %	16.2	43.2	43,2	40,5	35,1	13,5	5,4	2,7

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados MEC/INEP, 2017

A avaliação em larga escala do desempenho dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE são nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, concomitantemente, aplica-se um questionário sócio econômico estendido aos professores e gestores das

turmas avaliadas oriundos das escolas públicas, com o intuito de formulação proposições dos resultados obtidos e proporcionados nos boletins informativos.

Em 2013, excepcionalmente, os alunos do 9º ano do ensino fundamental da EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho não foram contemplados com as avaliações externa do SPAECE.

Em 2014 a assiduidade dos alunos nas avaliações supera as expectativas atingindo 103% de frequência. Quanto ao padrão de desempenho em Língua Portuguesa cerca de 70%, ou seja, a maioria encontra-se entre muito crítico e crítico e apenas 30% entre intermediário e adequado, com uma proficiência de 230 pontos na escala considerado no padrão crítico, não apresentando condições mínimas nas habilidades básicas para esta etapa da escolaridade. Em Matemática a situação é semelhante, pois a proficiência entre muito crítico e crítico encontra-se em 95% e no intermediário apenas 5% com nenhum aluno no padrão de desempenho adequado. A proficiência encontra-se crítica na escala de 220 pontos necessitando urgente de intervenções pedagógicas.

Em 2015 a participação nas avaliações continua crescente em 105%. Já o padrão de desempenho em Língua Portuguesa entre muito crítico e crítico apresenta-se em 59% e entre intermediário e adequado 41%, com proficiência de aproximadamente 241 pontos, no entanto conservar-se um nível de desempenho crítico com os alunos não apresentando as condições mínimas nas habilidades básicas. Em Matemática a maioria dos avaliados estão no muito crítico e crítico com 84% e entre intermediário e adequado apenas 16% com a proficiência de aproximadamente 237 pontos permanecendo no crítico. O que deixa todos na escola em alerta permanente para o desenvolvimento de projetos junto aos alunos para o melhoramento do ensino aprendizagem.

Quadro 18 - ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização – 3º Ano (2013)

SÉRIE ANO	EDIÇÃO	NÍVEL SÓCIO ECONÔMICO GRUPO 1 AO 7	FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA	PARTICIPAÇÃO		NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA E ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA					
				PREVISTOS	REALIZADOS	PROFICIÊNCIA EM LEITURA					
3º	2013					SEM PONTUAÇÃO	NÍVEL 1 até 425	NÍVEL 2 > 425 até 525	NÍVEL 3 > 525 até 625	NÍVEL 4 > 625	
		GRUPO 3	80%	36	32	-	5.56	50.79	36.51	7.14	
							PROFICIÊNCIA EM ESCRITA				
							SEM PONTUAÇÃO	NÍVEL 1 até 400	NÍVEL 2 > 400 até 500	NÍVEL 3 > 500 até 580	NÍVEL 4 > 580
		GRUPO 3	80%	36	32	10.71	39.71	8.82	30.67	10.08	
							PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA				
					SEM PONTUAÇÃO	NÍVEL 1 até 425	NÍVEL 2 > 425 até 525	NÍVEL 3 > 525 até 575	NÍVEL 4 > 575		
GRUPO 3	80%	36	32	-	25.4	46.83	11.11	16.67			

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados MEC/INEP, 2017.

A Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA é uma avaliação em larga escala, censitária para alunos do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental das escolas públicas que tem por objetivo conferir o alinhamento do desempenho em leitura, escrita e o desempenho em matemática sendo executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Nas edições de 2013 e 2014 acresce o nível socioeconômicos dos alunos e a formação dos professores das escolas analisadas.

Em sua primeira edição realizada em 2013 como aplicação-piloto fora realizado em um único dia onde metade da turma realizava testes de leitura e a outra parte as provas de matemática e todos a produção textual. A EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho fora contemplada e observados os fatores contextuais apresentou-se com o nível socioeconômico, da escala medida num grupo de 1(um) a 7 (sete), especificamente no grupo 3 (três) que representa baixo. Quanto a formação acadêmica dos professores 80% encontram-se com formação específica em suas áreas de atuação pedagógica no ensino fundamental.

Na realização da avaliação a participação foi de 89% dos alunos esperados de acordo com o censo escolar. Quanto ao nível de alfabetização em Língua Portuguesa na proficiência em leitura 56% dos alunos encontram-se no nível 1(um) e 2(dois) onde ler palavras com sílabas canônicas ou localizam informações explícitas em

textos curtos e 44% estavam no nível 3(três) e 4(quatro) onde infere relação de causa e consequência e gêneros variados e infere sentido de palavra em texto verbal. Na distribuição em proficiência em escrita cerca de 10% dos alunos não pontuaram, ou seja, não conseguiram escrever de modo compreensível, 49% ficaram no nível 1(um) e 2(dois) onde em geral escrevem ortograficamente palavras com sílabas canônicas e não canônicas e produzem pequenos textos mesmo com carência dos elementos formais e 41% estavam no nível 3(três) e 4(quatro) onde produzem textos narrativos de acordo com a norma padrão da língua. Quanto ao letramento em Matemática a maioria, ou seja, 72% ficaram no nível 1(um) e 2(dois) e 28% estavam no nível 3(três) e 4(quatro) precisando de intervenções reforço em problemas matemáticos, cálculos e raciocínio lógico.

Quadro 19 - ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização – 3º Ano (2014)

SÉRIE ANO	EDIÇÃO	NÍVEL SÓCIO ECONÔMICO	FORMAÇÃO DOCENTE NA ÁREA	PARTICIPAÇÃO		NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA E ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA						
				PREVISTOS	PRESENTES VÁLIDOS	PROFICIÊNCIA EM LEITURA						
3º	2014	MÉDIO BAIXO	91.3 %	59	54	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5		
						até 425	> 425 até 525	> 525 até 625	> 625	-		
						20.37	38.89	29.63	11.11	-		
								PROFICIÊNCIA EM ESCRITA				
								NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5
		< 350	> 350 e < 450	> 450 e < 500	> 500 e < 600	> 600		11.11	18.52	14.81	50.0	5.56
						PROFICIÊNCIA EM MATEMÁTICA						
						NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5		
até 425	> 425 até 525	> 525 até 575	> 575	-		-	21.82	41.82	10.91	25.45		
MÉDIO BAIXO	91.3 %	59	55	-								

Fonte: Produzido por AMARAL, MIS. Dados MEC/INEP, 2017.

Em 2014 a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA ocorreu de maneira diferenciada da primeira edição foi dada uma outra roupagem tanto no grupo do nível socioeconômico, como no grupo do nível de alfabetização e letramento sendo realizada em dois dias, com todos os alunos matriculados, de acordo com o Censo escolar.

No primeiro dia de realização da avaliação de português a participação foi de 91% e no segundo dia com a prova de matemática a frequência foi de 93% dos alunos devidamente matriculados na escola. Quanto ao nível de alfabetização em Língua Portuguesa na proficiência em leitura numa escala de nível de 1(um) a 5 (cinco) cerca de 59% dos alunos encontram-se no nível 1(um) e 2(dois) onde podem ler palavras com

sílabas canônicas ou não canônica e conseguem localizar informações explícitas em textos curtos; 41% estavam no nível 3(três) e 4(quatro) onde localizam informações explícitas em textos mais longos e reconhece sentido de palavra em texto verbal; no nível 5(cinco) não se apresenta nenhum aluno. Na distribuição da proficiência em escrita houve alterações estruturais em sua análise sendo observadas neste modelo do nível 1(um) ao nível 5(cinco) neta conjectura cerca de 11% dos alunos ficaram no nível 1(um) onde sua produção ilegível; 33% ficaram no nível 2(dois) e 3(três) onde escrevem alfabeticamente com alguns desvios ortográficos e 56% estavam no nível 4(quatro) e 5 (cinco) onde já escrevem ortograficamente. Quanto ao letramento em Matemática no nível 1(um) está ausente de alunos e a maioria, ou seja, 64% ficaram e 2(dois) e 3(três); 36% estavam no nível 3(três) e 4(quatro) precisando de intervenções pedagógica para alinhamento das habilidades matemáticas.

Em 2015 não houve a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA nem na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho e nem em todo território nacional. Especulam-se que fora por problemas financeiros, mas a explicação do presidente no Inep, Francisco Soares nas mídias sociais, é que tenha sido por motivo pedagógico.

Quadro 20 - IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Prova Brasil

SÉRIE ANO	IDEB ALCANÇADO						IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
5º	3.3	3.0	3.7	<u>4.4</u>	<u>4.5</u>	<u>5.4</u>	3.4	3.8	4.2	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6
9º	2.5	-	-	<u>3.8</u>	<u>3.6</u>	<u>4.5</u>	2.5	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9	4.2	4.4

Fonte: Produzido por AMARAL,MIS. Dados MEC/INEP, 2017

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, implantado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como objetivo mensurar a qualidade do aprendizado em nível nacional e inferir políticas públicas para a equidade do ensino. O cálculo é proferido a partir desses dois componentes, a taxa de rendimento escolar (aprovação x reprovação) observados através do censo escolar anualmente e as médias de desempenho da Prova Brasil realizado nos anos ímpares.

A quantificação das metas de desempenho buscada na EMEIEF Governador

César Cals de Oliveira Filho são diferenciadas de todas as outras escolas não só quanto a nível municipal como a nível federal, mas com um ponto congruente alcançar a média 6 (seis) até 2021 que corresponde à média educacional dos países desenvolvidos.

Das metas projetadas na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho observa-se que a partir de 2011 a escola alcança o IDEB. Em 2011 para o 5º ano a meta projetada foi 4.2 e alcançando 4.4 e no 9º ano a meta projetada foi 2.9 alcança a meta de 3.8 consegue-se êxito nas duas projeções. Em 2013 no 5º ano a meta projetada e alcançada foi a mesma de foi 4.5 e no 9º ano a meta projetada foi 3.3 e a meta alcançada foi de 3.6 o que já seria a projeção de 2015 em que no 5º ano a meta projetada foi de 4.7 e alcançada de 5.4 e a do 9º ano projetada de 3.6 alcança 4.5 neste caso maior que a projetada para 2021.

A EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho não tem medido esforços para que as metas projetadas sejam sempre alcançadas com o intuito de estar sempre buscando o melhor para o ensino aprendizagem dos educandos. De acordo com o projeto político pedagógico a escola tem como missão oferecer uma educação de qualidade fundamentada em princípios éticos, garantindo ao educando e a comunidade o efetivo exercício da cidadania, num ambiente livre, solidário e de respeito ao próximo. Quanto a sua visão de futuro constitui-se em prevalecer uma escola participativa, inovadora e crítica, possibilitando a construção de conhecimentos significativos, cumprindo sua função social com uma educação de qualidade, onde se exerce a convivência comunitária. Enfatiza-se os valores de solidariedade, respeito e ética.

4.2 APRESENTANDO O PARECER DOS PROFESSORES EM MEIOS AS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os professores são os principais atores nesse processo de qualificação do ensino aprendizagem. Baseando-se nessa premissa é que se formata a pesquisa através de um questionário proposto aos professores atuantes nos anos de 2013, 2014 e 2015 da EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho.

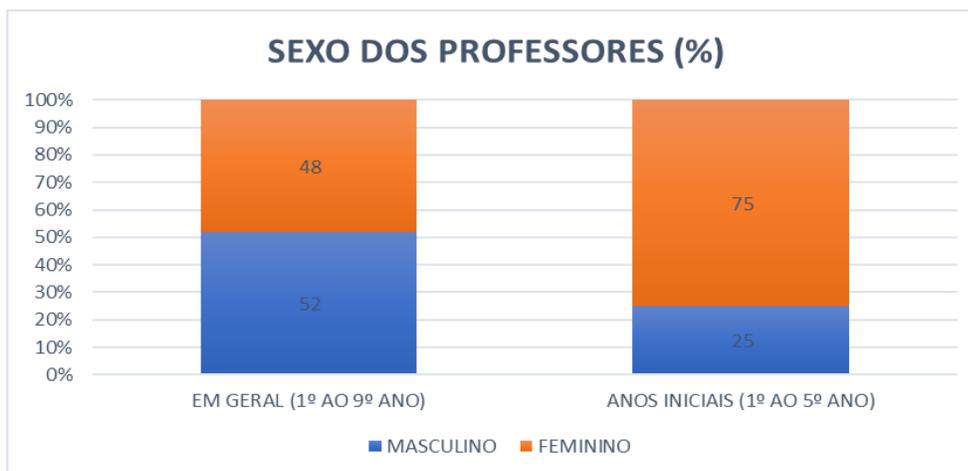
Inicia-se com apresentação de slide em uma reunião pedagógica, na qual foi exposto e apresentado aos presentes uma síntese do trabalho dissertativo dando ênfase aos resultados obtidos pela escola nas avaliações externas. Após apresentação e debate fora apresentado o questionário para que pudessem responde-lo de livre arbítrio e devolvido a pesquisadora mais tarde, se assim manifestasse interesse em colaborar com a pesquisa.

Em meio a estas expectativas a escola que atualmente trabalha com 27(vinte e sete) professores lecionando no ensino fundamental I e II, destes 11(onze), ou seja 40%, devolveram o questionário para análise da pesquisa. Ressalta-se que os professores das séries avaliadas estão inclusos nos que responderam. E com este quantitativo segue a tabulação.

Na primeira parte analisa-se o perfil dos professores observando sexo, idade, nível de escolaridade, tempo que lecionam, participação nas formações continuadas e a utilização dos conhecimentos adquiridos em suas práxis. Na segunda parte ressalta-se a concepção do (a) professor (a) sobre políticas públicas, o papel das avaliações em larga escala, o processo de avaliações internas em Maracanaú e na EMEIEF Gov, César Cals de Oliveira Filho, a prioridade do planejamento, o currículo destinado aos alunos anualmente, o conhecimento tácito das metas projetadas e alcançadas pela escola nos últimos anos, o desenvolvimento do plano de ação e os sentimentos quanto trabalho docente com as políticas na educação.

PARTE I: PERFIL DO PROFESSOR (A)

O primeiro questionamento foi a observação do perfil dos professores (as), no geral a maioria é do sexo masculino 52%, mas nas séries iniciais as mulheres são em maioria com 75% dos profissionais atuante na educação da escola conforme mostra o gráfico que se segue.

Gráfico 14 – Sexo dos trabalhadores

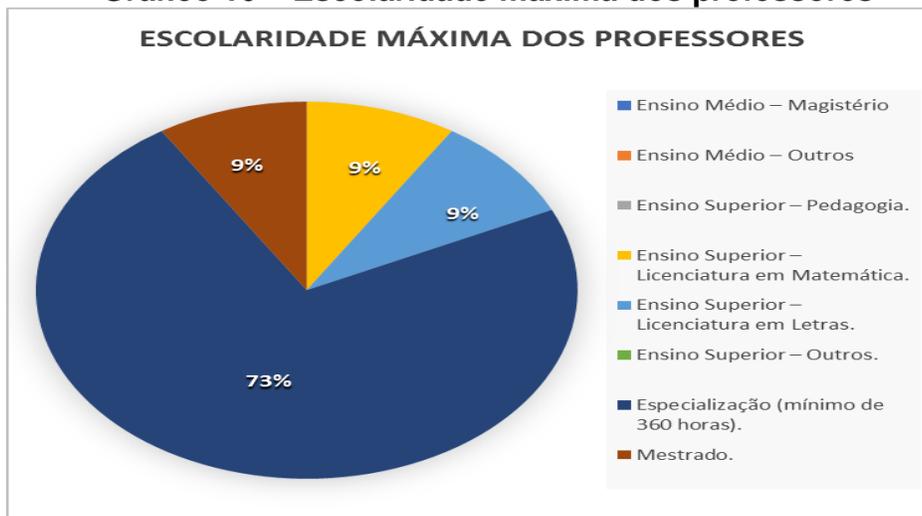
Fonte: Elaborado pela autora

Os professores são relativamente maduros 27% estão entre 25 (vinte e cinco) a 39 (trinta e nove) anos a maioria cerca de 73% são maiores de 40 (quarenta) anos o que nos mostra que são bastante experientes em suas profissões. Tem experiência acumulada para que progridam gradativamente em seu trabalho. Como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 15 – Idade dos professores

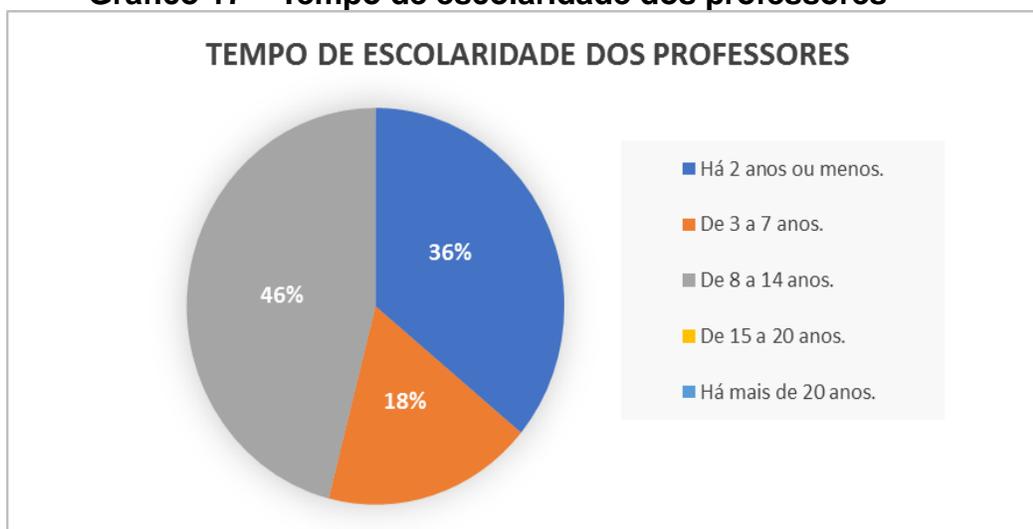
Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao nível de escolaridade todos tem formação adequada 18% com formação apenas superior, mas 73% com especialização na área de atuação e 9% com mestrado. A equipe é bem alinhada para o que propõe a educação qualitativa.

Gráfico 16 – Escolaridade máxima dos professores

Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao tempo em que obtém a escolaridade está intercalado, pois 44% adquiriram a formação entre 2(dois) e 7(sete) anos e a maioria 46% entre 8 (oito) e 14(quatorze) anos. No entanto é sabido que o município de Maracanaú oferece formação continuada mensalmente ministrada pelos técnicos da Secretaria de Educação dentro de 1/3 (um terço) proporcional ao planejamento dos professores.

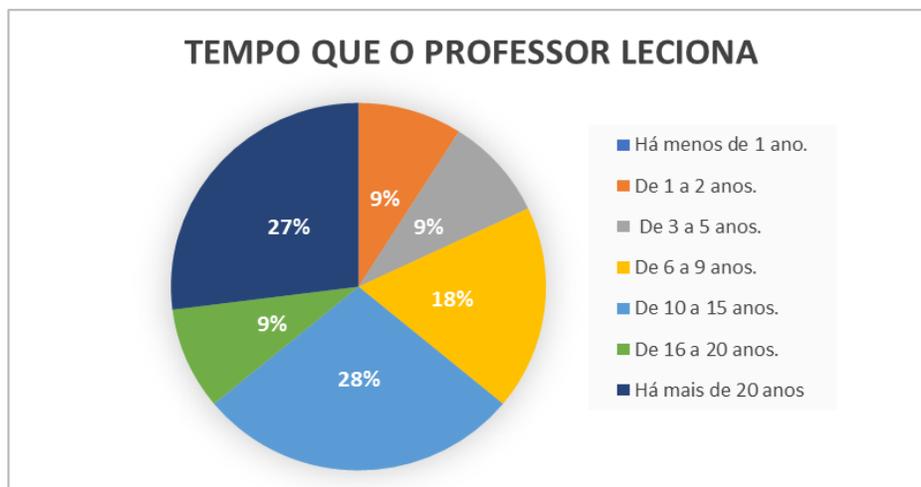
Gráfico 17 – Tempo de escolaridade dos professores

Fonte: Elaborado pela autora

Os professores têm uma certa experiência de trabalho docente 18% possui entre 1(um) a 5(cinco) anos de experiência; a maioria 46% tem entre 6(seis) a 15(quinze) anos de trabalho e 36% lecionam entre 16(dezesseis) a mais de 20(vinte)

anos como pode-se conferir no gráfico.

Gráfico 18 – Tempo que o professor leciona

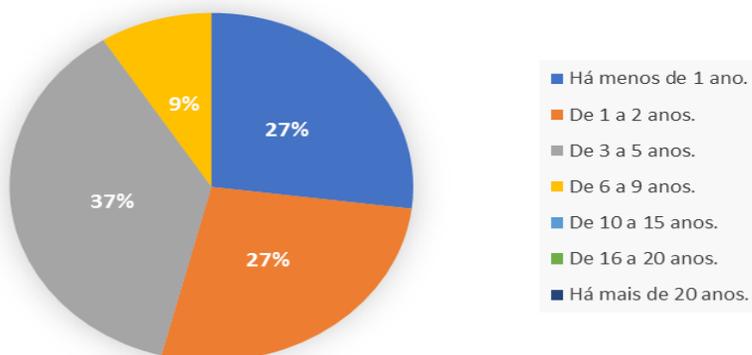


Fonte: Elaborado pela autora

O que se observa que há uma certa rotatividade de professores, a maioria diga-se, 54% da equipe docente está na escola a menos de 2(dois) anos; 37% tem um tempo hábil entre 3(três) a 5(cinco) anos e apenas 9% perdura entre seis a nove anos no qual foi o tempo máximo de permanência lecionando na escola. Não foi encontrado nenhum professor atuando entre 10(dez) a 20(vinte) anos o que se ratifica que existe uma alternância de professores nas salas de aula o que interfere na consolidação de políticas para melhoramento da qualidade de ensino aprendizagem. Percorra o gráfico.

Gráfico 19 – Tempo de trabalho na escola

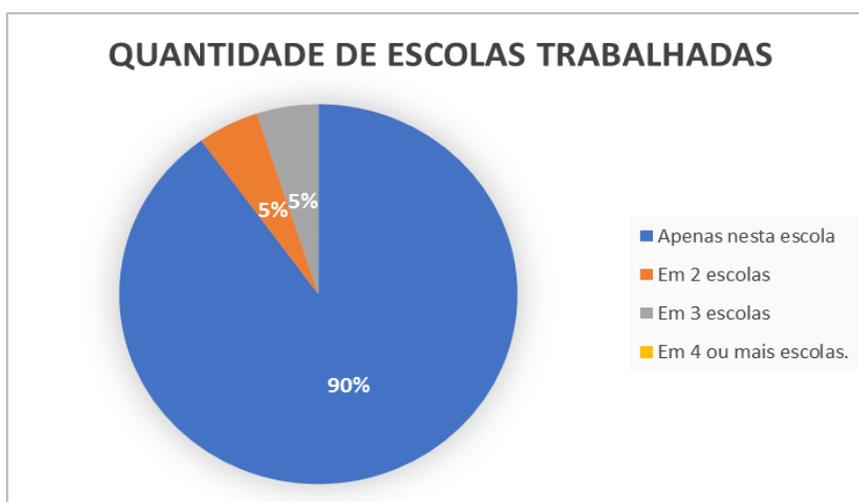
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA



Fonte: Elaborado pela autora

Apesar dos professores serem relativamente jovens na profissão 90% deles lecionam exclusivamente nesta escola e apenas 10%, também em outras escolas dentro do município. Veja o gráfico.

Gráfico 20 – Quantidade de escolas trabalhadas



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto a situação trabalhista 100% na totalidade são concursados o que garante a estabilidade e dignidade financeira do profissional da educação. Observe o gráfico.

Gráfico 21 – Situação trabalhista na escola



Fonte: Elaborado pela autora

O corpo docente da escola, jovens professores ainda ávidos pelo saber, 100% confirmam que participam de formação continuada, atualizações, treinamentos ou

capacitações na sua vivência profissional. Vislumbre o gráfico.

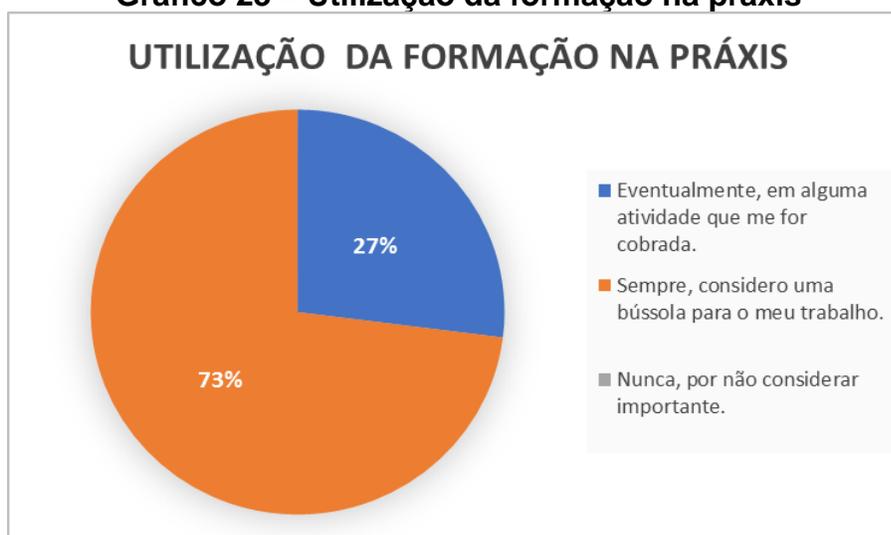
Gráfico 22 – Participação em formação continuada



Fonte: Elaborado pela autora

Na última pergunta referente ao perfil dos professores sintetiza-se que estão continuamente em busca do melhoramento das práxis em sala de aula, 73% afirmam que sempre utiliza os conhecimentos adquiridos em seus estudos, pois considera uma bússola para seu trabalho e 27% ainda assim admite que, eventualmente, fazem uso dessas teorias desde que sejam cobrados como mostra o gráfico.

Gráfico 23 – Utilização da formação na práxis

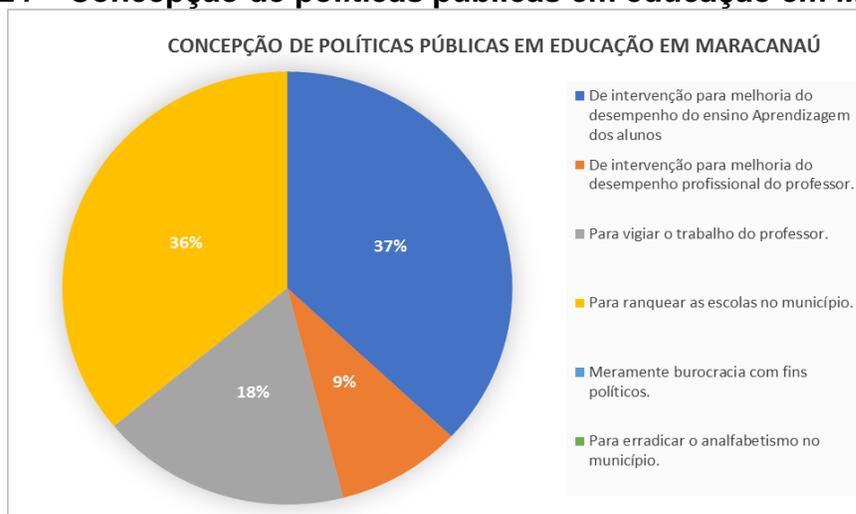


Fonte: Elaborado pela autora

PARTE II – GESTÃO POR RESULTADO

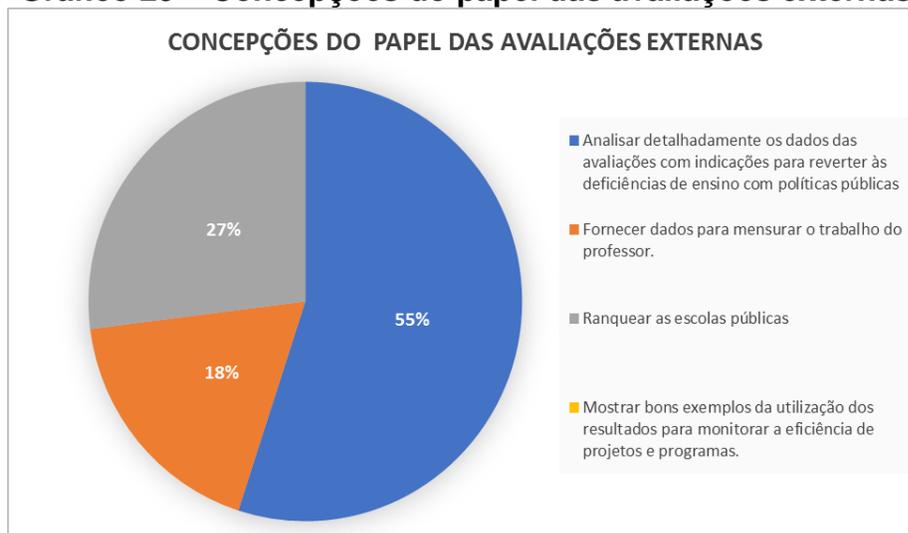
Na segunda parte do questionamento com os professores procura-se compreender como esses profissionais percebe as políticas públicas em Maracanaú uma pequena maioria cerca de 37% entendem que seja de intervenção para melhoria do desempenho do ensino; 36% acreditam que são meramente burocracia com fins políticos; 18% ainda dizem que são para ranquear as escolas no município e apenas 9% afirmam ser para e intervenção para melhoria do desempenho profissional do professor. Ninguém acredita que seja para vigiar o trabalho do professor, é fato. Porém o verdadeiro objetivo das políticas públicas seja municipal, estadual ou federal que é erradicar o analfabetismo, também não é uma constante nas conjecturas desses professores. Vide gráfico.

Gráfico 24 – Concepção de políticas públicas em educação em Maracanaú



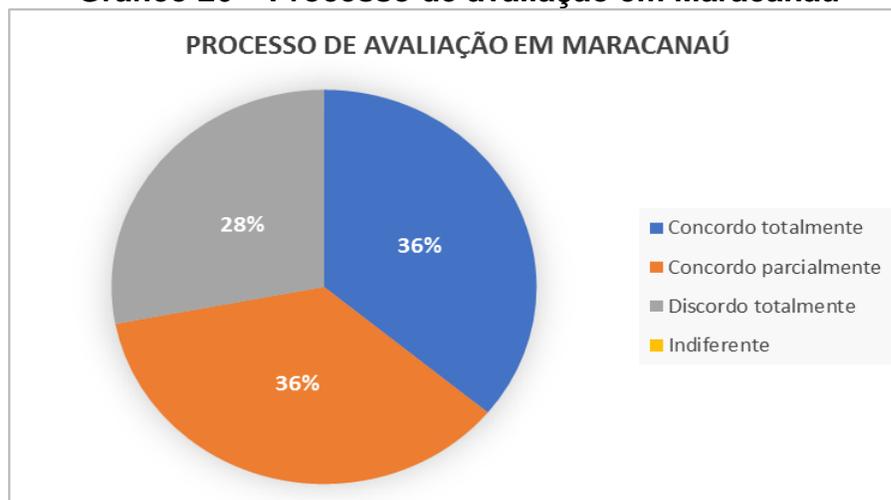
Fonte: Elaborado pela autora

A avaliação em Larga Escala é uma constante nas escolas públicas do município. Na concepção dos professores a maioria, ou seja, 55% costumam analisar detalhadamente os dados das avaliações com indicações para reverter às deficiências de ensino com políticas públicas dentro da escola; 27% afirmam que só serve para ranquear as escolas públicas e 18% acreditam que fornece dados para mensurar o trabalho do professor. Nenhum professor entendeu que as avaliações externas estejam com fins de mostrar bons exemplos da utilização dos resultados para monitorar a eficiência de projetos e programas. Observe o gráfico.

Gráfico 25 – Concepções do papel das avaliações externas

Fonte: Elaborado pela autora

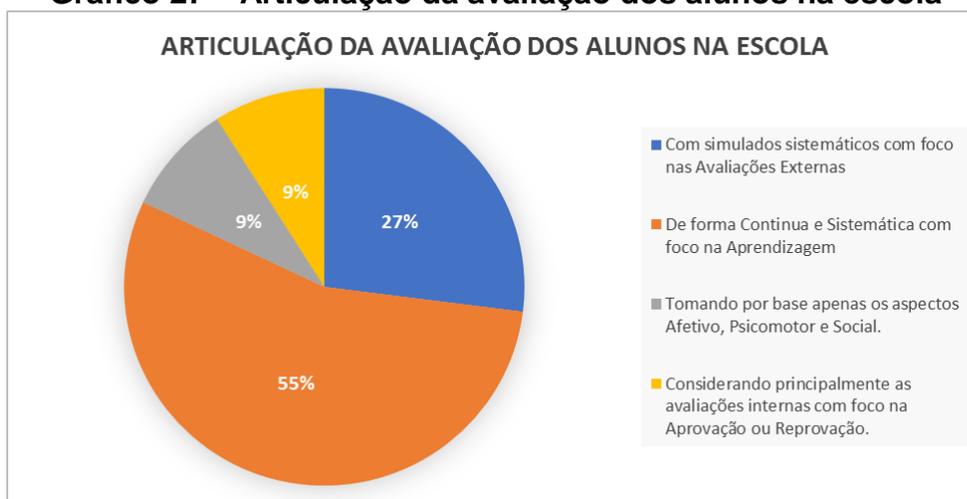
O processo de avaliações em Maracanaú é contínuo e sistemático tendo como ênfase os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotor e social, baseando-se nestas primícias o posicionamento dos profissionais quanto ao grau de satisfação são 36% concordam totalmente com a política de avaliação do município; 36% concordo parcialmente, pois vê muito desalinhamento quanto ao processo afetivo, psicomotor ou social dando mais ênfase no cognitivo; Já 28% discordam totalmente pelo mesmo motivo; mas ninguém é Indiferente ao procedimento avaliativo. Vê-se no gráfico.

Gráfico 26 – Processo de avaliação em Maracanaú

Fonte: Elaborado pela autora

Avaliação uma ação primordial intencionada na escola para a articulação no que concerne ação-reflexão-ação metodológica de todo processo ensino aprendizagem dos educandos. Quanto aos professores foi questionado de que maneira articula-se a avaliação dos alunos na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho a maioria de 55% de forma contínua e sistemática com foco na aprendizagem; 27% trabalham com simulados sistemáticos com foco nas Avaliações Externas; 9% avaliam tomando por base apenas os aspectos afetivo, psicomotor e social e 9% trabalham considerando principalmente as avaliações internas com foco na Aprovação ou Reprovação como mostra o gráfico.

Gráfico 27 – Articulação da avaliação dos alunos na escola



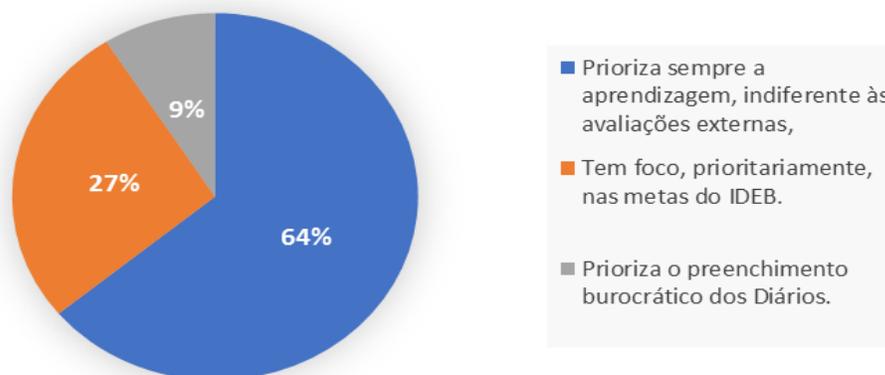
Fonte: Elaborado pela autora

O planejamento faz parte da organização e esquematização do professor em sala de aula, não é algo estanque e engessado, mas essencial para nortear o trabalho acertativo do profissional da educação. Quanto ao planejamento no município o professor dispõe de um terço do tempo de trabalho para este fim com o intuito de melhoramento do ensino aprendizagem. No entanto a maioria, ou seja, 64% em seus planejamentos afirmam que priorizam sempre a aprendizagem do aluno, indiferente às avaliações externas; 27% tem foco, prioritariamente, nas metas do IDEB e 9% priorizam o preenchimento burocrático dos Diários. O gratificante é que todos têm a consciência da sua importância dando certa prioridade ao planejamento pedagógico ratificando a sua necessidade como norteador do trabalho, portanto nenhum professor alegou ser detentor do saber fazer absoluto em sala de aula como apresenta-se exposto no gráfico

que a seguir.

Gráfico 28 – Prioridade do professor quanto ao planejamento

PRIORIDADE DO PROFESSOR QUANTO AO PLANEJAMENTO



Fonte: Elaborado pela autora

Após o planejamento vem a seleção do currículo que é a base das habilidades necessária para cada ano série, mínima, que o aluno precisa conhecer. Neste contexto a Secretaria municipal de Educação de Maracanau - SME trabalha com mapas curriculares norteando cada ano série em que são disponibilizados aos professores anualmente com fins de orientação pra os professores. Quanto aos conteúdos desenvolvidos com os alunos durante o ano letivo nas turmas avaliadas a maioria 46% conseguem aplicar entre 60% e 80% dos conteúdos; 36% conseguem ainda mais de 80% dos conteúdos e cerca de 18% só administram entre 40% e 60% desses curricullum. Todavia todos garantem que esse quantitativo não é inferior a 40%. Salienta-se que é de suma importancia que os alunos das séries avaliadas tenha o conhecimento ddos descritores e habilidades que contém os itens das avaliações externas. Veja o gráfico.

Gráfico 29 – Conteúdos desenvolvidos nas turmas avaliadas

Fonte: Elaborado pela autora

A EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho tem para com o quadro de professores procurado dá formação continuada ministrada através dos coordenadores pedagógicos, principalmente nos planejamentos integrados realizados bimestralmente, com todos os professores atuantes na escola como também nos planejamentos semanais formar e informá-lo das metas projetadas e alcançadas nas avaliações em larga escala. Deste modo todos os professores unanimemente ratificaram conhecer esses indicadores dos últimos três anos veiculado da escola, como também afirmaram ter ciência do êxito do IDEB 2015. Vide gráfico.

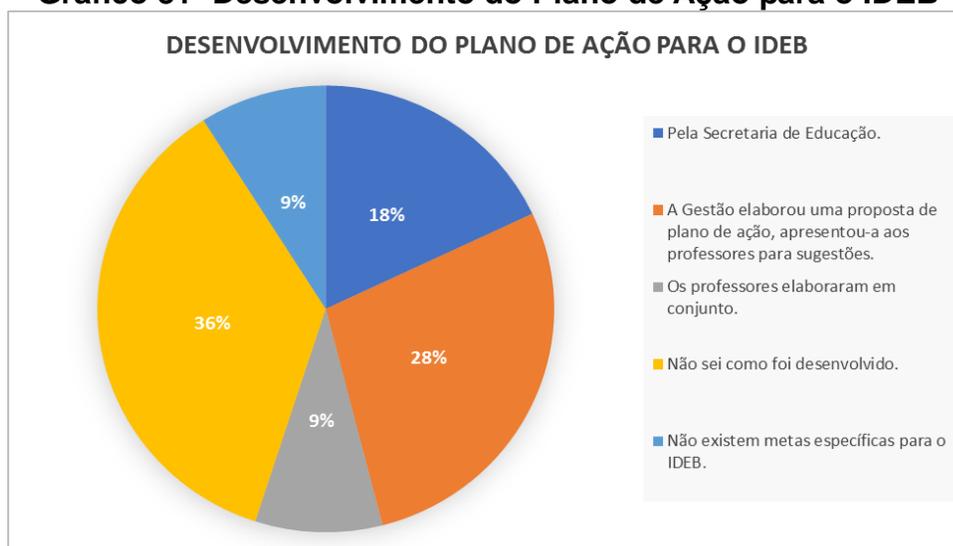
Gráfico 30 – Resultados das metas projetadas e alcançadas do IDEB na escola

Fonte: Elaborado pela autora

Para que o IDEB lograsse êxito em 2015 a escola implementou projetos específicos de reforço e acompanhamento pedagógico de desenvolvimento da progressão e acompanhamento do ensino aprendizagem, principalmente nas turmas analisadas com as avaliações externas. Neste mesmo ano a escola foi contemplada com a escola apoiada tendo o apoio da experiência EIEF Raimundo Pimentel Gomes – CAIC de Sobral que juntos desenvolveram políticas de intervenção na alfabetização dos alunos. Uma pacto que deu certo.

Aos professores foi perguntado como foi desenvolvido o plano de ação para alcance das metas do IDEB, onde a maioria, ou seja, 36% afirmam não ter conhecimento de como foi desenvolvido este plano; 28% asseguram que a Gestão elaborou uma proposta de plano de ação e apresentou-a aos professores para sugestões; diz que a elaboração foi enviada pela Secretaria de Educação; 9% confirmam que os professores elaboraram em conjunto e, também 9% declaram que reconhece nenhuma existência de metas específicas para o IDEB na escola como mostra o gráfico.

Gráfico 31- Desenvolvimento do Plano de Ação para o IDEB

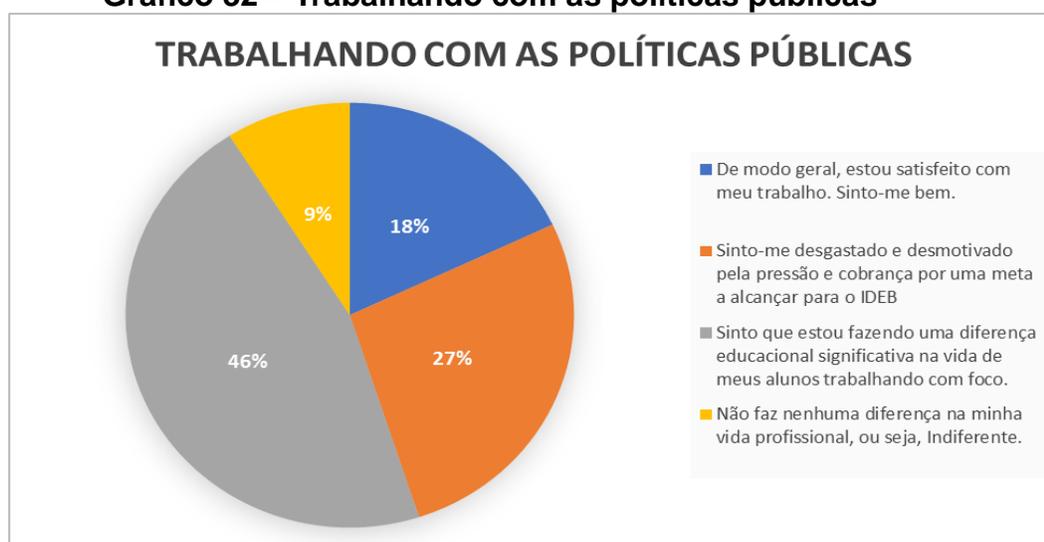


Fonte: Elaborado pela autora

As políticas públicas em educação é uma realidade na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho podemos elencar SPAECE- Alfa (2º Ano) , SPAECE (5º e 9º Ano); PAIC – Provinha Brasil (2º Ano), Prova Brasil (5º e 9º Ano); PNAIC – ANA (3º

Ano); Avaliação municipal (1º Ano). Trabalhando com todas essas políticas de educação de modo contínuo investiga-se sobre as emoções dos professores, onde a maioria, 46% afirmam se sentirem confiantes em estar fazendo uma diferença educacional significativa na vida dos seus alunos trabalhando com foco; 18% de modo geral, está satisfeito com seu trabalho, sentindo-se bem; em contrapartida 27% sente-se desgastado e desmotivado pela pressão e cobrança por uma meta a alcançar para o IDEB; mas 9% relatam que as avaliações externas não fazem nenhuma diferença na sua vida profissional, ou seja, Indiferente. Observe o gráfico.

Gráfico 32 – Trabalhando com as políticas públicas



Fonte: Elaborado pela autora

Após análise da primeira parte do questionário objetivo, aos professores foram acrescentados questionamentos subjetivos, que afere-se aos mesmos desígnios da pesquisa com a intencionalidade de revelar algumas outras considerações. O primeiro questionamento refere-se ao que se entende por Políticas Públicas em Educação. Cita-se suas concepções, mas para preservar a identidade dos professores concebe-se pseudônimos P1 a P11.

E assim foram as percepções sobre Políticas Públicas em Educação:

Entendo que é de fundamental importância no que diz respeito a educação, pois cada parte atuante, seja órgão ou instituição será e funcionará como parte atuante e cada ação será valorizada conforme as necessidades inerentes aos projetos de transformação e inovação que são essenciais para o coletivo (P1).

Políticas Públicas em Educação é o que prioriza o combate às desigualdades sociais promovendo a educação de qualidade como um direito social (P2).

São políticas que visam melhorias para tornar o ensino prazeroso estabelecendo metas que venha apresentar melhorias nas avaliações externas, como também, preparar o educando para a vida e para ser agente transformador de uma comunidade ou sociedade justa ou solidária (P3).

Para mim são um conjunto de ações desenvolvidas pelo sistema público ou privado para garantir direitos dos educandos e a sua cidadania, visando a cultura, ética, economia e o social (P4).

Educar para a sociedade atual impõe um trabalho que não pode ficar restrito a transmissão de conhecimento. É papel fundamental da escola e de nossos governantes fornecer e fomentar aos alunos os instrumentos necessários para o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social (P5).

Conjunto de ações que buscam quantificar e qualificar a educação de acordo com os resultados obtidos são realizadas ações de fortalecimento aos pontos fracos, porém o sistema avaliativo realiza uma má verificação e leva a políticas ineficazes (P6).

Uma ação de intervenção do governo (municipal) com foco na melhoria do desempenho do ensino aprendizagem dos alunos (P7).

Plano de desenvolvimento educacional visando ampliar os ganhos econômicos e sociais de conhecimentos dos professores. Em relação aos alunos, o conhecimento de que são portadores (P8).

São programas com projetos voltados a melhoria cognitivos dos alunos. São políticas usadas com a interação do corpo discente e docente das escolas públicas (P9).

As políticas voltadas para a área da educação com foco na melhoria da mesma (P10).

São os métodos sugeridos pelo MEC, SME e gestão escolar para serem utilizados em sala de aula (P11).

Quanto as concepções dos professores que responderam os questionários, aproximadamente 80% tem posições positivas e esperançosas quanto as Políticas Públicas considerando-as importante para combater a desigualdade social, acreditam que visa melhorias, garante direitos dos educandos, melhora o desempenho cognitivo dos alunos, como também, há melhoria na educação. Apenas 20% replicam que as Políticas Públicas são ineficazes buscam qualificar e quantificar a educação visando ampliar os ganhos econômicos.

No segundo questionamento pergunta-se: Na sua concepção, por que o estado do Ceará adota esses Programas (PAIC, PNAIC, SPAECE)?

Penso que o estado se preocupa com a eficácia dos programas e com a concretização, pensando no desenvolvimento do processo de tais programas se

eles precisam de ajustes em seus objetivos finais (P1).

Por motivos meramente políticos, para alcançar metas que vão classifica-lo na frente (P2).

Por que a melhoria do ensino, ocorre, proporcionando resultados com mais eficiência no tange ao processo ensino aprendizagem (P3).

Acredito que seja para garantir sua verba nacional (MEC) e assim, aplicar em suas escolas para atingir os resultados das avaliações externas (P4).

Não de forma tão expressiva ou mesmo significativa, mas o governo trabalha para o desenvolvimento pessoal. Deste discentes e querendo da resposta as políticas públicas desenvolvidas pela UNESCO (ONU) (P5).

Para obtenção de verba do BID (P6).

Para poder alcançar um contínuo e sistemático processo que designa um aprendizado (satisfatório) aos alunos (P7).

Para um melhor atendimento ao estudante e preparo pedagógico aos professores em atividade (P8).

No intuito de tornar mais forte a aprendizagem dos alunos tornando-o mais competitivos a partir de melhores conhecimentos, como os fortalecimentos de estudos básicos, consertando deficiências menores ou maiores dos alunos (P9).

Por que é uma norma ou regra vinda do governo federal, na qual os recursos financeiros são enviados (P10).

Para melhorar os índices de educação e, com isso, conseguirem mais valor (P11).

Quanto aos motivos que levam o governo cearense a adotar esses programas, na concepção dos professores, cerca de 55% afirmam que seja meramente político, para desenvolver seus governos e garantir verbas e 45% acreditam que seja para melhoria do ensino aprendizagem e preparo do professor.

A terceira pergunta: O que, significativamente, muda na Educação Formal diante as Polícias Públicas no Ceará nos últimos anos?

Ainda não se encaminhou tanto quanto o desejado aqui no Ceará. Se faz necessário ainda continuar acompanhando o desenvolvimento de alguns programas e das ações e seus resultados e até termos um norte, ou seja, caminhos direcionados objetivando a plena participação dos educandos em todos os seus contextos como cidadãos (P1).

Na minha concepção vejo pouquíssima mudanças, pois na realidade a educação ainda não é vista, na prática, como essencial para o desenvolvimento socioeconômico de um povo. É tudo muito bonito na fala e no papel, mas na prática deixa muito a desejar (P2).

Significa quando os objetivos propostos pelas políticas públicas são alcançados, quando percebemos mudanças nos educandos quanto ao seu papel na comunidade (P3).

Diante as dificuldades frequentes na economia nacional, vejo a cada ano, a dificuldade em garantir uma educação formal, assim como a questão material

pela falta desta, no trabalho a ser aplicado em sala (P4).

O governo do estado tem investido de forma significativa na construção de novas escolas de tempo integral. Apesar da grave crise econômica, lembrando que as prefeituras seguem as mesmas políticas, certamente a sociedade terá um bom resultado no desenvolvimento pessoal da sua clientela (P5).

As escolas continuam sem estrutura em sua grande maioria (P6).

Quase nada (ou pouca coisa), pois governo e sociedade tentam a duras penas. Sempre estão em busca de alternativas educacionais que melhorem os rendimentos escolares (P7).

O aluno e sua família passaram a ser ouvidos, simultaneamente, ganham mais oportunidades de aulas para os alunos e mais preparação para os professores (formação continuada) (P8).

O nível dos alunos na educação formal melhorou, sendo que o objetivo da melhora em índices de aprendizagem exigiu da mesma adequação com uma melhor organização, que vai do espaço físico para estudar até o planejamento pedagógico (P9).

O Ceará obteve os melhores resultados nas provas externas nos últimos anos em termos de Brasil (P10).

Não vejo mudança significativa (P11).

Segundo os professores as mudanças na educação formal diante as políticas públicas cearenses nos últimos anos não se encaminharam tanto quanto o desejado; cerca de 60% acreditam que houve pouquíssima ou quase nenhuma mudança; as escolas continuam sem estruturas; mas 40% são otimistas creem que com o investimento do governo terá bons resultados, pois os níveis dos alunos melhoraram, a família, os alunos e os professores ganham oportunidades; o Ceará obteve os melhores resultados.

A quarta indagação questiona: Como surge a Gestão por Resultado nas escolas públicas em Maracanaú? Percebem-se Melhorias Significativas na Educação Formal no município com a cultura de Avaliação Externa para atender as novas demandas exigidas pela sociedade?

As melhorias significativas no que diz respeito a gestão por resultado tem servido para validar os aspectos importantes do processo de aprendizagem. Tenho percebido que os registros formais das avaliações possibilitam uma reflexão mais crítica do processo como um todo (P1).

Não. As melhorias são mínimas. Esses resultados são provenientes de um conjunto, situação familiar e escola. E sabemos muito bem que essas relações são desordenadas interferindo assim no processo educacional (P2).

Surge a partir da aplicação e desenvolvimento nas transformações das políticas públicas relacionadas a educação básica elevando os educandos na participação

efetiva de resultados (P3).

Em Maracanaú, percebo que a educação visa muita burocracia com fins políticos, desta forma, não se percebe no geral melhorias significativas na sala de aula, que é onde se encontra o foco de todo processo: o educando (P4).

Não há como negar que a gestão por resultado tem seus louvores, apesar de fatores externos influenciarem no desenvolvimento dos discentes e docentes, a busca por resultados e índices com certeza trouxe bons frutos (P5).

As escolas estão com salas superlotadas buscam-se apenas números e esquece-se a qualidade, não há subsídios para o desenvolvimento de um bom trabalho (P6).

Não vejo muita vantagem, mas esse é um sistema educacional que abrange boa parte desse 'bolo' para a aprendizagem (mas deixa a desejar) (P7).

Não. Tudo é muito forçado. Falta estímulo, respeito e material de trabalho para o suporte educacional (P8).

Surge devido a necessidade do embasamento significativo do corpo discente. No sentido de colocar a aprendizagem significativa em primeiro lugar, sim, por algumas escolas. Em outras não, já que nem estrutura e nem o nível de aprendizagem pedido são atendidos (P9).

Não conseguiu entender o que a pergunta quis dizer (P10).

Não entendo nem um conceito acima citado (P11).

Quanto a Gestão por resultado e as avaliações externas a maioria, ou seja, 46% acham que é muita burocracia com fins políticos; acreditam ser tudo muito forçado, falta estímulo, respeito e material de trabalho; não vê vantagem; nem estrutura e nem o nível de aprendizagem são atendidos. Cerca de 36% asseguram que valida o processo ensino aprendizagem; possibilita reflexões críticas; surge para o desenvolvimento das políticas públicas elevando a educação e, por fim a gestão por resultado trouxe bons frutos.

Ao findar o questionamento indaga-se: É possível, Trabalhar Prazerosamente com resultados satisfatórios, sem grandes desgastes emocionais com as Políticas Públicas no âmbito da Gestão por Resultado no município de Maracanaú?

Sim, pois a partir desses resultados é possível a tomada de decisões, estabelecer prioridades e a partir dos resultados que tem sido na maioria positivos, trabalhar com muito prazer (P1).

Isso não é possível, pois como já citei anteriormente, tudo é muito bonito na fala e no papel, mas na realidade entra todos os aspectos da construção de vida de nossos alunos, como a pobreza, a falta do sentido real de família, a real situação de vida que essas crianças e jovens estão inseridos na comunidade (P2).

Sim. (P3)

Não, pois por mais e melhor que seja o profissional, com um tempo, há um desgaste. As políticas públicas deste município só serão exitosas quando reconhecer o que realmente se precisa melhorar e, principalmente, valorizar seus profissionais em educação, seja professor ou funcionário (P4).

É uma resposta difícil. O professor enfrenta desafios significativos diante de uma sociedade conturbadas e com valores múltiplos. Acredito que a gestão por resultado seja o caminho para desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária (P5).

Não, há muita cobrança e não há suporte: faltam livros, as mídias são limitadas e as salas sem estruturas (P6).

Prazerosamente se o aluno tivesse a vontade de estudar bem mais d'aquela de "só vir para a escola" deveria se criar o hábito de estudo sério, mas para isso se concretizar-se faz necessário um combate mais duro na questão da indisciplina (para que se crie uma cultura de estudo e dedicação) (P7).

Não. Salas lotadas sem a devida supervisão e um alto índice de indisciplina levam os professores a um profundo desgaste no ensino ofertado (P8).

Sim, desde que os corpos discentes e docentes entrem em harmonia e o objetivo não seja só ganhos financeiros e sim, primordialmente, a aprendizagem do aluno com planos de aulas dos professores e que estes gostem do que fazem (P9).

Como a minha disciplina não é diretamente cobrada nas avaliações externas não sinto essa cobrança diretamente (P10).

Não posso responder, pois desconheço tais políticas (P11).

Quanto a indagação se é possível trabalhar prazerosamente sem grandes desgastes emocionais com as exigências das políticas públicas os professores em sua maioria, ou seja, 64% não consideram possível e acrescentam que o profissional por melhor que possa transparecer há sempre desgaste com o tempo, afirmam que há muita cobrança e pouco suporte; alunos sem vontade de estudar e indisciplinados; E, em média 27% conseguem trabalhar sem grandes desgastes a partir dos resultados e possíveis tomadas de decisões, quando tem harmonia entre professor e aluno com a prioridade na aprendizagem do aluno. Há, também, quem considera uma resposta difícil pelo desafio encontrado pelo professor. E, 9% são indiferentes, pois as turmas que lecionam não participam das avaliações externas e outros desconhecem as políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas no âmbito da gestão por resultados é uma realidade presente em solos cearenses tendo como requisito as avaliações em larga escala nas escolas públicas.

O profissional da educação não deve encarar as avaliações externas, as reflexões e análises da realidade como uma mera ação burocrática, mas reconhecer as propostas pedagógicas como subsídios de construção coletiva. Essa construção se dá inicialmente no espaço e tempo proporcionado para este fim que denominamos escola, mas essencialmente em todo e qualquer momento destinado à educação.

O tema apresentado nesta pesquisa, Gestão por Resultado e Avaliações Externas como estudo de caso na EMEIEF Gov. César Cals de Oliveira Filho em Maracanaú no período entre 2013 a 2015, é bastante delicado e nos faz questionar sobre as inferências das políticas públicas (Programa PAIC, PNAIC, SPAECE) na gestão por resultado, tendo como parâmetro as avaliações externas e perceber que avaliar é muito complexa e ainda mais desafiador é avaliar com eficácia a participação dos educandos nas avaliações externas. Porém, como poderia ser melhorado qualquer quesito se não através de dados avaliativos? São esses instrumentos que denominam os subsídios para associar decisões coerentes e ágeis para a aplicação dos recursos necessários.

A pesquisa apresentada neste estudo, iniciou-se com um aprofundamento sobre políticas públicas: PAIC, PNAIC e SPAECE desenvolvidas no estado do Ceará, proferidas pelas vivências e observações dos docentes da educação formal nas escolas públicas de Maracanaú, como também, a crítica e ansiedades desses profissionais da educação, especificamente os professores, relevante a inoperância ou mesmo insuficiência de conhecimento implícito do fazer pedagógico diante as diversas cobranças por resultados imediatos.

Observa-se que por meio do estudo de caso, através de um questionário objetivo e subjetivo, pode-se ressaltar que em Maracanaú quanto as avaliações externas, tem sido um desafio para todos os atores da educação formal, no caso em ênfase destaca-se os professores como protagonistas, em manter os índices projetados

com metas desafiadoras para escolas públicas.

Dos dados coletados nesta pesquisa no estudo de caso da EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho, verifica-se que quanto ao perfil dos professores a maioria são professores, mas no ensino fundamental de 1º a 5º ano são as professoras. Quanto as formações profissionais são qualificadas em suas áreas com especialização e até mestrado; são profissionais com uma ampla experiência, porém a certa rotatividade que interfere nos rendimentos dos educandos. Apesar desse movimento contínuo, em sua maioria, são professores exclusivos do município lecionando tempo integral na escola sendo todos concursados, jovens profissionais em melhoramento de suas práxis formação continuada.

Na segunda parte da pesquisa observa-se a concepção dos professores quanto as políticas públicas de Maracanaú onde a maioria entende que visa a melhoria garantindo os direitos dos educandos sem, portanto, esquecer de mencionar que essa aferição qualifica e quantifica a educação baseando-se nos índices alcançados de cada escola. Os professores dentro desta perspectiva afirmam que em seus planejamentos priorizam a aprendizagem do aluno em detrimento as avaliações externas, mas costumam trabalhar com simulados com foco na elevação dos índices do IDEB. A Secretaria de Educação organiza mapa curriculares que norteia o trabalho do professor.

A escola através do coordenador pedagógicos repassa todos as projeções e metas dos índices seja bimestralmente nos planejamentos integrados ou semanalmente no terço do planejamento semanal desenvolvendo plano de ação com foco nas avaliações externas e, conseqüentemente aprendizagem significativa dos educandos.

Apesar de todo o esforço do governo para os arranjos na aferição e devolutiva das avaliações externas, os professores apontam para um sentimento de angústia em afirmar que a gestão por resultado inclui programas meramente político, para desenvolver seus governos e garantir verbas em detrimento a melhoria do ensino aprendizagem. E, ainda acreditam que houve mudança insignificantes nas escolas, que continuam desestruturadas com o nível de aprendizagem não atendidos, e sobrepõem que o profissional por mais capacitado que possa ser há sempre desgaste com sua profissão, afirmam que há muita cobrança e pouco suporte; como, também os alunos sem estímulo para estudar, ou seja, indisciplinado.

Salienta-se que através da participação e inclusão de responsabilidades dos atores envolvidos no processo pedagógico e democrático, em prol de uma sistemática formativa, reflexiva e de empoderamento institucional, que, mesmo num contexto político, sócio histórico, se destaca as oportunidades necessárias a uma educação qualitativa e próspera.

Conclui-se, então, que o desafio com a educação dos discentes e erradicação do analfabetismo no Brasil, no Ceará e em Maracanaú é uma constante, onde a todo momento precisa-se designar metas direcionadas, convictos que ainda a muito a galgar. Provavelmente, a estratégia esteja no investimento na infraestrutura, fortalecimento da gestão democrática, parceria com a família, ter o professor como protagonista do fazer pedagógico e da responsabilidade social, isso tudo a longo prazo. Enfim é preciso ânimo e parceria no tripé família, governo e escola para que juntos com o protagonismo do professor prover a vontade dos alunos em querer aprender a aprender e assim alcançar a tão sonhada alfabetização na idade certa.

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, OCIMAR M.; BRAVO, MARIA HELENA; MACHADO, CRISTIANE. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan. 2013.
- ALBUQUERQUE, Francisco C. A.; RAMOS, J.F.P. Gestão Educacional no Ceará: da autonomia escolar à prática de resultados (1995-2010). In: Elione Maria Nogueira Diógenes; Francisco Ari de Andrade. **Temas de educação: olhares e caminhos**. Curitiba: CRV, 2015.
- ALMEIDA, Custódio Luiz S. **Gestão para o sucesso escolar**. Fortaleza: EdSEDUC, 2005.
- AMBROSETTI, Neusa Banhara. O “eu” e o “nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula. In: ANDRÉ, Marli. **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. 3.ed. São Paulo: Papirus, 2002.
- ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- AQUINO, José Mauro Braz de. **Coordenação Pedagógica em tempos de gestão por resultado e práticas reflexivas (Maracanaú, 2013-2016)**. 2017.194f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ARRUTI, José Maurício A. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana - Estudos de antropologia social**, Rio de Janeiro, v.3,n.2, p.7-38, out.1997.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- AZEVEDO, J. M. L. Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n.80, p.49-71, set. 2002.
- BALZAN, e sobrinho. **Avaliação Institucional teoria e experiência**. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARROSO, J. A. A investigação sobre a regulação das políticas públicas de educação em Portugal. In: BARROSO, J. **A regulação das políticas públicas da Educação: espaços dinâmicos e atores**. Lisboa: Educa, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BEAUDOT, Alair. **A criatividade na escola**. São Paulo: Nacional, 1975.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a**

teoria e aos métodos. 25.ed. Porto: [s.n], 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de Novembro de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 nov. 2009. Seção 1, p.8. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm> Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 5, p.27894.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jan.2001. Seção 9, p.456.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Edições Câmara, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Prova Brasil**: ensino fundamenta matrizes de referência, Tópicos e descritores. Brasília: MEC, SAEB; INEP. 2011.

_____. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. Portaria Ministério da Educação, n. 2896, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 set.2004. Seção 2, p.7.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr.2007. Seção 56, p.780.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: Oliveira, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CAMARAO, V.C.; RAMOS, J. F. P.; ALBUQUERQUE, Francisco C. A. Política da gestão por resultados na educação cearense (1995 - 2014). **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 25, n.56, p.369-391, out.2015.

CASTEL. Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTELLS. Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio e Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, M.G., Gênero e Raça: desafios à escola. In: SANTANA, M.O. **Lei 10.639/03**: educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. Salvador: [s.n], 2005.

CEARÁ. Secretaria da Educação Governo do Estado do Ceará. Coordenadoria de Avaliação. **Avaliação educacional em larga escala**. Juiz de fora:CAEd, 2008.

_____. Secretária da Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem**: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará. Fortaleza: SEDUC, 2012.

_____. Secretaria da Educação Governo do Estado do. Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação. **Programa de Educação na Idade Certa**. Fortaleza: SEDUC, 2012. Disponível em: < <http://www.idadecerta.seduc.ce.gov.br/> >. Acesso em: 15 fev.2015.

_____. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, 2015. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/historia>> . Acesso em: 15 fev.2015.

_____. SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ. Fortaleza: SPAECE, 2015. Disponível em: < <http://www.spaece.caedufjf.net/o-programa/> > Acesso em: 16 fev.2015.

_____. Lei nº14.026/2007 de 17 de dezembro de 2007. Cria o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, de cooperação técnica e incentivo para melhoria dos indicadores de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 19 dez.2007. Seção 1, p.1.

_____. Lei nº 13.875/2007 de 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da administração estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Fortaleza, CE, 7 fev.2007. Seção1, p.2.

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martire de Clemont-Tonnerre e Arthur Cohn. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. Intérpretes: Fernanda Montenegro; Marília Pera; Vinicius de Oliveira; Sônia Lira; Othon Bastos; Matheus Nachtergaele e outros. [S.I.]: Le Studio Canal; Riofilme; MACT Productions, 1998. 1 filme (106 min), son., color., 35 mm.

COELHO, Maria Inês de Matos. Vinte anos de Avaliação da Educação Básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.59, p.40-48, jun.2008.

COSTA, Anderson Gonçalves. **Regime de colaboração e reorganização da gestão da educação no Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC no Ceará (2004-2015)**. 2016. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2016.

COSTA, V.L.C. **Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento**. São Paulo: FUNDAP: Cortez, 1999.

CURY, Carlos R. Jamil. O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectiva. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa. **Política e trabalho na escola: administração de sistemas públicos da educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Direito a educação**. São Paulo:[s.n],2002.

_____. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23,n. 80, p.169-201, set. 2002.

DATRINO, Roberto Cezar; DATRINO, Iraci Ferro; MEIRELES, Pedro Henrique. Avaliação como processo de ensino-aprendizagem. **Revista de Educação**, São Paulo, v. 13, n.15, p.30-35, set.2010.

DAVIS, Claudia; Marta Wolak Grosbaum. **A gestão pedagógica e o desempenho escolar**. Fortaleza: EdSEDUC,2005.

DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique. **Políticas públicas para a educação básica**. São Paulo:Xamã, 2001.

_____. Luiz Fernandes. **Relatório de gestão da diretoria geral do FUNDESCOLA**. Brasília:[s.n], 2004.

_____. Financiamento da educação no Brasil: aportes teóricos e a construção de uma rede de pesquisadores. In: GOUVEIA, A.B.; SOUZA, A.R.; TAVARES, T.M. **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: EdUFPR, 2006.

_____. Plano Nacional da Educação: avaliação e retomadas do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In FERREIRA, N.S.C. **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília, DF: Liber Livro, 2006.

_____. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007. ESTEVES, Luiz; RIBEIRO, Carolina. **Escola Irmã Dulce em Maracanaú**. CETV visita escolas de Fortaleza no quadro ABCETV. TV Verdes Mares.1 vídeo (7:08 min).

Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/cetv-1dicao/videos/t/edicoes/v/cetv-visita-escolas-de-fortaleza-no-quadro-abcetv/4358225/>>. 2015. Acesso em: 30 jul. 2015.
 FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Educação: avaliação institucional da escola – base teórica e construção do projeto**. Fortaleza;[s.n], 2004.

FREIRE, M., CAMARGO, F., DAVINI, J., MARTINS, M. **Avaliação e planejamento: a prática educativa em questão**. São Paulo: Espaço pedagógico, 1997.

_____. **Observação, registro, reflexão: instrumentos metodológicos II**. São Paulo: Espaço pedagógico, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Centauro, 2012.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Avaliação da educação básica e ação normativa federal. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.123, p.663-669, set./dez.2004.

FRIGOTTO, G.O. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir e José Eustáquio Romão. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Moacir et alii. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo: Artmed, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, J.; ARELARO, L.R.G. Contra a municipalização do ensino a brasileira. In: GIL, J. **Educação municipal: experiências de políticas democráticas**. Ubatuba: Estação palavra, 2004.

GOUVEIA, A.B.; SOUZA, A.R.; TAVARES, T.M. (Org.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: EdUFPR, 2006.

GRACINDO, R.V.; WITTMANN, L.C. (Org.). **O estado da arte em política e administração da educação no Brasil: 1991-1997**. São Paulo: Autores associados, 2001.

HOFFAMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. 32 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>>. Acesso em: 23 abr.2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Cortez 1997.

_____. J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A estrutura do sistema de ensino: federal, estadual e municipal. In: **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Aléssio costa, PARENTE, Francisco Josenio Campelo. **O sistema de avaliação educacional do Ceará**: uma experiência no anonimato. Fortaleza:EdUECE,2012. Disponível em <www.progpq.uece.br/semana_universitaria/.../sociais_31.doc>. Acesso em: 28 mar. 2013.

LIMA, Maria Nazaré Mota de . **Escola Plural**: a diversidade está na sala de aula. Salvador: Cortez, 2006.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de & VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LÜCK. Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. São Paulo:Vozes, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Avaliação da aprendizagem**. São Paulo:[s.n],2001. Disponível em: <www.luckesi.com.>. Acesso em: 28 mar. 2013.

MACAMBIRA, Júnior e Francisca Bezerra Andrade (Orgs); autores, Marcio Pochmann. [et al.]. **Estado e políticas sociais**: fundamentos e experiências. Fortaleza: IDT, 2014.

MACÊDO, Seandra Doroteu de. **Gestão pedagógica em tempos de IDEB**. 2010. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MACHADO, José Nilson. **Educação**: projetos e valores. São Paulo: Escritura, 2004.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação externa e gestão escolar**: reflexões sobre usos dos resultados. São Paulo:[s.n], 2012. Disponível em: <http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf>. Acesso em: 24 jun.2012.

MCLAREN, Peter, **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MANCEBO, Deise e Fávero Maria de Lourdes. **Universidade política, avaliação e trabalho docente**. São Paulo; Cortez, 2006.

MARACANAÚ. Lei nº 1.269, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Abono Remuneratório Especial para Servidor com exercício Funcional nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Maracanaú e dá outras Providências. **Diário Oficial do Município**, Maracanaú, 13 dez. 2007. Seção 1, p.2.

_____. Decreto nº 2.010, de 23 de abril de 2009. Institui Comissão responsável pela sistematização de Avaliação da Educação Básica da Rede Municipal de Maracanaú. **Diário Oficial do Município**, Maracanaú, 14 abr.2009. Seção1, p.1.

MAROY, C. Convergência e divergência dos modos de regulação numa perspectiva europeia. In: BARROSO, J. **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores**. Lisboa: Educa, 2006.

MARQUES, Maria da Carmo Pinheiro. et al. Avaliação da aprendizagem escolar, avaliação em larga escala e a gestão escolar. In: MOREIRA, A.N.G.; SOUZA, G.M.O.; OLIVEIRA, J.C. (Org.). **Gestão escolar: dimensões e desafios**. Maracanaú:SME, 2013.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Sofia Lerche Vieira. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2.ed. Fortaleza : Demócrito Rocha, 2002.

MENDONÇA, E.F. **A regra do jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas: Lapplane, 2000.

MENEZES, Luiz César de Moura. **Gestão de projetos**. São Paulo: Atlas, 2008.

MILANI, Carlos R.S. **O “princípio participativo na formulação de políticas públicas locais: análise das experiências europeias e latino-americanas**. Caxambu/MG: ANPOCS, 2005.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo:EdUSP,1974.

OLIVEIRA, C. et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, D.A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Joyce Carneiro de. Avaliação Externa em larga escala e avaliação interna: um diálogo possível. In: SANTOS, Alice Nayara; TAHIM, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira; MARINHO, Gabrielle Silva. **Educação: perspectiva e reflexões contemporâneas**. Fortaleza: EdUFC, 2012.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Metodologia das ciências humanas**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, R.P. Financiamento da educação no Brasil: um estado da arte provisório e

algumas questões de pesquisa. In: GOUVEIA, A.B.; SOUZA, A.R.; TAVARES, T.M. **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: EdUFPR, 2006.
 PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINTO, J.M.R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p.109-136, set. 2002.

PONTES, Luís Antonio Fajardo. **Avaliação educacional em grande escala: a experiência brasileira**. Fortaleza: EdUFC, 2014. Disponível em: <<http://www.virtua.ufc.br/solar/aula_link/...mec.../7_artigo_fajardo.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2015.

PORTELA, Adélia Luiza. Dilza Maria Andrade Atta. **Gestão para o sucesso escolar**. Fortaleza: EdSEDUC, 2005.

RAMOS, J. F.P.; CAMARAO, V. C.; COSTA, A. G. **Mecanismos de responsabilização e gestão por resultados na educação básica do Maciço de Baturité: (1995-2015)**. Imperatriz: Ethos, 2016.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. São Paulo:[s.n], 2008.

SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone da democracia**. São Paulo:Cortez, 2011.

_____. Boaventura de Sousa. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Geandra Cláudia Silva. **A gestão pedagógica e o desempenho escolar**. Fortaleza: EdSEDUC, 2005.

SANTOS, M.I.M Saberes e sentimentos dos professores. IN: BRUNO, E.B. et. Al. **O Coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Loiyola, 2000.

SAVIANI, Demerval e Antonio Carlos Gomes da Costa Pasquete e Cascimo. **Educador: novo milênio, novo perfil**: São Paulo: Pauls, 2000.

_____. Dermeval. O Plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf> > Acesso em: 15 jul. 2015.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba : EdUFPR, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Orgs.). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

VASCONCELOS, Celso Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VIANA, Ana Luíza D'Ávila. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n 2, p. 5-43, mar. 1996.

VIANA, Thiago Mena Barreto. Especial gestores: conheça equipes de destaque. **Educação & reflexão**. Maracanaú, v. 4, n.7, p.30-36,out. 2014. Disponível em: <<http://200.253.204.133/revista/>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão educacional e resultado no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Revista em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.22, n. 50, p. 419-434. set./dez. 2011.

VIEIRA, Lerche Sofia; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes . **Financiamento da educação**: uma caixa preta a desvendar. In: Estrutura e funcionamento da educação básica. Fortaleza: EdUECE, 2001.

_____. Gestão para uma comunidade de aprendizes In. CEARÁ, Secretaria da Educação Básica. In. **Gestão escolar e qualidade da educação**. Fortaleza: SEDUC, 2005.

_____. **Política educacional no Brasil**: introdução história. Brasília: Liber 2007.

XEREZ, Antônia Solange Pinheiro. **Preparação para a cidadania na escola**: acertos e desacertos. Fortaleza. ABC, 2001.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALZA, Miguel. **Diários de aula**. Portugal: Porto,1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Consentimento Livre e Esclarecimento: Professores

EMEIEF GOVERNADOR CÉSAR CALS DE OLIVEIRA FILHO

Tendo em vista os itens abaixo apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

1. **Natureza da pesquisa:** você é convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade investigar as inferências das políticas públicas do estado do Ceará no trabalho docente, a partir da educação por resultado, tendo como parâmetro as avaliações externas em escolas públicas do município de Maracanaú. Tecendo como amostragem um estudo de caso na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho. Ela está sendo realizada pela Coordenadora Pedagógica desta instituição.
2. **Participantes da Pesquisa:** Professores atuantes na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho no Município de Maracanaú.
3. **Envolvimento na pesquisa:** Ao participar dessa pesquisa você assistirá a um seminário e responderá a um questionário, que objetiva o levantamento de dados para a constituição de uma dissertação com enfoque políticas públicas no âmbito da educação por resultado, sendo de caráter analítico, envolto a ação pedagógica dos professores e avaliações em larga escala em Maracanaú.
4. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução N° 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos a sua dignidade.
5. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais, os questionários serão identificados com um código e não com seu nome.
6. **Benefícios:** Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo forneça informações importantes sobre questões relativas ao perfil do (a) Professor(a) e aos impactos das avaliações externas no cotidiano escolar dos docentes na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho em consonância com as avaliações externas, com a possibilidade de proporcionar a tomada de decisões nas Políticas Públicas do Município.
7. **Pagamento:** Você que não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar dessa pesquisa.

Assinatura

Dados Pessoais

Caro (a) Professor (a).

Nós reconhecemos o quanto é enfadonho o preenchimento de fichas de dados como essa, porém, consideramos importante manter os dados atualizados para uma comunicação mais eficaz.

Ao concluir esta primeira parte, solicitamos que destaque a página e inicie o preenchimento deste instrumento de coleta de dados, pois, como já explicado anteriormente, os dados seguintes não terão identificação e com esses resultados construiremos um diagnóstico Situacional do (a) Professor (a) frente a política pública educacional fundamental para as intervenções futuras.

Atenciosamente,

Coordenadora Pedagógica

Questionário aplicado pessoalmente a cada Professor (a). As questões do questionário foram conduzidas de forma a retratar a realidade vivida e trabalho do Professor (a) relativo às avaliações externas.

Nome: _____

Fone: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

Escola _____

APÊNDICE B - Questionário – Professor (A)

Questionário aplicado pessoalmente aos professores. As questões do questionário foram conduzidas de forma a compreender a realidade do professor junto à escola e seu trabalho docente quanto ao engajamento com as avaliações externas na EMEIEF Governador César Cals de Oliveira Filho.

PARTE I – PERFIL DO PROFESSOR (A)

1. SEXO

(A) Masculino.

(B) Feminino.

2. IDADE

(A) Até 24 anos.

(B) De 25 a 29 anos.

(C) De 30 a 39 anos.

(D) De 40 a 49 anos.

(E) De 50 a 54 anos.

(F) 55 anos ou mais...

3. DAS OPÇÕES ABAIXO, ASSINALE A QUE MELHOR DESCREVE O SEU NÍVEL MÁXIMO DE ESCOLARIDADE.

(A) Ensino Médio – Magistério

(B) Ensino Médio – Outros

(C) Ensino Superior – Pedagogia.

(D) Ensino Superior – Licenciatura em Matemática.

(E) Ensino Superior – Licenciatura em Letras.

(F) Ensino Superior – Outros.

(G) Especialização (mínimo de 360 horas).

(H) Mestrado.

(I) Doutorado

4. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTVEU O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE?

(A) Há 2 anos ou menos.

(B) De 3 a 7 anos.

(C) De 8 a 14 anos.

(D) De 15 a 20 anos.

(E) Há mais de 20 anos.

5. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ ESTÁ LECIONANDO?

(A) Há menos de 1 ano.

(B) De 1 a 2 anos.

(C) De 3 a 5 anos.

(D) De 6 a 9 anos.

(E) De 10 a 15 anos.

(F) De 15 a 20 anos.

(G) Há mais de 20 anos

6. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA NESTA ESCOLA?

(A) Há menos de 1 ano.

(B) De 1 a 2 anos.

(C) De 3 a 5 anos.

(D) De 6 a 9 anos.

(E) De 10 a 15 anos.

(F) De 15 a 20 anos.

(G) Há mais de 20 anos.

7. EM QUANTAS ESCOLAS VOCÊ TRABALHA?

(A) Apenas nesta escola

(B) Em 2 escolas.

(C) Em 3 escolas.

(D) Em 4 ou mais escolas.

8. QUAL É A SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA NESTA ESCOLA?

(A) Concursado

(B) Prestador de serviço por contrato temporário.

(C) Outras.

9. VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC) NOS ÚLTIMOS ANOS?

(A) Sim.

(B) Não.

10. VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A MELHORIA DE SUA PRÁXIS EM SALA DE AULA?

(A) Eventualmente, em alguma atividade que me for cobrada.

(B) Sempre, considero uma bússola para o meu trabalho.

(C) Nunca, por não considerar importante.

PARTE II – EDUCAÇÃO POR RESULTADO

11. NA SUA CONCEPÇÃO, COMO SÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO EM MARACANAÚ?

- (A) De intervenção para melhoria do desempenho do ensino Aprendizagem dos alunos
- (B) De intervenção para melhoria do desempenho profissional do professor.
- (C) Para vigiar o trabalho do professor.
- (D) Para ranquear as escolas no município.
- (E) Meramente burocracia com fins políticos.
- (F) Para erradicar o analfabetismo no município.

12. NA SUA CONCEPÇÃO QUAL O PAPEL DAS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA?

- (A) Analisar detalhadamente os dados das avaliações com indicações para reverter às deficiências de ensino com políticas públicas
- (B) Fornecer dados para mensurar o trabalho do professor.
- (C) Ranquear as escolas públicas
- (D) Mostrar bons exemplos da utilização dos resultados para monitorar a eficiência de projetos e programas.

13. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO EM MARACANAÚ É CONTINUO E SISTEMÁTICO, TOMANDO POR BASE OS ASPECTOS COGNITIVO, AFETIVO, PSICOMOTOR E SOCIAL. COMO SE POSICIONA?

- (A) Concordo totalmente
- (B) Concordo parcialmente
- (C) Discordo totalmente
- (D) Indiferente

14. DE QUE MANEIRA ARTICULA A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS NESTA ESCOLA?

- (A) Com simulados sistemáticos com foco nas Avaliações Externas
- (B) De forma Contínua e Sistemática com foco na Aprendizagem
- (C) Tomando por base apenas os aspectos Afetivo, Psicomotor e Social.
- (D) Considerando principalmente as avaliações internas com foco na Aprovação ou Reprovação.

15. QUANTO AO PLANEJAMENTO, QUAL A SUA PRIORIDADE NESTA ESCOLA?

- (A) Priorizo sempre a aprendizagem, indiferente às avaliações externas,
- (B) Tenho foco, prioritariamente, nas metas do IDEB.
- (C) Priorizo o preenchimento burocrático dos Diários.
- (D) Não priorizo planejamento, pois já sei o que fazer em sala.

16. QUANTO AOS CONTEÚDOS, DURANTE UM ANO LETIVO, VOCÊ CONSEGUE DESENVOLVER COM OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) AVALIADA(S)?

- (A) Menos de 40%.
- (B) Entre 40% e 60%.
- (C) Entre 60% e 80%.
- (D) Mais de 80%.

17. VOCÊ CONHECE OS RESULTADOS DAS METAS PROJETADAS E ALCANÇADAS DO IDEB, NOS ÚLTIMOS ANOS, DA SUA ESCOLA?

- (A) Sim.
- (B) Não

18. ESTA ESCOLA PARTICIPOU DA PROVA BRASIL, COM ÊXITO, EM 2015?

- (A) Sim.
- (B) Não.

19. COMO FOI DESENVOLVIDO O PLANO DE AÇÃO PARA ALCANCE DAS METAS DO IDEB?

- (A) Pela Secretaria de Educação.
- (B) A Gestão elaborou uma proposta de plano de ação, apresentou-a aos professores para sugestões.
- (C) Os professores elaboraram em conjunto.
- (D) Não sei como foi desenvolvido.
- (E) Não existem metas específicas para o IDEB.

20. TRABALHANDO COM AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO. SOBRE VOCÊ COMO PROFESSOR, COMO SE SENTE?

- (A) De modo geral, estou satisfeito com meu trabalho. Sinto-me bem.
- (B) Sinto-me desgastado e desmotivado pela pressão e cobrança por uma meta a alcançar para o IDEB
- (C) Sinto que estou fazendo uma diferença educacional significativa na vida de meus alunos trabalhando com foco.
- (D) Não faz nenhuma diferença na minha vida profissional, ou seja, Indiferente

FAÇA SUAS CONSIDERAÇÕES...

O que se entende por Polícias Públicas em Educação?

Na sua concepção, por que o Estado do Ceará Adota esses Programas (PAIC, PNAIC, SPAECE)?

O que, significativamente, muda na Educação Formal diante as Polícias Públicas no Ceará nos últimos anos?

Como surge a Gestão por Resultado nas escolas públicas em Maracanaú? Percebem-se Melhorias Significativas na Educação Formal no município com a cultura de Avaliação Externa para atender as novas demandas exigidas pela sociedade?

É possível, Trabalhar Prazerosamente com resultados satisfatórios, sem grandes desgastes emocionais com as Políticas Públicas no âmbito da Gestão por Resultado no município de Maracanaú?

Obrigada!!!